

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE BARAÚNA**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
LEI ORGÂNICA MUNICIPAL**

Lei Orgânica Municipal de Baraúna/RN, aprovada em Nove de Março do Ano de Hum Mil, Novecentos e Noventa.

Modifica a Lei Orgânica do Município de Baraúna-RN, e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo a seguinte lei:

TÍTULO I

Dos Fundamentos da Organização Municipal

Art. 1º O Município de Baraúna integra a união indissolúvel da República Federativa do Brasil e tem como fundamentos:

I-A autonomia;

II-A cidadania;

III-A dignidade da pessoa humana;

IV- Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V-O pluralismo político.

Art. 2º Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, diretamente, nos termos da Constituição Federal, da Constituição Estadual e desta Lei Orgânica.

Art. 3º São objetivos fundamentais dos cidadãos deste município e de seus representantes:

I - assegurar a construção de uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento local e regional;

III - contribuir para o desenvolvimento estadual e nacional;

IV - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais nas áreas urbana e rural;

V - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º Os direitos e deveres individuais e coletivos, na forma prevista na Constituição Federal integram esta Lei Orgânica e devem ser afixados em todas as repartições públicas municipais, nas escolas, nos hospitais ou qualquer local de acesso público, para que todos possam, permanentemente, tomar ciência, exigir o seu cumprimento por parte das autoridades e cumprir, por sua parte, o que cabe a cada cidadão habitante deste município ou que em seu território transite.

TÍTULO II

Da Organização Municipal

CAPÍTULO I

Da Organização Político-Administrativa

Art. 5º O Município de Baraúna com sede na cidade que lhe dá o nome, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, reger-se-á por esta Lei Orgânica, respeitados os princípios constitucionais.

Art. 6º São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o legislativo e o Executivo.

Art. 7º São símbolos do Município sua Bandeira, seu Hino e seu Brasão.

Parágrafo Único – Outros símbolos poderão ser estabelecidos em lei, que disporá, também, sobre o seu uso no território do Município.

Art. 8º Incluem-se entre os bens do Município de Baraúna, os imóveis, por natureza ou acesso física e os móveis que atualmente sejam do seu domínio ou a ele pertençam, bem assim os que lhe vierem a ser atribuídos por lei e os que incorporarem ao seu patrimônio por ato jurídico perfeito.

CAPÍTULO II

Da Divisão Administrativa do Município

Art. 9º O Município de Baraúna poderá dividir-se para fins exclusivamente administrativo, em bairros, distritos e vilas.

§ 1º Constituem em bairros as porções contínuas e contíguas do território da sede, com denominação própria, representando meras divisões geográficas desta.

§ 2º É facultada a descentralização administrativa com a criação nos bairros, ou conjuntos de bairros de sub-sedes da Prefeitura na forma da lei de iniciativa do Poder Executivo.

Art. 10 Distrito é a parte do território do Município, dividido para fins administrativos de circunscrição territorial e de jurisdição municipal, com denominação própria.

§ 1º Aplica-se ao distrito o disposto no § 2º do artigo anterior.

§ 2º O distrito poderá subdividir-se em vilas, de acordo com a lei.

Art. 11 A criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei após a consulta plebiscitária às populações diretamente interessadas, observadas a legislação estadual específica e o atendimento aos requisitos estabelecidos no art. 12 desta Lei Orgânica.

Parágrafo Único – O distrito pode ser criado mediante fusão de dois ou mais distritos, aplicando-se, neste caso, as normas estaduais e municipais cabíveis relativas à criação e à supressão.

Art. 12 São requisitos para criação de distrito:

I - população, eleitorado e arrecadação não inferior à sexta parte exigida para a criação do município;

II – existência no povoado de, pelo menos, cinquenta moradias, escola pública, posto de saúde e posto policial.

Parágrafo Único – Comprova-se o atendimento às exigências mencionadas neste artigo através de:

a) Declaração emitida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de estimativa da população;

b) Certidão emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral, do número de eleitores;

c) Certidão emitida pelo agente municipal de estatística ou pela repartição competente do Município, certificando o número de moradias;

d) Certidão do órgão fazendário estadual e de Baraúna, informando a arrecadação na respectiva área territorial;

1. Certidão emitida pela Prefeitura de Baraúna ou pela Secretaria Municipal de Educação, pelo Secretária Municipal de Saúde e pela Secretaria de Segurança do Estado do Rio Grande do Norte, informando a existência de escola pública, posto de saúde e posto policial, respectivamente, no povoado sede.

Art. 13 Na fixação das divisas distritais serão observados:

I - sempre que possível, serão evitadas formas assimétricas, estrangulamentos e alongamentos exagerados;

II – preferência para a delimitação de linhas naturais, facilmente identificáveis;

III – na inexistência de linhas naturais, utilizar linhas retas, cujos extremos, pontos naturais ou não, sejam facilmente identificáveis;

IV – é vedada a interrupção de continuidade territorial do Município ou do distrito de origem.

Parágrafo Único – As divisas distritais devem ser descritas trecho a trecho, salvo para evitar duplicidade, nos trechos que coincidirem com os limites municipais.

CAPÍTULO III

Da Competência do Município

SEÇÃO I

Da Competência Privativa

Art. 14 Compete ao Município de Baraúna:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

II – suplementar a legislação federal e a estadual, no que couber;

III – elaborar o orçamento anual e o plano plurianual de investimentos;

IV – instituir e arrecadar os tributos municipais, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.

V - fixar, fiscalizar e cobrar tarifas ou preços públicos;

VI - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;

VII - dispor sobre administração, utilização e alienação dos bens públicos, observando-se:

a) adquirir bens, inclusive através de desapropriação por necessidade de utilidade pública ou interesse social;

b) aceitar legados e doações;

c) dispor sobre concessão, permissão, cessão e autorização de uso de seus bens.

VIII - dispor sobre organização, administração e execução;

dos serviços municipais;

IX – instituir o quadro, os planos de carreira e o regime jurídico dos servidores públicos municipais;

X – organizar e prestar, direta ou sob o regime de concessão ou permissão, os serviços públicos locais, inclusive o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

XI – criar e manter serviço de proteção ao incêndio;

XII – manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado do Rio Grande do Norte, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;

XIII – instituir, executar e apoiar programas educacionais e culturais que propiciem o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente;

XIV – amparar, de modo especial, os idosos e os portadores de deficiência física e mental;

XV – estimular a participação popular na formulação de políticas e sua ação governamental, estabelecendo programas de incentivo a projetos de organização comunitária nos campos social e econômica, cooperativa de produção e mutirões;

XVI – prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população, inclusive assistência nas emergências médico-hospitalares de pronto-socorro com recursos próprios ou mediante convênio com entidade especializada;

XVII – planejar e controlar o uso, o parcelamento e a ocupação do solo em seu território, especialmente o de sua zona urbana;

XVIII – estabelecer normas de edificação, de loteamento, de arruamento e de zoneamento urbano e rural, bem como as limitações urbanísticas convenientes à ordenação do seu território, observadas as diretrizes da lei federal;

XIX – instituir, planejar e fiscalizar programas de desenvolvimento urbano nas áreas de habitação e saneamento básico, de acordo com as diretrizes estabelecidas na legislação federal, sem prejuízo do exercício da competência comum correspondente;

XX – dispor, mediante plebiscito popular, sobre qualquer alteração territorial, na forma da Lei Estadual, preservando a continuidade e unidade histórica e cultural do ambiente urbano;

XXI – combater a poluição urbana em todas as suas formas;

XXII – prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar ou não, bem como de outros detritos e resíduos de qualquer natureza;

XXIII – conceder e renovar licença para localização e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços e quaisquer outros;

XXIV – cassar a licença que houver concedido ao estabelecimento cuja atividade venha a se tornar prejudicial à saúde, à higiene, à segurança, ao sossego e aos bons costumes da sociedade;

XXV – ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, de serviços e outros, atendidas as normas da legislação federal aplicável;

XXVI – organizar e manter os serviços de fiscalização necessários ao exercício do seu poder de polícia administrativa;

XXVII – fiscalizar, nos locais de venda, peso, medidas e condições sanitárias dos gêneros alimentícios, observados a legislação federal pertinente;

XXVIII – dispor sobre o depósito e venda de animais e mercadorias apreendidos em decorrência de transgressão da legislação municipal;

XXIX – dispor sobre registro, guarda, vacinação e captura de animais, com a finalidade precípua de controlar e erradicar moléstias que possam ser portadores e transmissores;

XXX – disciplinar os serviços de carga e descarga, bem como fixar a tonelagem máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais, inclusive nas vicinais, cuja conservação seja de sua competência;

XXXI – sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar sua utilização;

XXXII – regulamentar a utilização dos logradouros públicos e, especialmente no perímetro urbano, determinar o itinerário e os pontos de parada obrigatória de veículos de transporte coletivo;

XXXIII – fixar e sinalizar as zonas de silêncio e de trânsito e tráfego em condições especiais;

XXXIV – regular as condições de utilização dos bens públicos de uso comum;

XXXV – regular, executar, licenciar, fiscalizar, conceder, permitir ou autorizar, conforme o caso:

a) os serviços de carros de aluguel, inclusive o uso de taxímetro;

b) os serviços funerários e os cemitérios;

c) os serviços de mercados, feiras e abatedouros;

d) os serviços de construção e conservação de estradas, ruas, vias ou caminhos municipais;

e) a afixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda, nos locais sujeitos ao poder de polícia municipal.

XXXVI – fiscalizar os quintais e terrenos baldios, notificando os proprietários mantê-los asseados, murados e com as calçadas correspondentes as suas testadas devidamente construídas, sob pena de execução direta pela administração e, sem prejuízo

de sanções, cobrança do custo respectivo ao proprietário até cinco anos;

XXXVII – tombar e proteger bens, documentos, obras e locais de valor histórico ou artístico e as paisagens naturais, bem como cultivar a tradição de festas populares;

XXXVIII – dispor sobre áreas verdes e reservas ecológicas do Município;

XXXIX – criar e manter estabelecimentos para o ensino nos variados graus;

XL – amparar a maternidade, a infância, os idosos, os deficientes e os desvalidos, coordenando e orientando os serviços sociais do âmbito do Município;

XLI – proteger a juventude contra a exploração e fatores que possam conduzi-la ao abandono físico, moral e intelectual, promovendo os meios de assistência em todos os níveis, aos menores abandonados;

XLII – promover medidas necessárias para restringir a mortalidade infantil e para higiene social que impeçam a propagação de doenças transmissíveis;

XLIII – fixar os locais de estacionamento público de táxis e demais veículos;

XLIV – estabelecer servidões administrativas necessárias à realização de seus serviços, inclusive a dos seus concessionários;

XLV – adquirir bens, inclusive por meio de desapropriação;

XLVI – assegurar a expedição de certidões, quando requeridas às repartições municipais para defesa de direitos e esclarecimentos de situações;

§ 1º - As competências previstas neste artigo não esgotam o exercício privativo de outras, na forma da lei, desde que atendam ao peculiar interesse do Município de Baraúna, bem como, no auxílio a suas populações e não conflitem com a competência federal e estadual.

§ 2º -As normas de edificação, de loteamento e arruamento a que se refere o inciso XVIII deste artigo deverão exigir reserva de áreas destinadas a:

I - zonas verdes e demais logradouros públicos;

II - vias de tráfego e de passagem de canalizações públicas, de esgotos e de águas pluviais;

III - passagem de canalizações públicas de esgotos e de águas pluviais nos fundos dos lotes, obedecendo às dimensões e demais condições estabelecidas na legislação.

§ 3º - A lei que dispuser sobre a guarda municipal, destinada à proteção dos bens, serviços e instalações municipais, bem como, no auxílio às polícias militar e civil, estabelecerá sua organização e competência.

§ 4º - A política de desenvolvimento urbano, com o objetivo de ordenar as funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes, deve ser consubstanciada em Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, nos termos do art. 182, §1º, da Constituição Federal.

SEÇÃO II

Da Competência Comum

Art. 15 É de competência comum do Município de Baraúna, da União e do Estado do Rio Grande do Norte na forma prevista em lei complementar federal:

I – zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II – cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

III –proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV – impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

VI – proteger o meio ambiente e combater a poluição em quaisquer de suas formas;

VII – preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII – fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX – promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X – combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores mais carentes do Município;

XI – registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais no território do Município de Baraúna;

XII – estabelecer e implantar política de educação no trânsito para a melhoria da segurança nas estradas e vias públicas municipais.

CAPÍTULO IV

Das Vedações

Art. 16 Além de outros casos previstos nesta Lei Orgânica, ao

Município de Baraúna é vedado:

I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhe o funcionamento ou manter com eles e seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a celebração de interesse público;

II – recusar fé aos documentos públicos;

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si;

IV – subvencionar ou auxiliar, de qualquer forma, com recursos públicos, quer pela imprensa, rádio, televisão, serviço de autôfalante, cartazes, anúncios ou outro meio de comunicação, propaganda política-partidária ou a que se destinar a campanhas ou objetivos estranhos à administração e ao interesse público;

V – denominar nomes de pessoas vivas a instituições, vias e logradouros públicos.

CAPÍTULO V

Da Administração Pública

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 17 A administração pública direta, indireta ou funcional, de qualquer dos poderes do Município de Baraúna, obedece aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e interesse público, transparência e participação popular, bem como aos demais princípios estabelecidos na Constituição Federal e, também, ao seguinte:

I – Os cargos, empresas e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;

II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarada em lei de livre nomeação e exoneração;

III – o prazo de validade de concurso público é de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV – durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aqueles aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos devem ser convocados, com prioridade sobre novos concursados, para assumir o cargo ou emprego, na carreira;

V – os cargos em comissão e as funções de confiança devem ser exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargos de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstas em lei, ficando obrigatório o pagamento de sua remuneração em data coincidente com a dos servidores efetivos;

VI – é garantido ao servidor público o direito a livre associação sindical;

VII – o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar federal;

VIII – a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX – a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

X – a revisão geral da remuneração dos servidores públicos far-se-á sempre na mesma data;

XI – a lei fixará o limite máximo entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados, como limite máximo, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito;

XII – os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII – é vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos, para efeito de remuneração de pessoal do serviço público, ressalvado o disposto no inciso anterior e no § 1º, do art. 19, desta Lei Orgânica;

XIV – os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimo ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento;

XV – os vencimentos dos servidores públicos são irredutíveis e a remuneração observará o que dispõem os incisos XI e XII deste artigo, bem como os arts. 150, II; 153, III, § 2º, I, da Constituição Federal;

XVI – é vedado à acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários:

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor e outro de técnico ou científico;

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

XVII – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público;

XVIII – a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX – somente por lei específica poderão ser criadas empresas

públicas, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação pública;

XX – depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresas privadas;

XXI – ressalvados os casos específicos na legislação, as obras, os serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusula que estabeleçam obrigações e pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, exigindo-se a qualificação técnica e econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações.

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos.

§ 2º A não observância do disposto nos incisos II e III deste artigo implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 3º As reclamações relativas à prestação de serviço públicos serão disciplinadas em lei;

§ 4º os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e graduação prevista em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º Os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízo ao erário, ressalvado as respectivas ações de ressarcimento ao erário, na forma e graduação prevista em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado, prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

SEÇÃO II

Dos Servidores Públicos

Art. 18 O Município instituirá regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

§ 1º A lei assegurará aos servidores da administração direta, autarquia e fundacional, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do e mesmo Poder ou entre servidores dos poderes Executivo e legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas a natureza ou local de trabalho.

§2º Aplica-se a esses servidores o disposto no art. 7º, IV, VI, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, XIII, e XXX da Constituição Federal.

Art. 19 O Servidor será aposentado:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos integrais, quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais aos demais casos:

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III - voluntariamente;

a)- aos trintas e cinco anos de serviço, se homem e aos trinta,

se mulher, com proventos integrais;

b) aos trinta anos de serviço, se homem, aos vinte e cinco anos

se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;

c) – aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e vinte e cinco, se professora, com proventos integrais;

d) – aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 1º A lei poderá estabelecer execuções ao disposto no inciso III, “a” e “c”, no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas.

§ 2º A lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários.

§ 3º O tempo de serviço público federal, estadual e/ou municipal será computado integralmente para efeitos de aposentadoria e de disponibilidade.

§ 4º Aplica-se ao servidor público o disposto no § 2º do art. 202 da Constituição Federal.

Art.20 São estáveis, após três anos de efetivo exercício, os servidores públicos municipais, nomeados em virtude de concurso público.

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

Art. 21 O plano de cargos e carreiras do servidor público municipal será elaborado de forma a assegurar aos servidores municipais remuneração compatível com o mercado de trabalho para a função respectiva, oportunidade de progresso funcional e

acesso à escadaria superior.

§ 1º O Município proporcionará aos servidores oportunidade de crescimento profissional, através de programas de formação de mão-de-obra, aperfeiçoamento e reciclagem.

§ 2º - Os programas mencionados no parágrafo primeiro terão caráter permanente.

Art. 22 Ao servidor público municipal, em exercício do mandato eletivo, aplicam-se às disposições do art. 38 da Constituição Federal.

Art. 23 São direitos do servidor público, entre outros;

I-décimo terceiro salário com base na remuneração integral;

II - remuneração do trabalho noturno superior ao diurno;

III-salário-família para os seus dependentes;

IV- duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias

e quarenta e quatro semanais, facultado a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

V - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;

- repouso semanal remunerado;
- remuneração de serviços extraordinários superior, no mínimo em cinquenta por cento a do normal;

VIII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelos menos, um terço a mais, do salário normal;

IX - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de cento e vinte dias;

X - participação do funcionário público na gerência de fundos e entidades para os quais contribui, a ser regulamentada por lei;

XI - direito a reunião em locais de trabalho, desde que não exista comprometimento de atividades funcionais regulares;

XII - liberdade de filiação político-partidária;

XIII - licença especial de três meses, após a implementação de cada cinco anos de efetivo exercício;

XIV - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;

XV - licença-paternidade, nos termos fixados em lei;

XVI - adicional da remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei.

Art. 24 O Servidor Público do Município, quando investido na função de direção máxima de entidade representativa de classe ou conselheiro de entidade de fiscalização do exercício das profissões liberais, não poderá ser impedido de exercer suas funções nesta entidade, nem sofrerá prejuízos nos seus salários e demais vantagens na sua instituição de origem.

Art.25 As empresas fundações autarquias e sociedade de economia mista que integram a organização municipal terão conselho representativo, constituído por servidores das respectivas entidades e por esses escolhidos em votação direta e secreta.

Art. 26 Será assegurada a participação dos servidores, na elaboração e instituição do seu regime jurídico, plano de cargos e salários e no Estatuto do Magistério Municipal.

Art. 27 A lei assegurará aos servidores da administração pública direta, das autarquias, fundações e empresas de economia mista, controlada acionariamente pelo Município, o vale transporte, obedecendo ao disposto na legislação federal.

TÍTULO III

Da Organização dos Poderes

CAPÍTULO I

Do Poder Legislativo

SEÇÃO I

Da Câmara Municipal

Art. 28 O Poder Legislativo de Baraúna, é exercido pela Câmara Municipal.

Parágrafo Único - Cada legislatura tem a duração de quatro anos, correspondendo cada ano a uma sessão legislativa.

Art. 29 A Câmara Municipal de Baraúna compõe-se de vereadores eleitos pelo sistema proporcional, como representantes do povo com mandato de quatro anos.

§ 1º São condições de elegibilidade para o exercício do mandato de vereador, na forma da lei federal:

- I – a nacionalidade brasileira;
- II – o pleno exercício dos direitos políticos;
- III – o alistamento eleitoral;
- IV – o domicílio eleitoral na circunscrição;
- V – a filiação partidária;
- VI – a idade mínima de dezoito anos;
- VII – ser alfabetizado.

§ 2º A partir de 1º de janeiro de 2013, a Câmara Municipal de Baraúna terá 11 (onze) Vereadores, aumentando automaticamente de acordo com o número de habitantes informado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, como previsto no artigo 29, inciso IV, alíneas "c", "d", "e" e "f", da Constituição Federal, observando o limite máximo de: O número de vereadores será fixado pela Justiça Eleitoral, tendo em vista o disposto no art. 29, IV, da Constituição Federal.

I – 13 (Treze) Vereadores, quando o número de habitantes for de 30.001 (trinta mil e um) até 50.000 (cinquenta mil) habitantes;

II – 15 (Quinze) Vereadores, quando o número de habitantes for de 50.001 (Cinquenta mil e um) até 80.000 (oitenta mil) habitantes;

III – 17 (Dezessete) Vereadores, quando o número de habitantes for de 80.001 (oitenta mil e um) até 120.000 (cento e vinte mil) habitantes;

IV – 19 (Dezenove) Vereadores, quando o número de habitantes for de 120.001 (cento e vinte mil e um) até 160.000 (cento e sessenta mil) habitantes;

(Alterado pela Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 001/2017)

Art. 30 A Câmara Municipal de Baraúna reunir-se-á, anual e ordinariamente, na sede do Município, de 1º de fevereiro a 30 de novembro, com recesso parlamentar de 1º de dezembro ao último dia de janeiro.

§ 1º A Câmara Municipal reunir-se-á no período ordinário de 1º de fevereiro a 30 de novembro conforme calendário a seguir discriminado:

- a)Mês de fevereiro: sessões ocorrendo nas quintas-feiras;
- b)Mês de março: sessões ocorrendo nas terças e quintas-feiras;
- c)Mês de abril: recesso;
- d)Mês de maio: sessões ocorrendo nas quintas-feiras;
- e)Mês de junho: recesso;
- f)Mês de julho: sessões ocorrendo nas quintas-feiras;
- g)Mês de agosto: recesso;
- h)Mês de setembro: sessões ocorrendo nas quintas-feiras;
- i)Mês de outubro: recesso;
- j)Mês de novembro: sessões ocorrendo nas terças e quinta-feira;
- k)Mês de dezembro e janeiro: recesso;

§2º Reuniões inaugurais de cada Sessão Legislativa, marcadas para as datas que lhes corresponde, previsto no parágrafo anterior, serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando coincidirem com sábados, domingos e feriados.

§ 3º A convocação da Câmara é feita no período e nos termos estabelecidos no "caput" deste artigo, correspondente a sessão legislativa ordinária.

§ 4º A convocação extraordinária da Câmara far-se-á:

- I - pelo Prefeito, quando este a entender necessária;
- II – pelo Presidente da Câmara, para o compromisso e a posse do Prefeito e Vice-Prefeito;
- III - pelo Presidente da Câmara ou o requerimento da maioria (dois terços) dos membros desta, em casos de urgência ou interesse público relevantes;

§ 5º Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara Municipal de Baraúna somente deliberará sobre a matéria para a qual for convocada.

Art. 31 As deliberações da Câmara serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus membros, salvo disposição em contrário prevista na Constituição Federal e nesta Lei Orgânica.

Art. 32 As sessões ordinárias referentes ao período legislativo, só poderão ser encerradas com a aprovação ou rejeição, do orçamento anual do município previsto para o ano subsequente.

Art. 33 As sessões da Câmara realizar-se-ão em recinto destinado ao seu funcionamento, observado o disposto no art. 37, XIII, desta Lei Orgânica.

§ 1º O horário das sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal é o estabelecido em seu Regimento Interno.

§ 2º Poderão ser realizadas sessões solenes fora do recinto da Câmara.

Art. 34 As sessões serão públicas, salvo deliberação em contrário, de dois terços (2/3) dos Vereadores, adotada em razão de motivo relevante.

Art. 35 As sessões somente serão abertas com a presença da maioria simples (metade mais um) dos membros da Câmara.

SEÇÃO II

Das Atribuições da Câmara Municipal

Art. 36 Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do município, especialmente sobre:

- I – tributos municipais, arrecadação e dispêndio de suas rendas;
- II – isenção e anistia em matéria tributária, bem como remissão

de dívidas;

III – orçamento anual, plano plurianual e autorização para abertura de créditos suplementares e especiais;

IV – operações de créditos, auxílios e subvenções;

V – Concessão, permissão e autorização de serviços públicos;

VI – concessão administrativa do uso dos bens municipais;

VII – alienação de bens públicos;

VIII – aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargo;

IX – organização administrativa-municipal, criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, bem como a fixação dos respectivos vencimentos;

X – criação e estruturação de secretarias municipais e demais órgãos da administração pública, bem assim a definição das respectivas atribuições;

XI – aprovação do Plano Diretor e demais Planos e Programas de Governo Municipal;

XII – autorização para a assinatura de convênios de qualquer natureza com outros municípios ou com entidades públicas ou privadas;

XIII – delimitação do perímetro urbano;

XIV – transferência temporária da sede do governo municipal;

XV – autorização para mudança de denominação de prédios, vias e logradouros públicos;

XVI – normas urbanísticas, particularmente as relativas a zoneamento e loteamento.

XVII – Para se atender o disposto do inciso XV, será necessário consulta popular.

SEÇÃO III

Da Câmara dos Vereadores

Art. 37 É de competência exclusiva da Câmara Municipal:

- I – eleger os membros de sua Mesa Diretora;
- II – elaborar o Regimento Interno;
- III – organizar os serviços administrativos internos e prover os cargos respectivos;
- IV – propor a criação ou a extinção dos cargos dos serviços administrativos internos e a fixação dos respectivos vencimentos;
- V – conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores;
- VI – autorizar o Prefeito a ausentar-se do Município, quando a ausência exceder a quinze dias;
- VII – exercer a fiscalização contábil, financeira e orçamentária do Município, mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo;

VIII – tomar e julgar as contas da Prefeitura, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado, no prazo Máximo de sessenta dias do seu recebimento, observados os seguintes preceitos:

a)O parecer do Tribunal somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços (2/3) dos membros da Câmara;

b)decorrido o prazo de sessenta dias; sem deliberação pela Câmara, as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas;

c)as contas da Prefeitura ficarão à disposição de qualquer contribuinte do Município de Baraúna, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, nos termos da lei;

d)rejeitadas as contas, serão estas, imediatamente, remetidas ao Ministério Público para os fins de direito.

IX –decretar a perda do mandato do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos vereadores, nos casos indicados na Constituição Federal, nesta Lei Orgânica e na legislação federal aplicável;

X – autorizar a realização de empréstimo ou de crédito interno de qualquer natureza, de interesse do Município de Baraúna;

XI – proceder à tomada de contas da Prefeitura, através de Comissão Especial, quando não apresentadas à Câmara, dentro de cento e vinte dias após a abertura da sessão legislativa;

XII – aprovar convênio, acordo ou qualquer outro instrumento celebrado pelo Município com a União, Estado, pessoa jurídica de direito privado, instituições estrangeiras ou multinacionais, quando se tratar de matéria assistencial, educacional, cultural ou técnica;

XIII – estabelecer e mudar temporariamente o local de suas sessões;

XIV – convocar o Prefeito, secretários do Município ou autoridade equivalente para prestar esclarecimentos, apressando dia e hora para o comparecimento, importando a ausência sem justificativa adequada em crime de responsabilidade punível na forma da legislação federal.

XV – encaminhar pedidos escritos de informação a secretário do Município ou autoridade equivalente, importando crime de

responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

XVI – ouvir secretários do Município ou autoridades equivalentes, quando, por sua iniciativa e mediante entendimentos prévios com a Mesa, comparecerem à Câmara Municipal para expor assunto de relevância da Secretaria ou do órgão da administração de que forem titulares;

XVII – deliberar sobre o atendimento e a suspensão de suas sessões;

XVIII – criar comissão parlamentar de inquérito sobre fato determinado e prazo certo, mediante requerimento de dois terços de seus membros;

XIX – conceder título de cidadão honorário ou conferir homenagem a pessoa que, reconhecidamente, tenham destacado pela atuação exemplar na vida pública e particular, mediante proposta pelo voto de dois terços (2/3) dos membros da Câmara.

XX – solicitar a intervenção do Estado no Município; observado o disposto no art. 35 da Constituição Federal, por decisão de dois terços (2/3) dos membros da Câmara;

XXI – julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, nos casos previstos em lei;

XXII – fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração Indireta;

XXIII – fixar, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 150, II, 153, III e 153 § 2º, I, da Constituição Federal, a remuneração dos Vereadores, em cada legislatura para a subsequente, sobre a qual incidirá o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

1. sobre a remuneração a que se refere este inciso, incidirão o 13º subsídio e 1/3 (um terço) de férias;
2. o pagamento do 13º subsídio, poderá ser realizado em duas parcelas, de 50% (cinquenta por cento) cada, nos meses de julho e dezembro;
3. ao Vereador, será pago verba indenizatória de periodicidade mensal, destinada exclusivamente ao ressarcimento das despesas relacionadas ao exercício do mandato parlamentar, no valor máximo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

(Alterado pela Emenda à Lei Orgânica nº 01/2017, de 03 de novembro de 2017)

XXIV – fixar, observado o que dispõem o art. 17, XI, desta Lei Orgânica, e os arts. 150, II, 153, III e 153, §2º, I, da Constituição Federal, em cada legislatura para a subsequente, a remuneração do prefeito, do Vice-Prefeito e secretários municipais ou autoridades equivalentes.

1. sobre a remuneração a que se refere este inciso, incidirão o 13º subsídio e 1/3 (um terço) de férias.

b) o pagamento do 13º subsídio, poderá ser realizado em duas parcelas, de 50% (cinquenta por cento) cada, nos meses de julho e dezembro.

(Alterado pela Emenda à Lei Orgânica nº 01/2017, de 03 de novembro de 2017)

Art. 38 Os Vereadores são invioláveis, no exercício do mandato e na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos.

§ 1º - Os vereadores terão acesso às repartições públicas municipais, podendo consultar documentos (desde que autorizado por comissão constituída pela mesa diretora da Câmara Municipal, diante das evidências apresentadas pelo Vereador), para se informarem sobre qualquer assunto de natureza contábil e administrativo.

Art. 39 É vedado ao Vereador:

I – desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista ou com suas empresas concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar cargo, emprego ou função, no âmbito da Administração Pública Direta ou indireta municipal, salvo mediante aprovação em concurso público e observado o disposto no art. 22 desta Lei Orgânica.

II – desde a posse:

a) Ocupar cargo, função ou emprego na Administração Pública Direta ou indireta do Município, de que seja exonerável “ad-nutum”, salvo o cargo de secretário do Município ou equivalente;

b) exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal;

c) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público do Município de Baraúna, ou nele exercer função remunerada;

e) Patrocinar causa junto ao Município de Baraúna em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a alínea “a” do inciso I deste artigo, salvo se na defesa de direitos individuais.

Art. 40 Perderá o mandato o Vereador:

I – se infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes;

III – caso utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

IV – ao deixar de comparecer, em cada legislatura anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara Municipal, salvo se por doenças comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade;

V – ao fixar residência ou domicílio eleitoral em outro Município;

VI – quem perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

VII – quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal;

VIII – pela sentença penal condenatória transitada em julgado, que determinar a sua reclusão;

IX – ao deixar de tomar posse no prazo estabelecido em lei, sem motivo justificado.

§ 1º - Além de outros casos definidos no Regimento Interno da Câmara Municipal de Baraúna, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Vereador ou a percepção de vantagens ilícitas ou imorais.

§ 2º - Nos casos dos incisos I, II, III e VI, a perda do mandato será declarada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal, após assegurado o amplo direito de defesa do Vereador conforme preceito do regimento interno da Casa, por votação secreta e com os votos de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros da Casa.

Art. 41 O Vereador poderá licenciar-se:

I – por motivo de doença;

II – para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que o afastamento não ultrapasse cento e vinte (120) dias por sessão legislativa;

III – para desempenhar missões temporárias, não superiores a 01 ano, de caráter cultural, educacional ou de interesse do Município de Baraúna, tendo o mesmo garantido a sua remuneração normal;

§ 1º Não perderá o mandato, considerando-se automaticamente licenciado, o Vereador investido no cargo de Secretário do Município ou em cargo equivalente ou assemelhado da Administração Pública direta ou indireta do Município conforme previsto no art. 40, inciso II, alínea “a”, desta Lei Orgânica.

§ 2º - Ao Vereador licenciado, nos termos do inciso I, a Câmara Municipal determinará o pagamento, no valor que estabelecer e na forma que especificar, de auxílio-doença.

§ 3º O auxílio-doença de que trata o parágrafo anterior poderá ser fixado no curso da Legislatura e não será computado para o efeito de cálculo da remuneração do Vereador.

§ 4º A licença para tratar de interesse particular não será inferior a 15 (quinze) dias, ficando o Vereador impedido de reassumir o exercício do mandato antes de seu término.

§ 5º Independentemente de requerimento, considerar-se-á como licença sem remuneração, o não comparecimento às reuniões da Câmara, de vereador privado de sua liberdade, em virtude de processo criminal em curso.

§ 6º - Na hipótese do § 1º, o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato.

Art. 42 Dar-se-á a convocação do suplente de Vereador nos casos de vaga ou licença.

§ 1º O suplente convocado deverá tomar posse no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data da convocação, salvo justo motivo aceito pela Câmara, quando o prazo será prorrogado, por igual período;

§ 2º - Ocorrendo vaga e não havendo suplente, o Presidente da Câmara comunicará o fato dentro de 48 (quarenta e oito) horas ao Tribunal Regional Eleitoral.

§ 3º - Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á o quorum em função dos Vereadores remanescentes.

SEÇÃO IV

Da Instalação e Funcionamento da Câmara

Art. 43 A Câmara reunir-se-á em sessão solene, no dia 1º de janeiro, no primeiro ano da Legislatura, para a posse de seus membros e da Mesa.

§ 1º A posse ocorrerá em sessão solene, sob a presidência do vereador mais idoso dentre os presentes, caso esta condição seja comum a mais de um vereador, presidi-la-á o mais votado dentre eles.

§ 2º O vereador que não tomar posse na sessão prevista no parágrafo anterior deverá fazê-lo dentro do prazo de quinze dias do início do funcionamento ordinário da Câmara, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 3º Imediatamente após a posse, os vereadores reunir-se-ão sob a presidência do escolhido com base no § 1º deste artigo, e havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que serão automaticamente empossados.

§ 4º Existindo número legal, o vereador indicado para presidente, com base no § 1º deste artigo, permanecerá na presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

§ 5º - A Mesa da Câmara Municipal será eleita para um mandato de 02 (dois) anos consecutivos, podendo ser reeleita,

parcial ou totalmente, aos mesmos cargos, para o biênio subsequente, sendo que a eleição para o segundo biênio poderá realizar-se de forma antecipada, em horário e dia fixados pela presidência da Câmara, através de Edital de convocação, publicado em Diário Oficial e Mural da Câmara Municipal, ocorrendo a posse dos eleitos no dia primeiro de janeiro do terceiro ano da legislatura.

(Alterado pela Emenda à Lei Orgânica nº 01/2017, de 03 de novembro de 2017)

~~§ 5º A Mesa da Câmara Municipal será eleita para um mandato de 02 (dois) anos consecutivos, podendo ser reeleita, parcial ou totalmente, aos mesmos cargos, para o biênio subsequente, sendo que a eleição para o segundo biênio far-se-á na primeira sessão ordinária do mês de dezembro que antecede a legislatura do segundo biênio, ocorrendo a posse dos eleitos no dia primeiro de janeiro do ano seguinte, inexistindo incompatibilidade para quem desejar se recandidatar.~~

§ 6º A reunião marcada para a data estabelecida no parágrafo anterior será transferida para o 1º dia útil subsequente quando recair em sábado ou domingo.

Art. 44 A Mesa da Câmara compõe-se dos cargos de Presidente, 1º e 2º Secretários, com mandato de dois anos.

(Alterado pela Emenda à Lei Orgânica nº 01/2017, de 03 de novembro de 2017)

~~Art. 44- A Mesa da Câmara se compõe do Presidente, do Vice-Presidente, do Primeiro Secretário, do Segundo Secretário, do terceiro Secretário e do Quarto Secretário, os quais se substituirão nessa ordem.~~

Art. 45 A Câmara terá comissões permanentes e especiais.

§ 1º - Às comissões permanentes em razão da matéria de sua competência, cabe:

I – discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do Regimento Interno, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de dois terço (2/3) dos membros da Casa;

II – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil.

III – convocar os secretários municipais ou Diretores, para prestarem informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;

IV – receber petições, reclamações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI – exercer, no âmbito de sua competência, a fiscalização dos atos do Executivo e da Administração Indireta.

§ 2º As comissões especiais, criadas por deliberação do Plenário, serão destinadas ao estudo de assuntos específicos.

§ 3º Na formação das comissões assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos ou dos blocos parlamentares que participem da Câmara.

§ 4º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprias das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno da Casa, serão criadas pela Câmara Municipal, mediante requerimento da maioria dos terços (2/3) de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Art. 46 A Maioria, e/ou Minoria, das Representações Partidárias, mesmo com apenas um membro, e os blocos parlamentares terão Líder e Vice – Líder, quando for o caso.

Art. 47 Além de outras atribuições previstas no Regimento Interno, os Líderes indicarão os representantes partidários nas comissões da Câmara.

Parágrafo Único – Ausente ou impedido o Líder, suas atribuições serão exercidas pelo Vice – Líder.

Art. 48 A Câmara Municipal, observado o disposto nesta Lei Orgânica, compete elaborar seu regimento interno, dispondo sobre sua organização, política e provimento de cargos de seus serviços e, especialmente, sobre:

I – sua instalação e funcionamento;

II – posse de seus membros;

III – eleição da Mesa, sua composição e sua atribuições;

IV – periodicidade das reuniões;

V – comissões;

VI – sessões;

VII – deliberações;

VIII – todo e qualquer assunto de sua administração interna.

Art. 49 A Mesa, dentre outras atribuições, compete:

I – tomar todas as medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

II – propor projetos que criem ou extingam cargos nos serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos;

III – apresentar projetos de lei dispondo sobre abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;

IV – promulgar a Lei Orgânica e suas emendas;

V – representar, junto ao Executivo, sobre necessidades de economia interna;

VI – contratar, na forma da lei, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 50 Compete ao Presidente da Câmara:

I – exercer, em substituição, a chefia do Executivo Municipal, nos casos previstos em lei;

II – representar a Câmara em juízo e fora dele;

III – dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;

IV – interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

V – promulgar as resoluções e os decretos legislativos;

VI – promulgar as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo plenário, desde que não aceite esta decisão, em tempo hábil, pelo chefe do Executivo Municipal;

VII – fazer publicar os atos da Mesa, as resoluções, decretos legislativos e as leis que vier a promulgar;

VIII – apresentar ao plenário, até o último dia do mês subsequente, o balancete relativo aos recursos recebidos e as despesas realizadas no mês anterior;

IX – requisitar o duodécimo destinado às despesas da Câmara;

X – autorizar as despesas da Câmara;

XI – representar, por decisão da Câmara, sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato municipal;

XII – solicitar por decisão de dois terços (2/3) da câmara, a intervenção do município nos casos admitidos pela Constituição Federal e pela Constituição Estadual;

XIII -prestar informações requeridas por certidões para esclarecimentos de situações;

XIV – encaminhar, para parecer prévio, a prestação de contas do Município ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte ou órgão a que for atribuída tal competência;

XV – requisitar forças, quando necessárias à preservação da regularidade e funcionamento da Câmara;

XVI – empossar o Prefeito e o Vice-Prefeito após a investidura dos mesmos nos respectivos cargos perante o Plenário;

XVII - empossar os Vereadores que por motivo justificado não tomaram posse com os demais;

XVIII – declarar extintos os mandatos do Prefeito, do Vice-Prefeito, de Vereadores, nos casos previstos em lei, em face de deliberação do Plenário, expedir Decreto Legislativo de cassação dos respectivos mandatos.

SEÇÃO V

Do Processo Legislativo

Art. 51 O processo legislativo municipal compreenderá a elaboração de:

I - emendas à Lei Orgânica Municipal;

II - leis complementares;

III - leis ordinárias;

IV - leis delegadas;

V - Decretos Legislativos;

V- Resoluções.

Art. 52 A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

I – de dois terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;

II – do Prefeito Municipal;

III – de iniciativa popular;

§ 1º - A proposta será votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 2º - A emenda à lei Orgânica municipal será promulgada pela Mesa da Câmara com o respectivo número de ordem.

§ 3º - A lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de estado de sítio ou intervenção no Município.

Art. 53 A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador, Comissão Permanente da Câmara ao Prefeito e aos cidadãos, que a exercerão sob a forma de moção articulada, subscrita, no mínimo, por cinco por cento do total do número de eleitores do Município.

Art. 54 As leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos de votação das leis ordinárias.

Parágrafo Único – Serão leis complementares dentre outras previstas nesta lei Orgânica:

I – Código Tributário do Município;

II – Código de Obras;

III – Código de Posturas;

IV – Lei instituída do regime jurídico único dos servidores municipais;

V – Código urbanístico;

VI – Código de zoneamento;

VII - Lei Orgânica instituidora da guarda municipal;

VIII - Lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos;

IX – lei que institui o Plano Diretor do Município;

X – Código de parcelamento do solo.

Art. 55 São de iniciativa exclusiva do Prefeito às leis que disponham sobre:

I – criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na Administração Direta e Autárquica ou aumento de sua remuneração;

II – servidores públicos do Poder Executivo, da Administração Indireta e autárquicas, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadorias;

III – criação, estruturação e atribuições das Secretarias, Departamentos ou Diretorias equivalentes e órgãos de Administração Pública;

IV – matéria orçamentária, e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílios e subvenções.

Parágrafo Único – Não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, ressalvado o disposto no inciso IV, primeira parte deste artigo.

Art. 56 É da competência exclusiva da Mesa da Câmara a iniciativa das leis que disponham sobre:

I – autorização para abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;

II – organização dos serviços administrativos da Câmara, criação, transformação ou extinção de seus cargos, empregos e funções e fixação da respectiva remuneração.

Parágrafo Único – Nos projetos de competência exclusiva da Mesa da Câmara não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista, ressalvado o disposto na parte final do inciso II deste artigo, se assinada pela metade dos Vereadores.

Art. 57 O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

§ 1º Solicitada a urgência, a Câmara deverá se manifestar em até trinta dias sobre a proposição, contados da data em que for feita a solicitação.

§ 2º Esgotado o prazo previsto no parágrafo anterior sem deliberação pela Câmara, será a proposição incluída na ordem do Dia, sobrestando-se às demais proposições, para que se ultime a votação, exceto , Vetos e Leis Orçamentárias.

§ 3º O prazo do § 1º não corre no período de recesso da Câmara, nem se aplica aos projetos de lei complementar.

Art. 58 Aprovado o projeto de lei será este enviado ao Prefeito no prazo de dez dias úteis que aquiescendo, o sancionará.

§ 1º O Prefeito, considerando o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento.

§ 2º Decorrido o prazo do parágrafo anterior, o silêncio do Prefeito importará sanção.

§ 3º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 4º A apreciação do veto, pelo plenário da Câmara, será feita dentro de quinze dias úteis a contar do seu recebimento, em uma só discussão e votação, com parecer ou sem ele, considerando-se rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores, em escrutínio secreto.

§ 5º Rejeitado o veto, será o projeto enviado ao prefeito em quarenta e oito horas para promulgação.

§ 6º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestados as demais proposições, até a sua votação final, ressalvadas as matérias de que trata o art. 60 desta Lei Orgânica.

§ 7º A não promulgação da lei no prazo de quarenta e oito horas pelo prefeito, nos casos dos § 2º e 5º, autoriza o Presidente da Câmara a fazê-lo em igual prazo e, no caso deste, não promulgá-la, caberá ao Vice-Presidente obrigatoriamente fazê-lo.

Art. 59 As leis delegadas serão elaboradas pelo Prefeito, que deverá solicitar a delegação à Câmara Municipal.

§ 1º Os atos de competência privativa da Câmara, a matéria reservada à lei complementar, os planos plurianuais e orçamentos não serão objeto de delegação.

§ 2º A delegação ao Prefeito será efetuada sob a forma de decreto legislativo, que especificará o seu conteúdo e os termos de seu exercício.

§ 3º O decreto legislativo poderá determinar a apreciação do projeto pela Câmara, que a fará em votação única, vedada a apresentação de emenda.

Art. 60 O Prefeito Municipal em casos de epidemias, enchentes, terremotos, e outros que possam afetar a segurança social, poderá decretar estado de calamidade pública, com força de lei, para a abertura de crédito extraordinário, devendo submetê-lo de imediato à Câmara Municipal, que estando em recesso, será convocada extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias.

Art. 61 Os projetos de resolução disporão sobre matérias de interesse interno da Câmara e os projetos e decretos legislativos sobre os demais casos de sua competência privativa.

Parágrafo Único – Nos casos de projetos de resolução e de projeto de decreto legislativo, considerar-se-á concluída a deliberação com a votação final, a elaboração da norma jurídica que será promulgada pelo Presidente da Câmara.

Art. 62 A matéria constante de projeto de lei rejeitado, somente poderá ser objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

SEÇÃO VI

Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária

Art. 63 A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município de Baraúna, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do executivo instituído em lei.

§ 1º O controle externo da Câmara será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ou órgão estadual a que for atribuída essa competência, e compreenderá a apreciação das Contas da Prefeitura e da Câmara, o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

§ 2º As contas da Prefeitura e da Câmara Municipal, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de sessenta dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão estadual a que for atribuída essa competência, considerando-se julgadas nos termos das conclusões desse parecer, se não houver deliberação dentro desse prazo.

§ 3º Somente por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou órgão estadual incumbido dessa missão.

§ 4º Rejeitadas as contas, serão estas, imediatamente remetidas ao Ministério Público para que este adote as medidas legais cabíveis.

§ 5º As contas do Município ficarão, no decurso do prazo previsto no § 2º deste artigo, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legalidade, nos termos da lei.

§ 6º As contas relativas à aplicação dos recursos transferidos pela União e Estado serão prestadas na forma da legislação federal e estadual em vigor, podendo o Município suplementá-las, sem prejuízo de sua inclusão na prestação anual de contas.

Art. 64 O Executivo manterá sistema de controle interno, a fim de:

I-Criar condições indispensáveis para assegurar eficácia ao controle externo e regularidade à realização da receita e despesa;

II-Acompanhar as execuções de programas de trabalho e do orçamento;

III-Avaliar os resultados alcançados pelos administradores;

IV-Verificar a execução dos contratos.

CÁPITULO II

Do Poder Executivo

SEÇÃO I

Do Prefeito e Vice-Prefeito

Art. 65 O Poder Executivo Municipal é exercido pelo Prefeito, com funções políticas, executivas e administrativas, auxiliados pelos Secretários Municipais ou ocupantes de cargos da mesma natureza.

Parágrafo Único – Aplicar-se-á legibilidade para Prefeito e Vice-Prefeito o disposto no § 1º do art. 29 desta lei Orgânica, no que couber, e a idade mínima de vinte e um anos.

Art. 66 A eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizar-se-á simultaneamente com a de Vereadores, nos termos estabelecidos no art. 29, inciso I e II da Constituição Federal.

Parágrafo Único – A eleição do Prefeito importará a do Vice-Prefeito com ele registrado.

Art. 67 No ato da posse e no término do mandato, o Prefeito e o Vice-Prefeito farão declaração pública de seus bens, as quais serão transcritas em livro próprio, resumidas em atas e divulgadas para o conhecimento público.

Art. 68 O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse no dia 1º de janeiro do ano subsequente à eleição, na mesma Sessão Solene de Instalação da Câmara Municipal, logo após a eleição da mesa, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Lei Orgânica, observar as leis da União, do Estado e do Município, promover o bem geral dos municípios e exercer o cargo sob a inspiração da democracia, de legitimidade e da legalidade.

§ 1º Decorridos dez dias da data fixada para a posse, se o Prefeito e/ou o Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior, justificado e aceito pela Câmara, não tiverem assumido os

cargos, estes serão declarados vagos.

§ 2º Enquanto não ocorrer a posse do Prefeito, assumirá o Vice-Prefeito, e, na falta ou impedimento deste, Presidente da Câmara.

§ 3º É conferido ao Prefeito eleito após quinze dias da Proclamação dos resultados oficiais das eleições, o direito de vista em toda documentação, máquinas, veículos, equipamentos e instalações da Prefeitura, objetivando tomar ciência da real situação em que o município se encontra, para fins de planejamento de sua gestão.

Art. 69 Substituirá o Prefeito, no caso de impedimentos, e/ou suceder-lhe-á, no caso de vaga, o Vice-Prefeito.

§ 1º O Vice-Prefeito não poderá recusar-se a substituir o Prefeito, sob pena de extinção do mandato, salvo motivo de força maior, justificado e aceito pela Câmara.

§ 2º O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, auxiliará o prefeito sempre que por ele for convocado, inclusive para missões especiais.

Art. 70 Em caso de impedimentos do Prefeito e do Vice-Prefeito ou vacância do cargo, assumirá a administração municipal o Presidente da Câmara.

Art. 71 Verificando-se a vacância do cargo de Prefeito e inexistindo Vice-Prefeito, observar-se-á o seguinte:

I – o correndo a vacância nos três primeiros anos de mandato, dar-se-á eleição noventa dias após a sua abertura, cabendo aos eleitos completar o período de seus antecessores;

II – ocorrendo a vacância no último ano de mandato, assumirá o Presidente da Câmara, que completará o período.

Art. 72 O mandato de Prefeito é de quatro anos, tendo início em primeiro de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição, permitida a reeleição para um período subsequente.

Art. 73 O prefeito e o vice-Prefeito, quando no exercício dos respectivos cargos, não poderão, sem licença da Câmara Municipal, ausentarem-se do Município por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo ou de mandato.

Parágrafo Único – O Prefeito regularmente licenciado terá direito a perceber a remuneração, quando:

I – impossibilidade de exercer o cargo por motivo de doença devidamente comprovada e aceito pela Câmara;

II – a serviço ou em missão de representação do Município.

Art. 74 - A remuneração do prefeito será estipulada na forma do inciso XXIII do art. 37 desta Lei Orgânica.

Parágrafo Único – Os Subsídios do Vice –Prefeito serão fixados na forma do “Caput” deste artigo, em quantia que não exceda a cinquenta por cento daquele atribuído ao Prefeito.

SEÇÃO II

Das Atribuições do Prefeito

Art. 75 Ao Prefeito, como chefe da Administração, compete dirigir, fiscalizar e defender os interesses do município, bem como adotar, de acordo com a lei, todas as medidas administrativas de interesse público, desde que não exceda as verbas orçamentárias.

Art. 76 Compete ao prefeito, entre outras atribuições:

I – iniciar o processo legislativo, na forma e casos previstos nesta Lei Orgânica;

II - exercer a direção Superior da Administração Municipal;

III - representar o Município em juízo e fora dele;

IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara e expedir os regulamentos para sua fiel execução;

V – vetar, no todo ou em parte, os projetos de lei aprovados pela Câmara;

VI – nomear e exonerar os Secretários Municipais e ocupantes de cargos da mesma natureza, e os diretores dos órgãos da Administração Pública direta ou indireta;

VII – decretar, nos termos da lei, a desapropriação por necessidade ou utilidade pública e/ou por interesse social;

VIII – expedir decretos, portarias e outros atos administrativos;

IX – permitir ou autorizar o uso de bens municipais, por terceiros;

X – prover os cargos públicos e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores;

XI – enviar à Câmara, até trinta de setembro, os projetos de lei relativos ao orçamento anual e ao plano plurianual do Município e das suas autarquias;

XII – encaminhar à Câmara, até 1º de março, a prestação de contas, bem como os balanços do exercício ano anterior;

XIII – encaminhar aos órgãos competentes os planos de aplicação e as prestações de contas exigidas em lei;

XIV - fazer publicar os atos oficiais;

XV - prestar à Câmara, dentro de trinta dias, as informações pela mesma solicitadas, salvas prorrogação, a seu pedido e por prazo determinado, em face da complexidade da matéria ou da dificuldade de obtenção, nas respectivas fontes, de todos os documentos necessários ao atendimento do pedido;

XVI – prover os serviços e obras da administração pública;

XVII – superintender a arrecadação dos tributos, bem como a guarda de aplicação da receita, autorizando as despesas e pagamento dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos votados pela Câmara;

XVIII – colocar à disposição da Câmara, dentro de dez dias de sua requisição, as quantias que devem ser despendidas de uma só vez e, até o dia 20 de cada mês, os recursos correspondentes as suas dotações orçamentárias e compreendendo os créditos suplementares e especiais;

XIX – aplicar multas previstas em lei e contratos, bem como revê-las quando impostas irregularmente, após prévio parecer do jurídico;

XX – resolver sobre os requerimentos, reclamações ou representações que lhe forem dirigidas;

XXI – oficializar, obedecidas as normas urbanística aplicáveis, as vias de logradouros públicos mediante denominação aprovada pela Câmara;

XXII – convocar extraordinariamente a Câmara quando o interesse da administração o exigir;

XXIII – aprovar projetos de edificação e plano de loteamento, arruamento e zoneamento urbano ou para fins urbanos;

XXIV – apresentar , anualmente à Câmara, relatório circunstanciado sobre o estado das obras e dos serviços municipais, bem assim o programa da administração para o ano seguinte;

XXV – organizar os serviços internos das repartições criadas por lei com observância no limite das dotações a elas destinadas;

XXVI – contrair empréstimo e realizar operações de créditos, mediante prévia autorização da Câmara;

XXVII – providenciar sobre a administração dos bens do município e sua alienação, na forma da lei;

XXIX – organizar e dirigir, nos termos da lei, os serviços relativos às terras do município;

XXX – desenvolver o sistema viário do município;

XXXI – conceder auxílio, prêmios e subvenções, no limite das respectivas verbas orçamentárias e do plano de distribuição, prévia e anualmente aprovado pela Câmara;

XXXII – providenciar sobre o incremento do ensino;

XXXIII – estabelecer a divisão administrativa do município, de acordo com a lei;

XXXIV – solicitar o auxílio das autoridades policiais do estado para garantia do cumprimento de seus atos;

XXXV – solicitar, obrigatoriamente, autorização à Câmara para ausentar-se do município, por tempo superior a quinze dias;

XXXVI – adotar providências para a conservação e salvaguarda do patrimônio municipal;

XXXVII - publicar, até sessenta dias após o encerramento da cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária;

XXXVIII – estimular a participação popular e estabelecer programa de incentivos para os fins previstos no art. 14, XV, observado ainda o disposto no título IV desta Lei Orgânica;

XXXIX - promover a criação, fusão ou extinção de Secretaria municipal, Empresa Pública ou de Economia Mista, mediante aprovação da Câmara Municipal;

XL – celebrar convênios com entidades públicas ou privadas para realização de objetivos de interesse do Município.

Art. 77 O Prefeito poderá delegar, por decreto, a seus auxiliares, as funções administrativas previstas nos incisos XL, XVII e XXVI do art. 77 desta Lei Orgânica.

Art. 78 Até trinta dias antes do término do mandato, o Prefeito Municipal entregará ao seu sucessor e publicará, relatório da situação da administração municipal que conterà, dentre outras, informações atualizadas sobre:

I – dívida do Município, por credor, com as datas dos respectivos vencimentos, inclusive das dívidas a longo prazo e encargos decorrentes de operações de crédito, informando sobre a capacidade da Administração Municipal de realizar operações de crédito de qualquer natureza;

II – Medidas necessária à regularização das contas municipais perante o Tribunal de Contas ou órgão equivalente, se for o caso;

III – prestação de contas de convênio, celebrado com organismo da União e do Estado, bem como do recebimento de subvenção ou auxílios;

IV- Situação dos Contratos com concessionárias e permissionárias de serviços públicos;

V – Estado dos contratos de Obras de serviços em execução ou apenas formalizados, sobre o que foi realizado e pago e o que há por executar e pagar, com os prazos respectivos;

VI - Transferência a serem recebidas da União e do Estado por força de mandamento constitucional ou de convênio;

VII – Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo em curso na Câmara Municipal, para permitir que a nova administração decida quanto à conveniências de lhes dá prosseguimento, acelerar o seu andamento ou retirá-los;

VIII – situação dos servidores do município, seu custo,

quantidade e órgão em que estão lotados e em exercício;

IX - relação dos bens móveis e imóveis pertencentes ao patrimônio público do município, informando onde estão localizados.

§ 1º É permitido ao Prefeito eleito, após quinze dias da proclamação do resultado oficial pela Justiça Eleitoral, construir equipe de transição, composta de até seis integrantes, para fins de planejamento de sua gestão, com direito de vista em toda a documentação contábil, contratos, máquinas, veículos, equipamentos e instalações da prefeitura e demais órgãos da administração, para tomar ciência da real situação em que o Município se encontra, devendo o Prefeito sucedido e seus auxiliares prestar as informações requisitadas.

§ 2º O descumprimento do que determina o art. 80, incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e § 1º, implica em crime de responsabilidade administrativa.

SEÇÃO III

Da Perda e Extinção do Mandato

Art. 79 É vedado ao Prefeito assumir outro cargo ou função na Administração Pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no art. 22 desta Lei Orgânica.

§ 1º Ao Prefeito e ao Vice-prefeito é vedado desempenhar função, a qualquer título, em empresa privada.

§ 2º A infringência ao disposto neste artigo e em seu § 1º, implicará perda do mandato.

Art. 80 As incompatibilidades declaradas no art.40, seus incisos e letras desta Lei Orgânica, estendem-se, no que forem aplicáveis, ao Prefeito e aos Secretários Municipais ou autoridades equivalentes.

Art. 81 São crimes de responsabilidades do Prefeito os previstos em lei federal.

§ 1º O Prefeito será julgado, pela prática de crime de responsabilidade perante o Tribunal de justiça do Estado.

§ 2º A Câmara Municipal tomando conhecimento de qualquer ato do Prefeito que configure infração penal comum por crime de responsabilidade, poderá nomear Comissão Especial para apurar os fatos e apresentar relatório conclusivo ao Plenário, no prazo de trinta dias.

§ 3º Se o plenário julgar procedentes as acusações apuradas na forma do § 1º deste artigo, promoverá a remessa do relatório à Procuradoria Geral de Justiça do Estado, para providência.

§ 4º Recebida a denúncia contra o prefeito pelo Tribunal de Justiça do Estado, a Câmara decidirá por maioria absoluta, sobre a conveniência da designação de Procurador para atuar no processo como assistente.

§ 5º O Prefeito ficará suspenso de suas funções com o recebimento da denúncia pelo Tribunal de Justiça do Estado, cessando o afastamento, caso não se conclua o julgamento do processo dentro de cento e vinte dias.

Art. 82 São infrações político-administrativas, do Prefeito as previstas em lei federal.

I – impedir o funcionamento regular do Poder Legislativo;

II – impedir o exame de livros, folhas de pagamento e demais documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura, bem como a verificação de obras e serviços municipais, por comissão de investigação da Câmara ou auditoria, regularmente instituída;

III – desatender, sem motivo justo, as convocações ou os pedidos de informações da Câmara quando feitos a tempo e na forma regular;

IV – retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos oficiais sujeitos a essa formalidade;

V – deixar de apresentar à Câmara no prazo previsto em lei, o projeto de lei de diretrizes orçamentária e a proposta orçamentária anual;

VI – descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro;

VII – praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência, ou omitir-se na sua prática;

VIII – omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas direitos ou interesses do Município, sujeitos a administração municipal;

IX – ausentar-se do município em tempo superior ao permitido em lei ou afastar-se da Prefeitura sem autorização da Câmara Municipal;

X – proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo.

Parágrafo Único – O prefeito será julgado pela prática de infrações político-administrativas, perante a Câmara.

Art. 83 O Processo de cassação do mandato do prefeito pela Câmara por infração definidas no artigo anterior, obedecerá ao seguinte rito:

I – a denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer cidadão, com a exposição dos fatos e indicação das provas; se o denunciante for vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão Processante. Se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a presidência ao substituto legal para os autos do processo, e só votará, se necessário para completar o quorum do julgamento. Quanto às votações em plenário, será convocado o suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a Comissão

Processante;

II – de posse da denúncia, o Presidente da Câmara na primeira sessão ordinária, determinará a sua leitura e constituirá a Comissão Processante com três vereadores sorteados dentre os desimpedidos que se habilitarem a participar dos trabalhos, os quais elegerão desde logo o Presidente e o Relator;

III – recebendo o processo, o Presidente da Comissão iniciará os trabalhos dentro de cinco dias, notificando o denunciado com a remessa de cópia da denúncia e dos documentos que a instituírem, para que no prazo de dez dias apresente defesa prévia por escrito, indique as provas que pretende produzir e arrole testemunhas, até o máximo de oito. Decorrido o prazo de defesa, a Comissão Processante emitirá parecer em cinco dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, a qual, neste caso, será submetida aos membros da Comissão processante. Se a comissão opinar pelo prosseguimento o presidente designará, desde logo, o início da instrução e determinará os atos e diligências que se fizerem necessárias para o depoimento do denunciado e inquirição das testemunhas;

IV - O denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo pessoalmente ou na pessoa de seu procurador, com antecedência mínima de vinte e quatro horas, sendo-lhe permitido assistir as diligências e audiências, bem como formular, através de seu procurador, perguntas às testemunhas e requerer o que for do interesse da defesa;

V -durante a instrução o Presidente da Comissão Processante deverá adotar as providências que entender necessárias na busca da verdade;

VI – concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado para razões finais, no prazo de cinco dias, e após o período a Comissão Processante emitirá Parecer Final pela procedência ou improcedência da acusação e solicitará ao Presidente da Câmara a convocação de sessão para julgamento. Na sessão de julgamento, o processo será lido integralmente, e, a seguir, os vereadores que o desejarem, poderão manifestar-se verbalmente pelo tempo máximo de dez minutos cada um, e, ao final, o denunciado ou seu procurador terá o prazo máximo de uma hora para produzir a sua defesa oral;

VII – concluída a defesa, proceder-se-á a tantas votações secretas quantas forem as infrações articuladas na denúncia. Considerar-se-á definitivamente afastado o cargo o denunciado que for declarado, pelo voto de dois terços, pelo menos, dos Membros da Câmara, o incurso em qualquer das infrações definidas no art. 69 desta Lei Orgânica, e/ou na Legislação Federal. Concluído o julgamento, O Presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação secreta sobre cada infração, e se houver condenação, expedirá o competente decreto legislativo de cassação do mandato do Prefeito;

VIII – o processo a que se refere este artigo, deverá estar concluído dentro de noventa 90 dias contado da data em que se efetivar notificação inicial do denunciado. Transcorrido o prazo sem julgamento, o processo será arquivado sem prejuízo de nova denúncia, ainda que sobre os mesmos fatos;

IX – opinando a Comissão Processante pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, deverá ser remetido cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, ao Tribunal de Contas do Estado e aos demais órgãos interessados na despesa do patrimônio público.

Parágrafo Único – Caso a Comissão processante opine pelo prosseguimento do processo, o Prefeito ficará suspenso de suas funções; cessando o afastamento, se o processo não for julgado no prazo previsto no inciso VII deste artigo.

Art. 84 Será declarado vago pela Câmara Municipal, o cargo de prefeito, quando:

I - ocorrer falecimento, renúncia ou condenação por crime funcional ou eleitoral;

II – deixar de tomar posse sem motivo justo, aceito pela Câmara, dentro de quinze dias;

III – infringir as normas dos artigos 40 e 73, desta Lei Orgânica;

IV – perder ou tiver suspensos os direitos políticos.

SEÇÃO IV

Dos Auxiliares Diretos do Prefeito

Art. 85 O Prefeito Municipal, por intermédio de ato administrativo, estabelecerá as atribuições dos seus auxiliares diretos, definindo-lhes competências, deveres e responsabilidades.

Art. 86 São auxiliares diretos do Prefeito:

I – os secretários municipais ou ocupantes de cargos da mesma natureza.

II – os Diretores de órgãos da Administração Pública Direta e Indireta.

§ 1º - os cargos são de livre nomeação e demissão do Prefeito.

§ 2º - os auxiliares diretos somente poderão usar veículo de propriedade do Poder Público Municipal, quando exclusivamente em serviço.

Art. 87 A lei municipal estabelecerá as atribuições dos auxiliares diretos do Prefeito, definindo-lhes a competência, deveres e responsabilidades.

Art. 88 São condições obrigatórias para a investidura no cargo de secretário, Diretor ou assemelhado:

I – ser brasileiro;

II – estar no exercício dos direitos públicos;

III – ser maior de vinte e um anos;

IV – ter residência fixa no município de Baraúna.

V – Ter curso a nível de 3º grau para os diretores e vice-diretores de escolas públicas municipais.

Art. 89 - Além das atribuições fixadas em lei, compete aos secretários, Diretores ou Assemelhados:

I – subscrever atos e regulamentos referentes aos seus órgãos;

II – expedir instruções para a boa execução das leis, decretos e regulamentos;

III – apresentar ao Prefeito relatório anual dos serviços realizados por suas Secretarias ou Órgãos;

IV – comparecer à Câmara Municipal, sempre que convocados pela mesma, para prestação de esclarecimentos oficiais.

§ 1º - os decretos, atos e regulamentos referentes aos serviços autônomos ou autárquicos serão referenciados pelo secretário da Administração;

§ 2º - A infringência ao inciso IV deste artigo, sem justificção aceita pela Câmara, importa em crime de responsabilidade nos termos da lei federal.

Art. 90 Os Secretários ou diretores são solidariamente responsáveis com o Prefeito pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem.

Art. 91 Lei Municipal, de iniciativa do Prefeito, poderá criar Administração de bairros e subprefeituras nos Distritos.

§ 1º Aos administradores de bairros ou subprefeitos como delegados do Poder Executivo, compete:

I – Cumprir e fazer cumprir as leis, resoluções, regulamentos e, mediante instruções expedidas pelo Prefeito, os atos da Câmara por ele aprovado;

II – atender as reclamações das partes e encaminhá-las ao Prefeito, quando se tratar de matéria estranha às suas atribuições ou quando for o caso;

III – indicar ao Prefeito as providências necessárias ao Bairro ou Distrito;

IV – fiscalizar os serviços que lhes são afetos;

V – prestar contas ao Prefeito mensalmente ou quando lhes forem solicitadas.

Art. 92 O subprefeito, em caso de licença ou impedimento, será substituído por pessoa de livre escolha do Prefeito.

Art. 93 Os auxiliares diretos do Prefeito apresentarão declaração de bens no ato da posse e no término do exercício do cargo, que constará dos arquivos da Prefeitura.

SEÇÃO V

Da Participação e Consulta Popular

Art. 94 A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto com valor igual para todos, e nos termos da lei, mediante:

I – Plebiscito;

II –referendo;

III –iniciativa popular.

Art. 95 O Prefeito municipal poderá realizar consultas populares para decidir sobre assuntos de interesse específico do Município, de bairro ou de distrito, cujas medidas deverão ser tomadas diretamente pela administração municipal.

§ 1º A consulta popular poderá ser realizada sempre que a maioria de dois terços dos membros da Câmara ou pelo menos cinco por cento do eleitorado do Município, com a identificação do título eleitoral, apresentarem proposições nesse sentido.

§ 2º A votação será organizada pelo Poder Executivo no prazo de dois meses após a apresentação da proposição, adotando-se cédula oficial, que conterá as palavras SIM e NÃO; indicando, respectivamente, aprovação ou rejeição da proposição.

I – a proposição será considerada aprovada se o resultado lhe tiver sido favorável pelo voto da maioria dos eleitores que comparecerem às urnas, em manifestação a que se tenham apresentado pelo menos cinquenta por cento da totalidade dos eleitores envolvidos;

II – Serão realizadas no máximo, duas consultas por ano;

III – é vedada a realização de consulta popular nos seis meses que antecederem as eleições para qualquer nível de governo.

Art. 96 O Prefeito Municipal proclamará o resultado da consulta popular, que será considerada como decisão sobre a questão proposta, devendo o governo municipal adotar as providências legais para sua consecução.

Art. 97 Todos os órgãos e instituições dos poderes do Município são acessíveis ao indivíduo, por petição ou representação, em defesa do direito ou em salvaguarda cívica do interesse coletivo e do meio ambiente.

§ 1º A autoridade municipal a quem for dirigida a petição ou representação, deverá oficializar o seu ingresso, assegurando-lhe tramitação rápida e dando-lhe fundamento legal ao exarar a decisão.

§ 2º O interessado deverá ser informado da solução aprovada por correspondência oficial, no prazo de sessenta dias a contar do protocolo, sendo-lhe fornecida certidão, se a requerer.

§ 3º É facultado a todos o acesso gratuito ao conhecimento do que constar a seu respeito nos registros em banco de dados do Município, públicos, ou privados, bem como do fim a que se destinam essas informações, podendo exigir a qualquer tempo, sua retificação e atualização.

§ 4º Pode o cidadão, diante da lesão ao patrimônio público, promover ação popular contra abuso de poder em defesa do meio ambiente, ficando o infrator ou autoridade omissa responsável pelos danos causados e custos processuais.

§ 5º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato de classe é parte legítima para denunciar irregularidades ou abusos, perante o Tribunal de Contas do Estado; exigir-lhe completa apuração e devida aplicação das sanções legais aos responsáveis, ficando a autoridade que receber a denúncia ou requerimentos, de providenciar a solução e a manifestar-se sobre a matéria.

§ 6º A denúncia deverá ser instruída com documentos que revelem indícios suficientes à apuração dos fatos.

§ 7º Assiste ao cidadão legitimidade para postular perante os órgãos públicos municipais, a apuração de responsabilidade, em caso de danos ao meio ambiente, conforme o disposto em lei.

CAPITULO III

Da Estrutura Administrativa

Art. 98 A Administração Municipal é constituída dos órgãos integrados na estrutura administrativa da Prefeitura e de entidade dotadas de personalidade jurídica própria.

§ 1º Os órgãos da administração direta que compõem a estrutura administrativa da Prefeitura se organizam e se coordenam atendendo aos princípios técnicos recomendáveis ao bom desempenho de suas atribuições.

§ 2º As entidades dotadas de personalidade jurídica própria que compõem a Administração Indireta do Município se classificam em:

I –autarquia - o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da administração pública, que requeiram para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizadas;

II – empresa pública – a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio e capital exclusivo do Município, criada por lei, para exploração de atividades econômicas que o governo municipal seja levado a exercer por força de contingência ou conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito;

III – sociedade de economia mista - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei, para exploração de atividades econômicas sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria, ao município ou a entidade da administração indireta;

IV – fundação pública – a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgão com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção e funcionamento custeado por recursos do município e de outras fontes.

§ 3º A entidade de que se trata o inciso IV do § 2º deste artigo adquire personalidade jurídica com a inscrição de escritura pública de sua constituição no registro civil de Pessoas Jurídicas, não se lhe aplicando as demais disposições do Código Civil concernentes às fundações.

CAPITULO IV

Dos Atos Municipais

SEÇÃO I

Da Publicidade dos Atos Municipais

Art. 99 A publicação das leis e dos atos municipais far-se-á obrigatoriamente em órgão da imprensa local ou regional, ou em sua impossibilidade, por afixação na sede da Prefeitura, da Câmara Municipal, dos Cartórios, Agência local da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT e Mercado Público Municipal; de forma que se dê conhecimento dos atos administrativo ao público em geral.

§ 1º A escolha do órgão de imprensa para a divulgação das leis e atos administrativos far-se-á através de licitação, em que se levarão em conta não só as condições de preço, como as circunstâncias de frequência, horário, tiragem e distribuição.

§ 2º Nenhum ato produzirá efeito antes de sua publicação.

§ 3º A publicação dos atos não normativos; pela imprensa, poderá ser resumida.

Art. 100 O Prefeito fará publicar:

I - mensalmente, o balancete resumido da receita e da despesa;

II– mensalmente, os montantes de cada um dos tributos arrecadados e recursos recebidos;

III– anualmente, através de órgão oficial do Estado e até quinze de março, as contas da administração; constituídas do balanço financeiro, do balanço patrimonial, do balanço orçamentário e demonstração das variações patrimoniais, em forma sintética.

SEÇÃO II

Dos Atos Administrativos

Art. 101 Os Atos Administrativos de competência do prefeito devem ser expedidos com obediência as seguintes normas:

I – decreto numerado em ordem cronológica, nos seguintes casos:

- a) - regulamentação de lei;
- b) - instituição modificação ou extinção de atribuições não constantes de lei;
- c) - regulamentação interna dos órgãos que forem criados na administração municipal;
- d) - abertura de créditos especiais e suplementares, até o limite autorizado por lei, assim como de crédito extraordinário;
- e) - declaração de utilidade pública ou necessidade social, para fins de desapropriação ou de servidão administrativa;
- f) - aprovação de regulamento ou de regimento das entidades que compõem a administração municipal;
- g) - permissão para exploração de serviços públicos e uso dos bens municipais;
- h) - medidas executórias do Plano Diretor do Município;
- i) - normas e efeitos extremos não privativos de lei;
- j) - fixação e alteração de preços dos serviços prestados pelo Município.

II – portarias, nos seguintes casos:

- a) - provimento e vacância dos cargos públicos e demais atos de efeito individuais;
- b) - lotação e relotação nos quadros de pessoal;
- c) - abertura de sindicância e processos administrativos, aplicação de personalidades e demais atos individuais de efeitos internos;
- d) - instituir e destituir grupos de trabalho;
- e) - outros casos determinados em lei ou decretos.

III – contrato, nos seguintes casos:

- a) - admissão de servidores para serviço de caráter temporário nos termos do artigo 17, IX, desta Lei Orgânica;
- b) - execução de obras e serviços municipais, nos termos da lei.

§ 1º. os atos constantes dos itens II e III deste artigo poderão ser delegados.

§ 2º os casos não previstos neste artigo obedecerão a forma de atos, instruções ou avisos da autoridade responsável.

SEÇÃO III

Das Proibições

Art. 102 A pessoa jurídica em débito com o sistema de segurança social, como estabelecido em lei federal, não poderá com o Poder Público Municipal nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

CAPÍTULO V

Dos Bens Municipais

Art. 103 Cabe ao prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da câmara quanto àqueles utilizados em seus serviços.

Art. 104 Todos os bens municipais deverão ser cadastrados, com a identificação respectiva, numerando-se os móveis segundo o que for estabelecido em regulamento, os quais ficarão sob a responsabilidade do chefe da secretaria ou diretoria a que forem distribuídos.

Art. 105 Os bens municipais deverão ser classificados:

- I – pela sua natureza;
- II – em relação a cada serviço.

Parágrafo único – Deverá ser feita, anualmente, a conferência da escrituração patrimonial com os bens existentes, e na prestação de contas de cada exercício, será incluído o inventário de todos os bens municipais.

Art. 106 A alienação de bens municipais subordinada a existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerá as seguintes normas:

- I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa e concorrência pública (dispensada a concorrência nos casos de doação e permuta);
- II – quando móveis, dependerá apenas de concorrência pública, dispensada esta nos casos de doação, que será permitida exclusivamente para pessoas jurídicas com fins assistenciais ou quando houver interesse público, justificada pelo executivo e com aprovação do poder legislativo.

Art. 107 O Poder executivo Municipal, mediante autorização do Poder Legislativo e aprovado por dois terços (2/3) dos seus membros, poderá vender qualquer imóvel pertencente ao patrimônio público Municipal;

§ 1º Os recursos oriundos à venda de imóveis mencionados neste artigo, deverão ser investidos em construção de moradias que serão destinadas a pessoas reconhecidamente carentes e sem possuir nem um tipo de imóvel, (conforme atestado expedido em cartório local), na forma da lei.

§ 2º O adquirente, mediante acordo com o executivo, poderá pagar o imóvel adquirido ajudando a construir as demais

moradias previstas no parágrafo anterior em sistema de mutirão;

§ 3º O comprador, adquirindo imóvel do Município por força desta Lei, terá prazo de um ano para iniciar a construção e dois anos para concluí-la.

§ 4º As moradias de que trata esta Lei terão no mínimo uma área de cem metros quadrados (100m2).

Art. 108 O Município, preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso mediante prévia autorização legislativa e concorrência pública.

§ 1º a concorrência poderá ser dispensada, por lei, quando o uso se destinar a concessionária de serviços públicos, a entidades assistenciais ou quando houver relevante interesse público, devidamente justificado.

§ 2º a venda aos proprietários de imóveis que sejam limitrofes de áreas urbanas remanescentes e inaproveitáveis para edificações, resultante de obras públicas, dependerá apenas de prévia avaliação e autorização legislativa, dispensada a licitação.

§ 3º as áreas resultantes de modificações de alinhamentos serão alienados nas mesmas condições previstas no parágrafo anterior.

Art. 109 Suprimido.

Art. 110 Os terrenos de propriedade do Município que forem doados a entidades filantrópicas, religiosas ou de representação profissional, terão área livre nunca inferior a trinta por cento da construção.

Parágrafo Único – Os donatários de terrenos de propriedade do Município ficam impedidos de aquisição de outros terrenos da municipalidade pelo prazo de cinco anos.

Art. 111 É proibida a doação, venda ou concessão de uso de qualquer fração dos parques, praças, jardins ou largos públicos;

Art. 112 O uso de bens municipais por terceiros, só poderá ser feito mediante concessão, ou permissão a título precário e por tempo determinado, conforme o interesse público o exigir.

§ 1º a concessão de uso dos bens públicos de uso especiais e dominicais, dependerá de lei e concorrência e será feita mediante contrato, sob pena de nulidade de ato, ressalvada a hipótese do § 1º do art. 6º desta lei orgânica.

§ 2º a concessão administrativa de bens públicos do uso comum somente poderá ser outorgada para finalidades escolares, de assistência social ou turística, mediante autorização legislativa.

§ 3º a permissão de uso, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita a título precário e por ato do prefeito, através de decreto e com prévia autorização do poder legislativo.

Art. 113 A utilização e administração dos bens públicos de uso especial, como: mercados, matadouros, terminais rodoviários, recintos de espetáculos e campos de esportes; serão feitas na forma da lei e com regulamentos específicos a serem elaborados pelo poder executivo no prazo máximo de cento e oitenta dias a contar da data de promulgação desta Lei Orgânica.

CAPÍTULO VI

Das Obras e Serviços Municipais

Art. 114 É de responsabilidade do município, mediante licitação e de conformidade com os interesses e as necessidades da população, prestar serviços públicos diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, bem como realizar obras públicas podendo contratá-las com particulares através do processo licitatório.

Art. 115 Nenhuma obra pública, salvo os casos de extrema urgência devidamente justificados, será realizada sem que conste:

- I – O respectivo projeto;
- II – O orçamento do seu custo estimado, podendo ser reavaliado durante o processo de execução;
- III - A indicação dos recursos financeiros para o atendimento das respectivas despesas;
- IV - A viabilidade do empreendimento, sua conveniência e oportunidade para o interesse público.

Art. 116 A concessão ou a permissão de serviço público somente será efetivada com autorização da Câmara Municipal e mediante contrato, precedido de licitação.

§ 1º Serão nulas de pleno direito as concessões e/ou as permissões, bem como qualquer autorização para a exploração de serviço público feitas em desacordo com o estabelecido neste artigo.

§ 2º Os serviços concedidos ou permitidos ficarão sempre sujeitos à regulamentação e à fiscalização da administração municipal, cabendo ao prefeito municipal aprovar as tarifas respectivas.

Art.117 Os usuários estarão representados nas entidades prestadoras de serviços públicos na forma que dispuser a legislação municipal, assegurando-se sua participação em decisões relativas a:

- I – Planos e programas de expansão dos serviços;
- II –Revisão da base de cálculo dos custos operacionais;
- III – política tarifária;
- IV – nível de atendimento da população em termos de

quantidade e qualidade

V – mecanismos para atendimento de pedidos e reclamações dos usuários, inclusive para apuração de danos causados a terceiros.

Parágrafo Único – Em se tratando de empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, a obrigatoriedade mencionada neste artigo poderá constar do contrato de concessão ou permissão.

Art.118 As entidades prestadoras de serviços públicos são obrigadas, pelo menos uma vez por ano, a dar ampla divulgação de suas atividades; informando em especial, sobre planos de expansão, aplicação de recursos financeiros e realização de programas de trabalho.

Art. 119 Nos contratos de concessão ou permissão de serviços públicos serão estabelecidos, entre outros:

I – Os direitos dos usuários, inclusive as hipóteses de gratuidade;

II – As regras para a remuneração do capital e para garantir o equilíbrio econômico e financeiro de contrato;

III – as normas que possam comprovar eficiência no atendimento do interesse público, bem como permitir a fiscalização pelo município de modo a manter o serviço contínuo, adequado e acessível;

IV – as regras para orientar a revisão periódica das bases de cálculo dos custos operacionais e de remuneração de capital, ainda que estipulada em contrato anterior;

V – a remuneração dos serviços prestados aos usuários diretos, assim como a possibilidade de cobertura dos custos por cobrança a outros agentes beneficiados pela existência dos serviços;

VI – as condições de prorrogação, caducidade, rescisão e reversão da concessão ou permissão.

Parágrafo Único - na concessão ou permissão dos serviços públicos, o município reprimirá qualquer forma de abuso do poder econômico, principalmente às que visem a dominação do mercado, a exploração monopolística e ao aumento abusivo de lucros.

Art. 120 O município poderá revogar a concessão ou a permissão de serviços que forem executados em desconformidade com o contrato ou até pertinente, bem como daqueles que se revelarem manifestamente insatisfatórios para o atendimento dos usuários.

Art. 121 As licitações para a concessão ou a permissão de serviços públicos deverão ser precedidos de ampla publicidade, inclusive em jornais mediante edital ou comunicado resumido.

Art. 122 As tarifas dos serviços públicos prestados diretamente pelo município ou por órgão de sua administração descentralizada serão fixadas pelo prefeito municipal, cabendo à câmara municipal definir os serviços que serão remunerados pelo custo, acima do custo e/ou abaixo do custo, tendo em vista o seu interesse econômico e social.

Parágrafo Único – Na formação do custo dos serviços de natureza industrial, computar-se-ão, além das despesas operacionais e administrativas, as reservas para depreciação e reposição dos equipamentos e instalações, bem como previsão para expansão dos serviços.

Art. 123 O município poderá consorciar-se com outros municípios para a realização de obras ou prestação de serviços públicos do interesse comum.

Parágrafo Único – O município deverá propiciar meios para criação de órgãos consultivos constituído por cidadãos não pertencentes ao serviço público municipal.

Art. 124 Ao município é facultado conveniar com a União ou com o Estado, a prestação de serviços públicos de sua competência para a execução de serviços em padrões adequados ou quando houver interesse mútuo para a celebração do convênio.

Parágrafo Único - na celebração de convênios de que trata esse artigo deverá o município:

- I - propor os planos de expansão dos serviços públicos;
- II – sugerir critérios para fixação de tarifas;
- III – realizar avaliação periódica da prestação dos serviços.

Art. 125 A criação de entidade da administração indireta para execução de obras ou prestação de serviços públicos no município só será permitida caso a entidade possa assegurar sua auto-sustentação financeira.

Art. 126 Os órgãos colegiados das entidades de administração indireta do município, terão participação obrigatória de um representante de seus servidores eleitos por estes mediante voto direto e secreto, conforme regulamentação a ser expedida por ato do prefeito municipal.

Art. 127 As estradas vicinais do município de Baraúna, de uso comum do povo, não poderão sofrer qualquer tipo de obstrução que venha a impedir ou dificultar o livre acesso dos municípios às comunidades rurais.

TÍTULO IV

Da Atribuição Municipal, da Receita e Despesas do Orçamento

CAPÍTULO I

Dos Tributos Municipais

Art. 128 Compete ao Município instituir os seguintes tributos:

I – imposto sobre:

- Propriedade predial territorial urbana;
- Transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso de bens imóveis, por natureza ou acessão física e de direitos reais sobre imóveis, exceto de garantia, bem como cessão de direito à sua aquisição;
- Serviço de qualquer natureza, definidos em lei complementar.

II – taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos ou divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

III – contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

§ 1º O imposto previsto no inciso I poderá ser progressivo, nos termos da lei, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

§ 2º ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nestes casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

Art. 129 Sempre que possível os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração municipal, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

Parágrafo Único – As taxas não poderão ter base de cálculo próprias de impostos.

Art.130 O Município criará na forma de lei, colegiado constituído paritariamente por servidores designados pelo Prefeito municipal e contribuintes indicados por entidades representativas de categorias econômicas e profissionais, com atribuições para decidir em grau de recurso, as reclamações sobre lançamentos e demais questões tributárias.

Parágrafo Único - Enquanto não for criado o órgão previsto neste artigo, os recursos serão decididos pelo Prefeito Municipal.

Art. 131 O Prefeito Municipal promoverá periodicamente, a atualização da base de cálculo dos tributos municipais, desde que não ultrapasse o valor da correção monetária praticada no período revisado.

§ 1º A base de cálculo do imposto predial e territorial urbano - IPTU, será atualizado anualmente antes do término do exercício, para vigorar no seguinte; podendo para tanto ser criada comissão da qual participarão além dos servidores do Município, representantes dos contribuintes na forma prevista em Decreto do prefeito Municipal.

§ 2º A atualização de base de cálculo do imposto municipal sobre serviços de qualquer natureza cobrado de autônomos e sociedade civil, obedecerá aos índices oficiais de atualização monetária e poderá ser realizada mensalmente.

§ 3º A atualização de base de cálculo das taxas decorrentes do exercício do poder de polícia municipal, obedecerá aos índices de atualização monetária e poderá ser realizada mensalmente.

§ 4º A atualização da base de cálculo das taxas de serviços levará em consideração a variação de custos dos serviços prestados ao contribuinte ou colocados à sua disposição, observados os seguintes critérios:

I- quando a variação do custo for inferior ou igual aos índices oficiais de atualização monetária, poderá ser realizada mensalmente.

II- quando a variação for superior àqueles índices a atualização monetária, poderá ser feita mensalmente até esse limite, ficando o percentual restante para ser atualizado por meio de lei que deverá estar em vigor antes do início do exercício subsequente.

Art.132 A concessão de isenção ou anistia de tributos municipais, é de competência do Poder Executivo; com prévia aprovação da Câmara Municipal.

Art. 133 A remissão de créditos tributários somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública ou notória pobreza do contribuinte.

Art. 134 A concessão de isenção, anistia ou moratória, não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apure que não satisfação ou não cumpria os requisitos para sua concessão.

Art.135 É de responsabilidade do órgão competente da Prefeitura Municipal a inscrição em dívida ativa de créditos provenientes de impostos, taxas, contribuições de melhoria e multas de qualquer natureza, decorrentes de infrações à legislação tributária, com prazo de pagamento fixado pela legislação ou por decisão proferida em processo com regular tramitação.

Art.136 ocorrendo a decadência do direito de constituir crédito tributário ou a prescrição da ação de cobrá-lo, abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades, na forma da lei, contra o servidor que praticar referidos atos.

Parágrafo Único - A autoridade municipal, qualquer que seja seu cargo, emprego ou função e independente do vínculo que possuir com o Município, responderá civil, criminal e administrativamente pela prescrição ou decadência ocorridas sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indenizar o Município do valor dos créditos prescritos ou não, lançados em tempo hábil.

SEÇÃO I

Dos Preços Públicos

Art. 137 Para se obter o ressarcimento da prestação de natureza comercial ou industrial ou de sua atuação na organização e exploração de atividades econômicas, o município poderá cobrar preços públicos.

Parágrafo Único – Os preços devidos pela utilização de bens e serviços municipais, deverão ser fixados de modo a cobrir os custos dos respectivos serviços e serão reajustados quando se tornarem deficitários.

CAPITULO II

Da Receita e da Despesa

Art. 138 A receita Municipal constituir-se-á da arrecadação dos tributos municipais, da participação em impostos da União e do Estado, dos recursos resultantes do Fundo de Participação dos Municípios e da utilização de seus bens, serviços, atividades e de outros ingressos.

Art. 139 Pertencem ao Município:

I – O produto da arrecadação do Imposto da União sobre rendas e proventos de qualquer natureza incidente na fonte, sobre rendimentos pagos a qualquer título pelo município, suas autarquias e fundações por ele mantidas;

II – cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis situados no Município;

III – Setenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre operações de crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a títulos ou valores mobiliários, incidentes sobre metal preciosos, observado o disposto no art. 154 § 5º, da Constituição Federal;

IV – Cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no território municipal;

V – Vinte e cinco por cento do produto da arrecadação de impostos do Estado sobre operações relativas a circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal de comunicação.

Art.140 A fixação dos preços públicos devidos pela utilização de bens, serviços e atividades municipais, será feita pelo prefeito mediante edição de decreto.

Parágrafo único – As tarifas dos serviços públicos deverão cobrir os seus custos, sendo reajustáveis quando se tornarem deficientes ou excedentes.

Art.141 Nenhum contribuinte será obrigado ao pagamento de qualquer tributo lançado pela prefeitura, sem prévia notificação.

§ 1º Considera-se notificação a entrega do aviso de lançamento no domicílio fiscal do contribuinte, nos termos da lei complementar prevista no art. 146 da Constituição Federal.

§ 2º Do lançamento do tributo cabe recurso ao Conselho Tributário, a ser criado pelo poder executivo no prazo máximo de cento e vinte dias a contar da data de promulgação desta Lei Orgânica; composto por: assessor jurídico do poder executivo (se tiver), chefe do setor de tributos, secretário de finanças, secretário de administração e o chefe do gabinete do prefeito.

§ 3º O contribuinte terá o prazo de quinze dias para interpor recurso ao conselho tributário após a recepção do aviso de notificação e o conselho terá o prazo máximo de cinco dias (após a recepção do recurso) para julgá-lo.

Art. 142 A despesa pública atenderá aos princípios estabelecidos na Constituição Federal e às normas de direito financeiro.

Art. 143 Nenhuma despesa será ordenada ou satisfeita sem que exista recurso disponível e crédito votado pela câmara Municipal, salvo a que ocorrer por conta de crédito extraordinário.

Art. 144 Nenhuma lei que crie ou aumente despesa será executada sem que dela conste a indicação do recurso para atendimento do correspondente encargo.

Art. 145 As disponibilidades de caixa do município, de suas autarquias, fundações e das empresas por ele controladas serão depositadas em instituições financeiras oficiais, salvo os casos previstos em lei.

CAPITULO III

Do Orçamento

Art. 146 A elaboração e a execução da lei orçamentária anual e do plurianual obedecerá às regras estabelecidas na Constituição Federal, na Constituição do Estado, nas normas de Direito-Financeiro e orçamentário.

Parágrafo Único – O Poder Executivo publicará até quarenta e cinco dias após o encerramento de cada quadrimestre, relatório resumido de execução orçamentária.

Art. 147 Os projetos de lei relativos ao plano plurianual e ao orçamento anual, bem como os créditos adicionais serão apreciados pela Comissão Permanente de Orçamento e Finanças da Câmara, a qual caberá:

I – examinar e emitir parecer sobre os projetos e as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito Municipal;

II – examinar e emitir parecer sobre os planos e programas de investimentos e exercer o acompanhamento e fiscalização orçamentária sem prejuízo de atuação das demais Comissões da Câmara.

§ 1º As emendas serão apresentadas na Comissão, que sobre elas emitirá parecer e apreciadas na forma regimental.

§ 2º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas, caso:

I – sejam compatíveis com o plano plurianual;

II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço de dívida;

III – ou sejam relacionados:

a) com a correção de erros ou omissões;

b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 3º Os recursos que em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Art. 148 A lei orçamentária compreenderá:

I – o orçamento fiscal e da seguridade social, referente aos poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta ou indireta;

II – o orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenham a maioria do capital social com direito a voto.

Art. 149 O Prefeito enviará à Câmara, no prazo consignado na lei complementar federal, a proposta de Orçamento Anual do Município para o exercício seguinte.

§ 1º O não cumprimento do disposto no “caput” deste artigo implicará a elaboração pela câmara, independentemente do envio da proposta da competente Lei de Meios, tomando por base a lei orçamentária em vigor.

§ 2º O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara para propor a modificação do projeto de lei orçamentária, enquanto não iniciada a votação da parte que deseja alterar.

Art.150 A Câmara não enviando, no prazo consignado na lei complementar federal, o projeto de lei orçamentária à sanção, será promulgada como lei pelo Prefeito, o projeto originário do Executivo.

Art. 151 Rejeitado pela Câmara o projeto de lei orçamentária anual, prevalecerá, para o ano seguinte, o orçamento do exercício em curso, aplicando-se-lhe a atualização dos valores.

Art. 152 Aplica-se ao projeto de lei orçamentária, no que não contrariarem o disposto neste Capítulo, as regras do processo legislativo.

Art. 153 O orçamento será uno, incorporando-se, obrigatoriamente na receita, todos os tributos, rendas e suprimentos de fundos e incluindo-se discriminadamente, na despesa, as dotações necessárias ao custo de todos os serviços municipais.

Art. 154 O orçamento não conterá dispositivo estranho à previsão da receita, nem à fixação da despesa anteriormente autorizada. Não se incluem nesta proibição:

I-autorização para abertura de créditos suplementares;

II – contratação de operações de créditos, ainda que por antecipação da receita, nos termos da lei.

Art. 155 São vedados:

I – o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovada pela Câmara por maioria qualificada;

IV – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvada a repartição do produto de arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 a 159 da Constituição Federal.

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - a utilização sem autorização legislativa específica, de recursos do orçamento fiscal para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas fundações e fundos.

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza sem prévia autorização legislativa.

§ 1º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que reabertos nos limites de seus saldos,

serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

Art. 156 Os recursos correspondentes a dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados à Câmara Municipal, ser-lhes-ão entregues até o dia vinte de cada mês.

Art. 157 A despesa com pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

Parágrafo Único - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, qualquer título pelos órgãos e entidades da Administração direta ou indireta, só poderá ser feita se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

TÍTULO V

Da Ordem Econômica e Social

CAPÍTULO I

Da Política de Saúde

Art. 158 A saúde é direito de todos os munícipes e dever do poder público, assegurada mediante políticas sociais e econômicas que visem a eliminação dos riscos de doenças e outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 159 Para atingir os objetivos estabelecidos no artigo anterior, o Município promoverá por todos os meios ao seu alcance:

I – Condições dignas de trabalho, saneamento, moradia, alimentação, educação, transporte e lazer.

II – O Município buscará:

a) Solução para as causas de insalubridade, independentemente do pagamento aos seus servidores do adicional previsto em lei;

b) Colocar suas funcionárias, quando notificadas de gravidez, em local não insalubre; garantindo-lhes exames médicos periódicos se possível;

III – Respeito ao meio ambiente e controle da poluição ambiental;

IV – Acesso universal e igualitário de todos os habitantes do município às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação de saúde, sem qualquer discriminação.

Art. 160 As ações de saúde são de relevância pública, devendo sua execução ser feita preferencialmente através de serviços públicos.

§ 1º É vedado ao Município cobrar do usuário pela prestação de serviços de assistência à saúde mantidos pelo poder público ou contratados por terceiros.

§ 2º Somente poderão ser contratados serviços de terceiros em caso de total impossibilidade da prestação de serviços pelo poder público municipal.

Art. 161 São atribuições do Município, no âmbito do Sistema Único de Saúde:

I – Planejar, programar e organizar a rede regionalizada e hierarquizada do SUS em articulação com a sua direção estadual;

II – Gerir, executar, controlar e avaliar as ações referentes às condições e aos ambientes de trabalho;

III – Executar serviços de:

a) vigilância epidemiológica;

b) Vigilância sanitária;

c) Alimentação e Nutrição.

IV – Planejar e executar a política de saneamento básico em articulação com o Estado e a União;

V – Fiscalizar as agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre a saúde humana e atuar, junto aos órgãos estaduais e federais competentes, para controlá-las;

VI – Executar a política de insumos e equipamentos para a saúde;

VII – Formar consórcios intermunicipais de saúde;

VIII – Gerir laboratórios públicos de saúde;

IX – Avaliar e controlar a execução de convênios e contratos celebrados pelo Município, com entidades privadas prestadoras de serviços de saúde;

X – Construir postos de combate as moléstias específicas, contagiosas e infecto-contagiosas;

XI – Formação de consciência sanitária individual nas primeiras idades, através do ensino infantil e fundamental;

XII – Combate ao uso de tóxicos e entorpecentes.

Art. 162 As ações e os serviços de saúde realizados no município integram uma rede regionalizada e hierarquizada constituindo o Sistema Único de Saúde no âmbito do Município, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I – Comando único exercido pela Secretaria Municipal de Saúde

ou equivalente;

II – Integridade na prestação das ações de saúde;

III – Organização de distritos sanitários com alocação de recursos técnicos e práticas de saúde adequadas à realidade epidemiológica local;

IV – Participação em nível de decisão de entidades representativas dos usuários, dos trabalhadores de saúde e dos representantes governamentais, na formulação, gestão e controle da política municipal e das ações de saúde através do Conselho municipal de caráter deliberativo e paritário.

Parágrafo único – Os limites dos distritos sanitários referidos no inciso III constarão do Plano Municipal de Saúde e serão definidos observando os seguintes critérios:

I – Área geográfica de abrangência;

II – A descrição da clientela;

III – Resolutividade de serviços à disposição da população.

Art. 163 O Município criará através de Lei, um novo Conselho Municipal de Saúde, com as seguintes atribuições:

I – Formular a política Municipal de Saúde;

II – Planejar e fiscalizar a distribuição dos recursos destinados à saúde;

III – Fiscalizar a instalação e o funcionamento de novos serviços públicos ou privados de saúde, atendidas às diretrizes do plano municipal de saúde.

Parágrafo Único – Participarão do Conselho Municipal de Saúde, de no mínimo, um médico, dois trabalhadores da saúde com curso superior de enfermagem e duas assistentes sociais, garantindo-se ainda a participação popular através de entidades representativas.

Art. 164 As instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência às entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Art. 165 O Sistema Único de Saúde no âmbito do Município, será financiado com recursos do orçamento do Município, da União e da seguridade social, além de outras fontes.

§ 1º Os recursos destinados às ações e aos serviços de saúde no Município, constituirão o Fundo Municipal de Saúde, conforme dispuser a Lei.

§ 2º O montante das despesas de saúde, não deverá ser inferior a doze por cento da receita resultante de impostos e transferências recebidas do Estado e da União.

§ 3º É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios às instituições privadas com fins lucrativos.

Art. 166 O poder executivo municipal deverá enviar para aprovação por esta casa legislativa, no prazo máximo de cento e vinte dias a contar da data da promulgação desta Lei Orgânica, o Plano Municipal de Saúde, englobando todas as diretrizes, programas e políticas de saúde do Município.

Parágrafo Único – A gratificação de Estímulo à Produtividade de servidores/trabalhadores da saúde, deverá estar regulamentada no Plano Municipal de Saúde, que passará a ter poder de lei quando aprovada pela Câmara municipal, e deverá incluir todos os servidores/trabalhadores da saúde, sem qualquer distinção e/ou discriminação, incluindo inclusive, os participantes de programas temporários como os agentes de saúde.

CAPÍTULO II

Da Política Educacional, Cultural, das Comunicações e do Desporto

Seção I

Da Educação

Art. 167 A educação direito de todos, e dever do estado e da família, é promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Parágrafo Único - Será criado através de lei complementar, até 180 (cento e oitenta) dias a partir da publicação desta lei, o Conselho Municipal de Educação e Cultura, com a finalidade de deliberar, assessorar e fiscalizar a política educacional e cultural de Baraúna.

Art. 168 O ensino é ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais do ensino, garantidos na forma da lei;

VI - planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional;

VII – ingresso, exclusivamente, por concurso público de provas e títulos, observados, no que couber, os art. 26, § 6º e 110, da Constituição Federal;

VIII - regime jurídico único para todas as instituições mantidas pelo município, ressalvando as contratações de pessoal sem concurso por um prazo máximo de seis meses, para suprir as necessidades emergenciais, desde que autorizado pelo Poder Executivo.

IX – Os profissionais do magistério que forem lotados nas repartições públicas municipais da zona rural e não tiverem domicílio na localidade rural, terão direito a gratificações extras a serem expressas na Lei do Magistério Público Municipal;

X - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

XI - garantia de padrão de qualidade;

XII – adequação do ensino à realidade municipal.

Art. 169 O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 170 São fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de modo a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais, cívicos e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino de primeiro e segundo graus.

§ 2º As escolas públicas de primeiro e segundo graus, devem incluir entre as disciplinas oferecidas, o estudo da cultura norterio-grandense, envolvendo noções básicas da literatura, História, Geografia, Artes Plásticas e do folclore do Município.

Art. 171 O Município organizará, em regime de colaboração com o Estado e a União, seu sistema de ensino, visando à garantia de:

I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – atendimento em creche e pré-escolar às crianças de zero a seis anos de idade;

V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, considerando-se o ritmo de aprendizagem e as potencialidades individuais;

VI – oferta de ensino noturno regular adequado às condições do educando;

VII – atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O Município atuará prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar, adequando o calendário escolar às peculiaridades climáticas e às condições sociais e econômicas (de forma flexível).

§ 2º Compete ao Poder Público Municipal recensear os educandos do ensino fundamental.

§ 3º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder Público Municipal ou sua oferta irregular importam responsabilidade da autoridade competente.

§ 4º - O Município assegurará à criança de quatro a seis anos a educação pré-escolar obrigatória, pública e gratuita, com o objetivo de promover o seu desenvolvimento bio-social, psico-afetivo e intelectual.

Art. 172 O Município aplicará, anualmente, nunca menos de vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos e das transferências recebidas do Estado e da União na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

Art. 173 A lei estabelecerá o plano municipal de educação e cultura, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e a integração das ações do Poder Público, que conduzem à:

I – erradicação do analfabetismo;

II – universalização do atendimento escolar;

III – melhoria da qualidade do ensino;

IV – formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do Estado e Município.

Art. 174 O Município promoverá e incentivará o desenvolvimento Científico-Cultural, a pesquisa e a capacitação docente.

§ 1º A pesquisa sobre temas regionais receberá tratamento prioritário da administração municipal, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência e da técnica.

§ 2º O Município estimulará as empresas que investirem em pesquisa, formação e aperfeiçoamento de professores e técnicos, bem como as que investirem no desenvolvimento cultural da Região.

Art. 175 Será criado por lei, o Centro de Tradições Baraunense – CTB, objetivando à pesquisa e o incentivo ao movimento cultural da cidade e da região, através do apoio as mais diversas manifestações populares.

Art. 176 A expansão da rede municipal de educação, para o ensino médio e superior está condicionada à comprovação do pleno atendimento das necessidades do ensino pré-escolar e fundamental.

Parágrafo Único – O Município poderá incluir no currículo escolar, disciplinas referentes à saúde e criar mini-ambulatórios para os primeiros socorros em suas escolas.

Art. 177 O município deverá estabelecer e implantar políticas de educação para a segurança do trânsito, em articulação com o Estado.

Seção II

Da Cultura e das Comunicações

Art. 178 O Município garantirá a todos pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Parágrafo Único – A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de grande significação para os diferentes segmentos étnicos Municipal, Estadual e Nacional.

Art. 179 Constituem patrimônio cultural do Município os bens de natureza material e imaterial, tombados, individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade barauense, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural do Município, por meio de inventário, registro, vigilância, tombamento, desapropriação, e de outras formas de cautela e preservação.

§ 2º Cabe à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural são punidos na forma da lei.

§ 5º O Poder Público assegurará, os meios e as condições, para o funcionamento eficiente da Biblioteca Pública Municipal e do Museu Público Municipal, documentação e arquivo, como órgãos executores da política de incentivo à leitura, à preservação do patrimônio bibliográfico, documental e ao intercâmbio com as instituições congêneres.

§ 6º Ficam isentos do pagamento do imposto predial e territorial urbano os imóveis tombados pelo Município em razão de suas características históricas, artísticas, culturais e paisagísticas.

Art. 180 Os meios de comunicação, direcionados para a radiodifusão, deverão pautar-se pela lei regulamentar do órgão federal encarregado da fiscalização das entidades de comunicação, devendo ainda:

Parágrafo único – Divulgar os atos decretos e informativos oriundos dos poderes legislativo e executivo municipal.

Art. 181 Os carros vinculados ao trabalho de divulgação comercial, publicitário de serviços de qualquer natureza com a utilização de ondas sonoras ou aparelhos eletrônicos deverão pautar-se pela lei do silêncio já regulamentada a nível federal, sendo a sua fiscalização de competência da delegacia de polícia local.

Seção III

Do Desporto

Art. 182 É dever do Município fomentar práticas desportivas formais e não-formais como direito de todos, observados:

I- a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II- a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para o desporto de alto rendimento;

III- o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional;

IV- a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º O Poder Público Municipal incentivará o lazer, como forma de promoção social.

§ 2º O Município custeará e estipulará, por todos os meios, a educação física, que será obrigatória nos estabelecimentos municipais de ensino.

§ 3º O Município instituirá um plano bial para o desporto e lazer, e o executará conforme lei.

Art.183 O Município não custeará entidades desportivas profissionais, exceto:

I – Formação de equipe profissional desportiva para participação em campeonato estadual e/ou nacional.

Parágrafo Primeiro – o Poder Executivo poderá custear até vinte por cento do limite estipulado nesta lei orgânica para as atividades desportivas com a formação, manutenção e gastos advindos da equipe mencionada no inciso I.

Art.184 A prefeitura municipal disporá um por cento da receita realizada dessa edilidade para o esporte em todas as modalidades.

CAPÍTULO III

Da Política Econômica

Art. 185 O município promoverá o seu desenvolvimento econômico agindo de modo que as atividades econômicas realizadas em seu território, contribuam para elevar o nível de vida e o bem-estar da população local, bem como para valorizar o trabalho humano.

Parágrafo Único -para consecução do objetivo mencionado neste artigo, o município atuará de forma exclusiva ou em articulação com a união ou com o Estado.

Art. 186 Na promoção do desenvolvimento econômico, o município agirá sem prejuízo de outras iniciativas, no sentido de:

I - fomentar a livre iniciativa;

II- privilegiar a geração do emprego;

III- utilizar tecnologia de uso intensivo de mão-de-obra;

IV- racionalizar a utilização de recursos naturais;

V – proteger o meio ambiente;

VI- proteger os direitos dos usuários dos serviços públicos e dos consumidores;

VII- dar tratamento diferenciado à pequena produção artesanal ou mercantil, às micro e às pequenas empresas locais, considerando sua contribuição para a democratização de oportunidades econômicas, inclusive para os grupos sociais mais carentes;

VIII- estimular o associativismo, o cooperativismo e as microempresas;

IX – eliminar entraves burocráticos que possam limitar o exercício da atividade econômica;

X – desenvolver ação direta ou reivindicativa junto a outra esfera de governo de modo a que seja, entre outros efetivados:

a) assistência técnica;

b) crédito especializado ou subsidiado;

1. estímulos fiscais e financeiros;

d) serviços de suporte informativo ou de mercado;

Art. 187 É de responsabilidade do município no campo de sua competência, a realização de investimentos para formar e manter uma infra-estrutura básica capaz de atrair, apoiar ou incentivar o desenvolvimento de atividades produtivas, seja diretamente ou mediante delegação ao setor privado para esse fim.

Parágrafo Único – a atuação do município dar-se-á, inclusive, no meio rural, para a fixação de contingentes populacionais possibilitando-lhes acesso aos meios de produção e geração de renda e estabelecendo a necessária infra-estrutura destinada a viabilizar esse propósito.

Art.188 A atuação do município na zona rural, terá como principais objetivos:

I -- Oferecer meios para assegurar ao pequeno produtor e trabalhador rural, condição de trabalho e de mercado para os produtos, a rentabilidade dos empreendimentos e a melhoria do padrão de vida da família rural;

II - Garantir o escoamento da produção, sobretudo o abastecimento alimentar;

III - Garantir a utilização racional dos recursos naturais;

Art. 189 Como principais instrumentos para o fomento da produção na zona rural, o município utilizará a assistência técnica, a extensão rural, o armazenamento, o transporte, o associativismo e a divulgação das oportunidades de crédito e de incentivos fiscais.

Art.190 O município poderá consorciar-se com outras municipalidades com vistas ao desenvolvimento de atividades econômicas de interesse comum, bem como integrar-se em pesquisas de desenvolvimento regional a cargo de outras esferas de governo.

Art.191 município desenvolverá esforços para proteger o consumidor através de:

I - Orientação e gratuidade de assistência jurídica, independente da situação social e econômica do reclamante;

II – Criação de órgão para defesa do consumidor;

III – Atuação coordenada com a União e o Estado.

Parágrafo Único – A criação do órgão de Defesa do Consumidor local deverá ser efetuada no prazo máximo de cento e oitenta dias a contar da data de promulgação desta lei orgânica.

Art. 192 O município dispensará tratamento jurídico diferenciado a micro-empresa, assim definidas em legislação municipal.

Art. 193 O município poderá estabelecer legislação tributária, visando ao tratamento diferenciado para empresas pequenas e

médias, conforme a lei.

Art.194 O município, em caráter precário e por prazo limitado definido em ato do prefeito, permitirá às micro-empresas se estabelecerem na residência de seus titulares; desde que não prejudiquem as normas ambientais da segurança, do silêncio, do trânsito e da saúde pública.

Art. 195 Fica assegurada às micro-empresas de pequeno porte a simplificação ou a eliminação, através de ato do Prefeito, de procedimento administrativos em seu relacionamento com a Administração Municipal, direta ou indireta, especialmente em exigência relativas às licitações.

Art. 196 Os portadores de deficiência física e limitação sensorial, assim como as pessoas idosas, terão prioridade na liberação de alvarás para exercer o comércio eventual ou ambulante no Município.

CAPÍTULO IV

Da Política Urbana e de Transportes

Art. 197 A política urbana a ser formulada no âmbito do processo de planejamento municipal, terá por objetivo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e o bem-estar dos seus habitantes, em consonância com as políticas sociais e econômicas do Município.

§ 1º As funções sociais da cidade dependem do acesso de todos os cidadãos aos bens e aos serviços urbanos, assegurando-lhes condição de vida e moradia compatíveis com o estágio de desenvolvimento do Município.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º é facultado ao poder público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não subutilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena sucessivamente, de:

I – Parcelamento ou edificação-compulsória;

II – Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III – Desapropriação com pagamento mediante título da dívida pública de emissão previamente aprovado pelo senado federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 198 O plano diretor, aprovado diante da realidade atual pela câmara Municipal, é o instrumento básico da política urbana a ser executada pelo Município.

§ 1º O plano diretor fixará os critérios que assegurem a função social da propriedade, cujo uso e ocupação deverão respeitar a legislação urbanística, a proteção do patrimônio ambiental natural e construído, e o interesse da coletividade.

§ 2º O plano diretor deverá ser elaborado com a participação das entidades representativas da comunidade diretamente interessada.

§ 3º O plano diretor definirá as áreas especiais de interesse social, urbanístico ou ambiental, para as quais será exigido aproveitamento adequado nos termos previstos na Constituição Federal.

§ 4º O plano diretor deverá ter reservado locais para o funcionamento de feiras livres de pequenos produtores e artesãos, que gozem de isenções de impostos municipais na comercialização de seus produtos.

§ 5º O plano diretor impedirá a construção e/ou ampliação de indústrias que trabalhem com agentes químicos, orgânicos ou inorgânicos, que causem problemas de saúde à população, direta ou indiretamente, em áreas residenciais.

§ 6º O tapume, ocupando no máximo metade do passeio, será obrigatório em todas as construções e demolições.

§ 7º As obras públicas municipais deverão ser entregues, no máximo, três meses após a sua conclusão.

§ 8º Os proprietários dos terrenos baldios, que se encontrem localizados no perímetro urbano e em vias públicas pavimentadas ou calçadas, terão o prazo de cinco anos, a partir da data de promulgação desta lei, para murá-los.

§ 9º As obras públicas serão adaptadas para atender os deficientes físicos.

§ 10º O plano diretor do município deverá conter:

I – a delimitação de áreas destinadas à implantação de atividades com potencial poluidor hídrico e atmosférico que atendam aos padrões de controle de qualidade sanitária;

II – a delimitação de áreas destinadas à habitação popular, que atenderão aos seguintes critérios:

a) contigüidade à área de rede de abastecimento de água e energia elétrica, no caso de conjuntos habitacionais;

c)localização acima da cota máxima de cheias;

d)III – a identificação das áreas urbanas para o atendimento ao disposto no artigo 182 § 4º da Constituição Federal;

IV – O estabelecimento de parâmetros máximos para parcelamento do solo e para edificação, que assegurem o adequado aproveitamento do solo;

V – as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais consignando prioridades da administração pública, metas e indicação de recursos necessários para os programas de duração continuada em benefício de pessoas portadoras de deficiência, menores carentes e idosos;

VI – a eliminação das barreiras arquitetônicas em logradouros públicos, bem como aos veículos de transporte coletivo.

Art. 199 Para assegurar as funções sociais da cidade, o poder executivo deverá utilizar os instrumentos jurídicos, tributários, financeiros e de controle urbanístico existentes e à disposição do município.

Art. 200 O Município promoverá, em consonância com sua política urbana e respeitadas as disposições do plano diretor, programas de habitação popular destinados a melhorar as condições de moradia da população carente do município.

§ 1º - a ação do Município deverá orientar-se para:

I – ampliar o acesso a lotes mínimos dotados de infraestrutura básica e serviços por transporte coletivo;

II – Estimular e assistir tecnicamente, projetos comunitários e associativos de construção de habitação e serviços;

III – urbanizar, regularizar e titular as áreas ocupadas por população de baixa renda, passíveis de urbanização;

IV – priorizar serviços e obras, na periferia da cidade, onde residem as populações mais carentes;

V – investir, prioritariamente, nos pontos turísticos, parques, praças e áreas de lazer da cidade.

§ 2º Na promoção de seus programas de habitação popular, o Município deverá articular-se com os órgãos estaduais, regionais e federais competentes e, quando couber, estimular a iniciativa privada e contribuir para aumentar a oferta de moradias adequadas e compatíveis com a capacidade econômica da população.

§ 3º O poder público municipal somente liberará o habite-se para conjuntos residenciais, quando estes possuírem toda sua infra-estrutura concluída.

Art. 201 O Município, em consonância com a sua política urbana e segundo o disposto em seu plano diretor, deverá promover programas de saneamento básico destinados a melhorar as condições sanitárias e ambientais das áreas urbanas e os níveis de saúde da população.

Parágrafo Único – A ação do Município deverá orientar-se para:

I – ampliar progressivamente a responsabilidade local pela prestação de serviços de saneamento básico;

II – executar programas de saneamento em áreas pobres, atendendo a população de baixa renda com soluções adequadas e de baixo custo para o abastecimento de água e esgoto sanitário;

III – executar programas de educação sanitária e melhorar o nível da participação das comunidades na solução de seus problemas de saneamento;

IV – levar à prática, pelas autoridades competentes, de tarifas sociais para os serviços de água.

Art. 202 O Município deverá manter articulação permanente com os demais municípios circunvizinhos e com o Estado, visando a racionalização da utilização dos recursos hídricos e das bacias hidrográficas, respeitadas as diretrizes estabelecidas pela União.

Art. 203 O Município na prestação de serviços de transporte público, fará obedecer aos seguintes princípios básicos:

I – segurança e conforto dos passageiros, garantindo em especial, acesso às pessoas portadoras de deficiências físicas e senhoras gestantes, somente permitindo a circulação de novos ônibus que se encontrem adaptados para esta finalidade.

II – tarifa social, assegurada a gratuidade aos maiores de sessenta e cinco anos e assegurado desconto de cinquenta por cento aos estudantes;

III – proteção ambiental contra poluição atmosférica e sonora, inclusive tornando obrigatório o uso do sistema aéreo do escapamento dos coletivos;

IV – integração entre sistemas e meios de transportes e racionalização das vias públicas por onde trafegam os transportes coletivos;

V – Prioridade a pedestres e usuários dos serviços;

VI – Participação das entidades representativas da comunidade e dos usuários do planejamento e na fiscalização dos serviços.

Art. 204 O Município, em consonância com a sua política urbana e segundo o disposto em seu plano diretor, deverá promover planos e programas setoriais destinados a melhorar as condições do transporte público, da circulação de veículos e da segurança do trânsito.

§ 1º O Município criará o Conselho do usuário dos transportes alternativos cuja composição será disciplinada em lei.

§ 2º O plano de transportes alternativos urbanos considerará todos os locais possíveis de atendimento ao usuário.

§ 3º A quantidade de concessões para os transportes alternativos (que transportem mais de cinco passageiros) será de acordo com a população do Município, expressa da seguinte forma:

I – Divide-se o total populacional do Município (de acordo com o censo do IBGE e/ou outro órgão federal responsável pelo censo nacional) pelo fator quatrocentos, tendo-se então o total de

licenças a serem concedidas.

II – A cada quatrocentas pessoas de aumento populacional será concedida uma nova licença.

CAPITULO V

Da Política do Meio Ambiente

Art. 205 O município deverá atuar no sentido de assegurar a todos os cidadãos, o direito a um meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à melhora de qualidade de vida.

Parágrafo Único – Para assegurar efetividade a esse direito, o Município deverá articular-se com órgãos estaduais, regionais e federais competentes e ainda, quando for o caso com outros municípios, objetivando a solução de problemas comuns relativos à proteção ambiental.

Art. 206 O município deverá atuar mediante planejamento, controle e fiscalização das atividades públicas ou privadas, causadoras efetivas ou potenciais de alterações significativas no meio ambiente.

§ 1º O município estabelecerá plano plurianual de saneamento, com a aprovação da câmara Municipal, determinando as diretrizes e os programas; atendidas as particularidades do potencial hídrico do município.

§ 2º O município impedirá, pelos meios necessários, a devastação predatória da cobertura vegetal, da fauna e da flora.

Art. 207 O Município, ao promover a ordenação de seu território, definirá zoneamento e diretrizes gerais de ocupação que assegurem a proteção dos recursos naturais, em consonância com o disposto na legislação estadual pertinente.

Art. 208 A política urbana do Município e o seu Plano Diretor, a ser elaborado pela secretaria de obras no prazo de cento e vinte dias a contar da data da promulgação desta Lei Orgânica, deverão contribuir para a proteção do meio ambiente, através da adoção de diretrizes adequadas de uso e ocupação do solo urbano.

Parágrafo Único - Na construção de escolas e creches serão destinados trinta por cento da área total do terreno para formação e preservação de área verde, inclusive, garantindo locais adequados para a construção de áreas de lazer e esporte.

Art.209 Nas licenças de parcelamento, loteamento e localização, o Município exigirá o cumprimento da legislação de proteção ambiental emanada da União e do Estado.

Art.210 As empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos deverão atender rigorosamente aos dispositivos de proteção ambiental em vigor, sob pena de não ser renovada a concessão ou permissão pelo Município.

Art. 211 O Município assegurará a participação das entidades representativas da comunidade no planejamento e na fiscalização de proteção ambiental, garantindo o amplo acesso dos interessados às informações sobre as fontes de poluição e degradação ambiental ao seu dispor.

§ 1º O Poder executivo deverá criar órgão municipal de controle da poluição e preservação do meio ambiente;

§ 2º Os detritos sólidos portadores de agentes patogênicos e os de estabelecimentos hospitalares e congêneres, assim como de animais mortos, alimentos e outros produtos de consumo humano condenados, deverão ser adequadamente acondicionados e conduzidos em transportes especiais para a devida incineração.

Art. 212 Os defensivos agrícolas serão utilizados de forma a não prejudicar as áreas residenciais.

CAPÍTULO VI

Da Política de Turismo

Art. 213 O município criará o Conselho Municipal de Turismo a ser regulamentado em lei.

§ 1º Da composição do conselho a que se refere esse artigo participará representantes dos poderes executivo e legislativo e da classe empresarial;

§ 2º A presidência do conselho será de indicação exclusiva do prefeito e terá mandato de dois anos com direito a indicação por mais um período.

Art. 214 O guia turístico do município deverá ser editado pelo poder executivo, abrangendo todos os pontos passíveis de aproveitamento turístico:

Parágrafo Único – A estruturação dos pontos de visitação turística deverá ficar a cargo do poder executivo.

CAPÍTULO VII

Da política de Segurança, da Defesa Civil e do Consumidor.

Art. 215 A lei conferirá a órgãos da sociedade civil atribuições consultivas na colaboração da política de segurança do município, com especificações regionais.

Art. 216 O município dará apoio permanente a todas as iniciativas da Comissão de Defesa Civil.

Art. 217 O município poderá constituir guarda municipal, força auxiliar destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, nos termos da lei complementar.

§ 1º A lei complementar de criação da guarda municipal disporá sobre o acesso, direitos, deveres, vantagens e regime de trabalho, com base na hierarquia e disciplina.

§ 2º A investidura nos cargos de guarda municipal far-se-á

mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

Art. 218 O poder executivo deverá criar, no prazo máximo de cento e vinte dias a contar da data de promulgação desta lei orgânica, a comissão de defesa civil composta por representantes de todos os segmentos sociais.

Parágrafo Único – As atribuições da comissão deverão estar mencionadas no projeto do poder executivo referente ao artigo acima.

CAPITULO VIII

Da Política Agrária e de Abastecimento.

Art. 219 Na política agrária e de abastecimento, o município executará isolado ou conjuntamente com o Estado e a União, ações levando-se em conta, especificamente:

I – A comercialização agrícola e o abastecimento;

II – O incentivo à pesquisa e à tecnologia;

III - A assistência técnica e extensão rural;

IV -O cooperativismo;

V - A eletrificação rural e a emigração.

§ 1º As ações e serviços de fomento ao pequeno produtor serão expostos pelo Plano Municipal de Agricultura

§ 2º O município instituirá programas de apoio ao pequeno produtor rural com distribuição de sementes e corte de terras, através da secretaria municipal de agricultura, Emater e sindicatos rurais.

Art. 220 Todas as atividades de promoção do desenvolvimento rural do município deverão constar do Plano Municipal de Agricultura que, aprovado formalmente pela câmara de vereadores, identificará os principais problemas e oportunidades existentes, proporá soluções e formulará planos de execução.

Art. 221 O Plano Municipal de Agricultura, que deve ser agregado ao Plano Geral de Desenvolvimento Municipal, deverá contemplar todos os aspectos relacionados a programas agrícolas e deverá ser apreciado pela Câmara Municipal.

Parágrafo Único - O Plano Geral de Desenvolvimento Municipal, deverá ser elaborado pelo poder executivo e deverá ser enviado à Câmara Municipal até o dia 30 de setembro de cada ano, para aprovação.

Art. 222 O município terá como segmento prioritário no Plano Municipal de Agricultura, a ser enviado à Câmara de vereadores no prazo de 120 dias a partir da data de promulgação desta lei orgânica, programa para incentivar e criar os mecanismos de revitalização da cultura do algodão em toda a região deste município.

Art. 223 O Poder Executivo deverá observar com rigor, as diretrizes emanadas do poder público Estadual e Federal, atinentes às barreiras fitossanitárias, para proteção e qualidade dos produtos agrícolas e pecuários, comercializados e em trânsito na área do município.

Parágrafo Único – As orientações relacionadas ao artigo acima, deverão nortear-se pela Comissão Municipal de Defesa Sanitária Agropecuária, conforme projeto de lei 005/2000, de 23 de Maio de 2000.

Art. 224 O Poder Executivo deverá criar um Programa Permanente de Combate à Seca , a ser regulamentado em projeto de Lei específico, a ser remetido para a câmara Municipal no prazo de 180 dias a contar da data de promulgação desta Lei Orgânica.

Art. 225 Deverá o Poder Executivo do Município de Baraúna em parceria com o Estado e a União, adotar políticas de combate à utilização indiscriminada dos recursos hídricos.

CAPITULO IX

Da Política de Assistência Social

Art 226 A ação dos municípios no campo da assistência social, buscará a participação das associações representativas da comunidade e objetivará formular, desenvolver e promover:

I – A integração do indivíduo ao mercado de trabalho e ao meio social;

II-O amparo à criança abandonada e assistência ao idoso, visando assegurar as suas participações na comunidade;

III-Integração das comunidades carentes;

IV-Atendimento preferencial aos maiores de sessenta e cinco anos de idade nos seus postos de saúde e órgãos da administração direta e indireta;

V – Assistência jurídica aos necessitados, quando comprovadamente carentes através de certidão fornecida pelo cartório local, pelo assessor jurídico do poder executivo, sendo o encaminhamento feito pela secretaria de ação social.

Art. 227 Criação do Conselho Municipal de Assistência Social e a elaboração, bianualmente, de um Plano Municipal de Assistência Social que vise a defesa, o auxílio e a orientação, aos segmentos sociais mais carentes de nossa comunidade.

Parágrafo único – A elaboração do Plano exposto no artigo acima, deverá ser concluído no prazo máximo de cento e vinte dias a contar da data de promulgação desta lei orgânica, devendo ser encaminhado a esta casa legislativa para aprovação. Os planos posteriores deverão ser enviados no máximo até o dia trinta de setembro do ano em que tiver de ser elaborado.

Art. 228 Deve, prioritariamente, ser incluído nos Conselhos Municipais que forem criados por programas federais, estaduais

e/ou municipais visando benefícios para a área social, um representante da secretaria de ação social.

CAPÍTULO X

Da Família

Art. 229 O Município dispensará proteção especial ao casamento e assegurará condições morais, físicas e sociais indispensáveis ao desenvolvimento, segurança e estabilidade da família.

§ 1º Serão proporcionadas aos interessados todas as facilidades para a celebração do casamento.

§ 2º A lei disporá sobre a assistência aos idosos, à maternidade e aos excepcionais.

§ 3º Compete ao Município suplementar a legislação federal e a estadual dispondo sobre a proteção à infância, à juventude, às pessoas portadoras de deficiência e de terceira idade, garantindo-lhes o acesso a logradouros, edifícios públicos e veículos de transporte coletivo.

§ 4º Para a execução do previsto neste artigo, serão adotadas, entre outras, as seguintes medidas:

I – amparo às famílias numerosas e sem recursos;

II – promoção de serviços de prevenção e orientação contra os males que são instrumentos da dissolução da família, bem como de recebimento e encaminhamento de denúncias referentes à violência no âmbito das relações familiares;

III – estímulo aos pais e às organizações para a formação moral, cívica, física e intelectual da juventude, incluídos os portadores de deficiências, sempre que possível;

IV – colaboração com as entidades assistências que visem o atendimento, à proteção e a educação da criança;

V – amparo às pessoas da terceira idade, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida;

VI – colaboração com a União, com o Estado e com outros Municípios para a solução do problema dos menores desamparados ou desajustados, através de processos adequados de permanente recuperação.”

TÍTULO VI

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 230 As áreas desmatadas, descaracterizadas ou que sofrerem qualquer tipo de degradação, deverão ser recuperadas pelos seus atuais proprietários, através de reflorestamento, recomposição da vegetação rasteira e outros métodos de soluções técnicas exigidas pelo órgão público competente, no prazo de até dois anos contados da promulgação desta Emenda a Lei Orgânica.

Art. 231 O Município deve instituir Fundo de Combate à Pobreza, com os recursos oriundos da criação adicional de até meio ponto percentual na alíquota do Imposto Sobre Serviços ou do imposto que vier a substituí-lo, sobre serviços supérfluos, bem como de outros que vierem a destinar, devendo o referido Fundo ser gerido por entidades que contem com a participação da sociedade civil.

Parágrafo único – Lei Federal definirá os produtos e serviços supérfluos a que se refere o “caput” deste artigo.

Art. 232 O Município mandará imprimir após a aprovação desta Emenda, cópia da Lei Orgânica, para distribuição nas escolas e entidades representativas da comunidade, gratuitamente, de modo que se faça a mais ampla divulgação do seu conteúdo.

“Art.233 O Delegado de Polícia deverá residir no município.”

Art. 234 Incumbe ao Município:

I – Auscultar, permanentemente a opinião pública , para isso, sempre que o interesse público não aconselhar o contrário, os poderes executivos e legislativos divulgarão com a devida antecedência, os projetos de lei para o recebimento de sugestões;

- Adotar medidas para assegurar a celeridade na tramitação e solução dos expedientes administrativos, punindo, disciplinarmente, nos termos da lei, os servidores faltosos;
- Manter convênio com a iniciativa privada, visando o incremento à especialização de mão de obra, à assistência social, à saúde e os demais casos de interesse comunitário.

Art. 235 – O Município não poderá dar nomes de pessoas vivas a bens e serviços de qualquer natureza.

Parágrafo único – Para os fins desse artigo, somente após hum ano do falecimento, poderá ser homenageada qualquer pessoa, salvo personalidades marcantes que tenham desempenhado altas funções na vida administrativa do Município, do Estado ou do País.

Art. 236 – Os cemitérios, no Município, terão sempre caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, sendo permitido a todos as confissões religiosas, praticar neles e os seus ritos.

Art. 237 - Havendo no Município qualquer desapropriação para fins de assentamento rural, terão prioridade os trabalhadores rurais sem terras, já domiciliados, há pelo menos, seis meses no Município, mediante comprovação.

Art. 238 – Não poderão residir fora do município de Baraúna, sob pena de perda do mandato ou do cargo que exerça, o prefeito, o vice-prefeito, os vereadores, os secretários municipais e os demais ocupantes de cargos de livre nomeação e exoneração.

Art. 239 - Aplica-se aos casos não previstos nessa Lei Orgânica, os dispositivos elencados na Constituição Federal, as leis emanadas pela União, a constituição Estadual e as leis Estaduais.

Art. 240 – Este projeto de Emenda substitutivo à Lei Orgânica Municipal aprovada em nove de Março de mil, novecentos e noventa, e assinada pelos membros da Câmara Municipal, e promulgada pela Mesa, entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ÍNDICE

TÍTULO I – DOS FUNDAMENTOS DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL - Arts. 1 a 4.

TÍTULO II – DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

CAPÍTULO I – DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA - Arts. 5 a 8.

CAPÍTULO II – DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO - Arts. 9 a 13.

CAPÍTULO III – DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO - Art. 14.

SEÇÃO I – Da Competência Privada

SEÇÃO II – Da Competência Comum- Art. 15.

CAPÍTULO IV – DAS VEDAÇÕES – Art. 16.

CAPÍTULO V – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – Art. 17.

SEÇÃO I – Disposições Gerais

SEÇÃO II – Dos Servidores Públicos – Arts. 18 a 27.

TÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I – DO PODER LEGISLATIVO – Arts. 28 a 35.

SEÇÃO I – Da Câmara Municipal

SEÇÃO II – Das Atribuições da Câmara Municipal – Art. 36.

SEÇÃO III – Da Câmara Dos Vereadores – Arts. 37 a 42.

SEÇÃO IV – Da Instalação e Funcionamento da Câmara Municipal – Arts. 43 a 50.

SEÇÃO V – Do Processo Legislativo – Arts. 51 a 62.

SEÇÃO VI – Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária – Arts. 63 a 64.

CAPÍTULO II – DO PODER EXECUTIVO

SEÇÃO I – Do Prefeito e Vice-Prefeito – Arts. 65 a 74.

SEÇÃO II – Das Atribuições do Prefeito – Arts. 75 a 78.

SEÇÃO III – Da Perda e Extinção do Mandato – Arts. 79 a 84.

SEÇÃO IV – Dos Auxiliares Diretos do Prefeito – Arts. 85 a 93.

SEÇÃO V – Da Participação e Consulta Popular – Arts. 94 a 97.

CAPÍTULO III – DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA – Art. 98.

CAPÍTULO IV – DOS ATOS MUNICIPAIS

SEÇÃO I – Da Publicidade Dos Atos Municipais – Arts. 99 a 100.

SEÇÃO II – Dos Atos Administrativos – Art. 101.

SEÇÃO III – Das Proibições – Art. 102.

CAPÍTULO V – DOS BENS MUNICIPAIS – Arts. 103 a 113.

CAPÍTULO VI – DAS OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS – Arts. 114 a 127.

TÍTULO IV – DA ATRIBUIÇÃO MUNICIPAL, DA RECEITA E DESPESA DO ORÇAMENTO

CAPÍTULO I – DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS – Arts. 128 a 136.

SEÇÃO I – Dos Preços Públicos – Art. 137.

CAPÍTULO II – DA RECEITA E DA DESPESA – Arts. 138 a 145.

CAPÍTULO III – DO ORÇAMENTO – Arts. 146 a 157.

TÍTULO V – DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

CAPÍTULO I – DA POLÍTICA DE SAÚDE – Arts. 158 a 166.

CAPÍTULO II – DA POLÍTICA EDUCACIONAL, CULTURAL, DAS COMUNICAÇÕES E DO DESPORTO.

SEÇÃO I – Da Educação – Arts. 167 a 177.

SEÇÃO II – Da Cultura e Das Comunicações – Arts. 178 a 181.

SEÇÃO III – Do Desporto – Arts. 182 a 184.

CAPÍTULO III – DA POLÍTICA ECONÔMICA – Arts. 185 a 196.

CAPÍTULO IV – DA POLÍTICA URBANA E DE TRANSPORTE – Arts. 197 a 204.

CAPÍTULO V – DA POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE – Arts. 205 a 212.

CAPÍTULO VI – DA POLÍTICA DE TURISMO – Arts. 213 a 214.

CAPÍTULO VII – DA POLÍTICA DE SEGURANÇA, DA DEFESA CIVIL E DO CONSUMIDOR – Arts. 215 a 218.

CAPÍTULO VIII – DA POLÍTICA AGRÁRIA E DE ABASTECIMENTO – Arts. 219 a 225.

CAPÍTULO IX – DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – Arts. 226 a 228.

CAPÍTULO X – DA FAMÍLIA – Art. 229.

TÍTULO VI – DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS – Arts. 230 a 240.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARAÚNA–RN, nos termos do Art. 1º da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 29 da Constituição Federal, promulga a seguinte Emenda Substitutiva à Lei Orgânica do Município de Baraúna-RN.

BARAÚNA-RN, 08 DE DEZEMBRO DE 2002.

VEREADOR JOSÉ NERIVAN CLÁUDIO

-PRESIDENTE-

VEREADORA FCA. HELENA O. R. COSTA

-VICE-PRESIDENTA-

VEREADOR JOSÉ IVAN DE OLIVEIRA

-1º SECRETÁRIO-

VEREADOR JOSÉ AUGUSTO CLÁUDIO

-2º SECRETÁRIO-

VEREADORA MARIA NEUZA DA S. OLIVEIRA

-3º SECRETÁRIA-

VEREADOR VALDECI DOS SANTOS JÚNIOR

-4º SECRETÁRIO-

VEREADORES (AS):

ANTONIA BEZERRA DA SILVA

-VEREADORA-

FRANCISCO FÁBIO DE MOURA

-VEREADOR-

IZAC ABREU JÚNIOR

-VEREADOR-

JOÃO SALDANHA DA SILVA

-VEREADOR-

RITA BEZERRA DE LIMA SANTOS

-VEREADORA-

Publicado por:
MAGALI PEREIRA DE AQUINO
Código Identificador: 5175564B

GABINETE DA PRESIDÊNCIA TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 074/2017 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10110002/2017

A Diretora Administrativa e Coordenadora de Departamento de Recursos Humanos, por meio da Câmara Municipal de Baraúna, consoante autorização do Sr. MARCOS ANTÔNIO DE SOUSA, Presidente da Câmara Municipal, vem declarar a Dispensa de Licitação nº 074/2017 para a contratação de Pessoa Física visando à execução dos serviços de filmagens com som ambiente destinado à cobertura de eventos e produções institucionais em atendimento às necessidades da Câmara Municipal de Baraúna/RN.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Dispensa de Licitação encontra-se fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei Federal n 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, que permitem tal procedimento.

Art. 24 - É dispensável a licitação:

II -para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento)do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O presente processo administrativo tem por objeto suprir as necessidades da Câmara Municipal, no tocante à execução dos serviços em comento, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei n º 8.666/93, em obediência ao Princípio da Continuidade do Serviço Público, que por sua vez, viabiliza a contratação em comento, tornando o caso em questão, dentro das exigências requeridas por este dispositivo.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os valores contratados estão compatíveis com os valores de mercado, conforme pesquisas de preços acostadas ao processo. Face ao exposto, a contratação pretendida deve ser realizada junto a Pessoa Física: RONIellySON DA SILVA MACEDO, CPF: 121.841.174-04, com o valor total de R\$ 470,00 (quatrocentos e setenta reais).

Baraúna/RN, 10 de novembro de 2017.

LENICLEIA PEREIRA DE CARVALHO

Diretora Administrativa e Coordenadora de Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
MAGALI PEREIRA DE AQUINO
Código Identificador: 3F66F2B4

GABINETE DA PRESIDÊNCIA TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 074/2017 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10110002/2017

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com Declaração de Dispensa emitida pela Sra. LENICLEIA PEREIRA DE CARVALHO Diretora Administrativa e Coordenadora de Departamento de Recursos Humanos para a contratação da Pessoa Física: RONIALLYSON DA SILVA MACEDO, CPF: 121.841.174-04, com o valor total de R\$ 470,00 (quatrocentos e setenta reais) referente à execução dos serviços de filmagens e produções institucionais na Câmara Municipal de Baraúna/RN.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho da Ilma. Sr. LENICLEIA PEREIRA DE CARVALHO Diretora Administrativa e Coordenadora de Departamento de Recursos Humanos, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Baraúna/RN, 10 de novembro de 2017.

MARCOS ANTÔNIO DE SOUSA

Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
MAGALI PEREIRA DE AQUINO
Código Identificador: 72A8037C

GABINETE DA PRESIDÊNCIA TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 073/2017 - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISPENSA Nº 10110001/2017

A Diretora Administrativa e Coordenadora de Departamento de Recursos Humanos, por meio da Câmara Municipal de Baraúna, consoante autorização do Sr. MARCOS ANTÔNIO DE SOUSA, Presidente da Câmara Municipal, vem declarar a Dispensa de Licitação nº 073/2017 para contratação de Pessoa Jurídica visando à execução de serviços de confecção de fardamento para atender as necessidades da Câmara Municipal de Baraúna/RN.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Dispensa de Licitação encontra-se fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, que permitem tal procedimento.

Art. 24 - É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O presente processo administrativo tem por objeto suprir às necessidades da Câmara Municipal, no tocante a execução de serviços de confecção de fardamento para atender as necessidades da Câmara Municipal de Baraúna/RN, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, em obediência ao Princípio da Continuidade do Serviço Público, que por sua vez, viabiliza a contratação em comento, tornando o caso em questão, dentro das exigências requeridas por este dispositivo.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os valores contratados estão compatíveis com os valores de mercado, conforme pesquisas de preços acostadas ao processo. Face ao exposto, a contratação pretendida deve ser realizada junto a Pessoa Jurídica: JOSÉ LEANDRO SILVA DE MACEDO CNPJ: 27.575.632/0001-30, com o valor total de R\$ 1.925,00 (mil novecentos e vinte e cinco reais).

Baraúna/RN, 10 de novembro de 2017.

LENICLEIA PEREIRA DE CARVALHO

Diretora Administrativa e Coordenadora de Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
MAGALI PEREIRA DE AQUINO
Código Identificador: 5C3955A0

GABINETE DA PRESIDÊNCIA TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 073/2017 - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISPENSA Nº 10110001/2017

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com Declaração de Dispensa emitida pela Sra. LENICLEIA PEREIRA DE CARVALHO Diretora Administrativa e Coordenadora de Departamento de Recursos Humanos para a contratação da Pessoa Jurídica: JOSÉ LEANDRO SILVA DE MACEDO CNPJ: 27.575.632/0001-30, com o valor total de R\$ 1.925,00 (mil novecentos e vinte e cinco reais), destinado à execução de serviços de confecção de fardamento junto ao Poder Legislativo

Municipal.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho da Ilma. Sr. LENICLEIA PEREIRA DE CARVALHO Diretora Administrativa e Coordenadora de Departamento de Recursos Humanos, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Baraúna/RN, 10 de novembro de 2017.

MARCOS ANTÔNIO DE SOUSA

Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
MAGALI PEREIRA DE AQUINO
Código Identificador: 5E2CCEA1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE BODÓ

ÓRGÃO PÚBLICO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL PORTARIA CONCESSIVA DE DIÁRIA Nº 047/2017

O Primeiro Secretário da Câmara Municipal de Bodó – RN, Vereador João Raniere Guimarães Santos, com a prerrogativa regimental que lhe é facultada e atendendo solicitação prévia da presidência,

RESOLVE:

Autorizar o Vereador JOSÉ FÉLIX NETO, Presidente da Câmara Municipal e a quem compete exercer a relação externa da instituição, a realizar viagem à cidade de Natal/RN no dia 14/11/2017, para tratar de assunto institucional/patrimonial do Poder Legislativo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, situado à Avenida Presidente Getúlio Vargas, 690 – Petrópolis, Natal/RN e solicitar cotações de preços para futuras aquisições de materiais permanentes, fazendo jus ao pagamento de 1 (uma) diária equivalente a R\$ 300,00 (trezentos reais) para cobertura de despesas decorrente do deslocamento.

Bodó, 13 de novembro de 2017.

Vereador João Raniere Guimarães Santos

1º Secretário

Publicado por:
DAYANE GUEDES MIRANDA DE ASSUNÇÃO
Código Identificador: 4C14AAD5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

PRESIDÊNCIA AVISO DE HOMOLOGAÇÃO.

A Câmara Municipal de Doutor Severiano/RN, por meio de seu leiloeiro administrativo designado, nomeado pela Portaria nº 025/2017, de 21 de setembro de 2017, vem a público divulgar a HOMOLOGAÇÃO da licitação na modalidade Leilão de nº 001/2017, LL, 2ª CHAMADA que tem como Objeto: alienação Veículo Oficial Pertencentes a Câmara Municipal de Doutor Severiano/RN, conforme especificações apresentadas no Edital Convocatório. Arrematantes vencedores foram: Lote I FRANCISCO JOABY LEITE, inscrito no CPF nº 009.145.744-00, Brasileiro, residente e domiciliado na Rua: Francisco Abílio de Oliveira, 127, Chico Cajá/Área Urbana, 59900-000, Pau Dos Ferros/RN, pelo lance mínimo conferido no valor de R\$ 7.050,00 (sete mil e cinquenta reais), de conformidade com o Mapa Comparativo de Preços acostado aos autos. Homologo a presente Licitação na modalidade Leilão na forma da Lei nº 8.666/93 – Homologo a presente Licitação na modalidade Leilão na forma da Lei nº 8.666/93 – FRANCISCO JURACI LEITE - Presidente.

Data da Homologação: 13 de novembro de 2017.

Publicado por:
WILSON ABRANTES DE LIMA
Código Identificador: 6AA92F3E

PRESIDÊNCIA AVISO DE ADJUDICAÇÃO.

A Câmara Municipal de Doutor Severiano/RN, por meio de seu leiloeiro administrativo designado, nomeado pela Portaria nº 025/2017, de 21 setembro 2017, vem a público divulgar a adjudicação da licitação na modalidade de Leilão de nº 001/2017, LL, 2ª CHAMADA que tem como Objeto: alienação Veículo Oficial Pertencentes a Câmara Municipal de Doutor Severiano/RN, conforme especificações apresentadas no Edital Convocatório. Arrematante vencedor foi: Lote I FRANCISCO JOABY LEITE, inscrito no CPF nº 009.145.744-00, Brasileiro, residente e domiciliado na Rua: Francisco Abílio de Oliveira, 127, Chico Cajá/Área Urbana, 59900-000, Pau Dos Ferros/RN, pelo lance mínimo conferido no valor de R\$ 7.050,00 (sete mil e cinquenta reais), de conformidade com o Mapa Comparativo de Preços acostado aos autos. Adjudico a presente Licitação na modalidade Leilão na forma da Lei nº 8.666/93 – Antonia Sara Marques de Oliveira Lopes - Leiloeiro.

Data da Adjudicação: 10 de novembro de 2017.

Publicado por:
WILSON ABRANTES DE LIMA
Código Identificador: 5FCE1CC6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - P.P. II CHAMADA.

A Câmara Municipal de Felipe Guerra RN, através do Pregoeiro Oficial, torna público o RESULTADO do PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017- II CHAMADA, cujo objeto é: Contratação de empresa especializada na aquisição de equipamentos e material permanente, para o legislativo Felipense, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I., onde torna público, cujo certame foi dado como DESERTO, sem manifestação de interessados. E, que o Aviso de Licitação do Pregão Presencial acima mencionado foi publicado na página 02, ano I, nº 0245 do Diário Oficial das Câmaras Municipais do Estado do Rio Grande do Norte, de 30/10/2017, FECAM RN. A decisão encontra-se no processo a disposição dos interessados.

Felipe Guerra/RN, 13 de novembro de 2017.

André Mick Ferreira Cardoso – Pregoeiro.

Publicado por:
PEDRO ALVES CABRAL NETO
Código Identificador: 3C1D50F6

GABINETE DA PRESIDÊNCIA AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2017 - III - CHAMADA.

O Pregoeiro da Câmara Municipal de Felipe Guerra, no uso de suas atribuições legais, torna público que no dia 29 de novembro de 2017, às 09h00min, fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017 - III CHAMADA – Tem como objeto a Contratação de empresa especializada na aquisição de equipamentos e material permanente, para o legislativo Felipense, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I, dos itens 09, 10, 11 e 12 desertos da sessão anterior. O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993, e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitação, localizada na Av. Mira Selva, nº 330, centro – cidade alta – Felipe Guerra RN – CEP: 59795-000. Ou solicitado através do Email: camarafg@bol.com.br, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 13h00min, por motivo de não haver site oficial para disponibilizar na íntegra.

Felipe Guerra/RN, 13 de novembro de 2017.

André Mick Ferreira Cardoso – Pregoeiro.

Publicado por:
PEDRO ALVES CABRAL NETO
Código Identificador: 53A0F993

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE GOIANINHA

PRESIDENCIA DECRETO LEGISLATIVO 153/2017

Concede o Título de Cidadão Goianinhense ao Senhor "Luiz Gonzaga Menguita", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOIANINHA/RN:

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu PROMULGO o seguinte Decreto Legislativo:

Artigo 1º. Fica concedido o Título de Cidadão Goianinhense ao Senhor "Luiz Gonzaga Menguita", pelos relevantes serviços prestados ao Município.

Artigo 2º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em Goianinha/RN, 27 de outubro de 2017.

ODILON ERNESTINO BARBALHO – Presidente

ADEMAR ALVES DE LIMA – Primeiro Secretário

JULIANA BEZERRA BRAGA – Segunda Secretária

Publicado por:
JOSÉ AUGUSTO DE SOUZA
Código Identificador: 75BF004F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO TERMO DE RATIFICAÇÃO E DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2017

Dadas as informações constantes do processo administrativo abaixo discriminado, RATIFICO e reconheço a DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos do art. 24, inc. II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, exigência do art. 38, inciso VI, do mesmo diploma legal.

PROCESSO Nº: 39/2017.

DISPENSA Nº: 28/2017.

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Governador Dix-Sept Rosado.

CONTRATADO: DE FATO COMUNICAÇÃO EIRELI - ME.

CNPJ Nº: 24.104.330/0001-95.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS DE VINCULAÇÃO DE MATÉRIA JUNTO A UM JORNAL DE CIRCULAÇÃO REGIONAL, REFERENTE AO AVISO DE LICITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº 1/2017.

VIGÊNCIA: ATÉ A CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS.

VALOR TOTAL: R\$ 396,00 (TREZENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

UNIDADE ORÇAMENTARIA: 01.001 – CÂMARA MUNICIPAL

NATUR EZA DA DESPESA: 01 031 2001 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL

ELEMENTO DE DESPESA: 3390.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

BASE LEGAL: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93

Governador Dix-Sept Rosado/RN, 31 de outubro de 2017.

SIMARA DANTAS DE OLIVEIRA

Presidente

Publicado por:
JOANA TAMIRES SILVEIRA BEZERRA
Código Identificador: 4B16E1B4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE IPUERA

CÂMARA MUNICIPAL DE IPUERA TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2017

Fica dispensada a licitação de despesa abaixo relacionada, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE CONFECCÃO DE CARIMBOS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE IPUERA/RN, com base no art. 24, II da Lei 8.666/93, tendo em vista a existência de valor inferior a 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso II do Art. 23 do mesmo diploma legal.

Informamos, ainda, a seguinte Dotação Orçamentária:

- 3390390000 – Outros Serv. Terc. P. Jurídica – PJ.

Contratado: MARCIO HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA - ME

CNPJ/CPF: 10.415.366/0001-85

Valor: R\$ 149,50 (CENTO E QUARENTA E NOVE REAIS A CINQUENTA CENTAVOS)

Prazo para conclusão ou prestação: início imediato.

Ipueira/RN, 13 de NOVEMBRO de 2017.

José Ribamar Leite Nobrega

Presidente da Câmara Municipal de Ipueira-RN

Publicado por:
ALANA LAIS DE MEDEIROS MORAIS
Código Identificador: 4147AD98

CÂMARA MUNICIPAL DE IPUERA TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2017

A Câmara Municipal de Ipueira/RN, resolve HOMOLOGAR e ADJUDICAR A DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 006/2017, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE CONFECCÃO DE CARIMBOS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE IPUERA/RN. Melhor proposta da empresa: MARCIO HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA – ME, CNPJ/CPF: 10.415.366/0001-85, Valor: R\$ 149,50 (CENTO E QUARENTA E NOVE REAIS A CINQUENTA CENTAVOS). Em consequência, fica convocado o proponente para assinatura do contrato, sob pena de decair o direito a contratação.

Ipueira/RN, 13 de novembro de 2017.

José Ribamar Leite Nobrega

Presidente da Câmara Municipal de Ipueira-RN

Publicado por:
ALANA LAIS DE MEDEIROS MORAIS
Código Identificador: 5EC44F6C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE JANDAÍRA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

Processo Administrativo nº 210900001/2017

Modalidade : Carta Convite nº 001/2017

Tipo : Menor Preço Global

Assunto : Abertura dos envelopes proposta de preço

A CPL no uso de suas atribuições legais e o que determina a Lei 8.666/93 e suas alterações, torna público que a abertura das Propostas das Empresas habilitadas do CONVITE nº 001/2017, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA OS SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JANDAÍRA, será dia 16 de novembro de 2017, às 9h30min, na sede da Câmara Municipal de Jandaíra/RN

Jandaíra/RN, 13 de Novembro de 2017.

Francisca Magna Souza Guilherme

Presidente da CPL

Publicado por:
NADJA RAYONARA JUVENCIO DA SILVA
Código Identificador: 519A49F3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 12090001/2017

CONTRATADO (A): G. A. C. PEREIRA ME

PROCESSO DE ORIGEM: 12090001/2017

OBJETO: Contratação em Assessoria de documentos administrativos e financeiros; elaboração de DCTF; acompanhamento e organização de processos de despesas no setor público, em conformidade com a resolução do TCE/RN, nº 004/2013, e a lei federal nº 8.666/93

DESPESAS: 12 - 1 . 1001 . 1 . 31 . 1 . 1.1 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

RECISÃO: 31/10/2017.

Publicado por:
GILDINEIDE DE OLIVEIRA MONTE
Código Identificador: 501892CD

GABINETE DA PRESIDÊNCIA ATO DA MESA DIRETORA Nº 001/2017

A MESA DIRETORA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 21, VII, XVII, do Regimento Interno, Disciplina Suplementação, Dotações Orçamentárias do exercício de 2017 e dá outras providências.

CONSIDERANDO que o Orçamento é um produto do Sistema de Planejamento que define as ações a serem desenvolvidas em determinado exercício;

CONSIDERANDO que durante a implementação dos programas de trabalho podem ocorrer situações ou fatos novos que não foram previstos na fase de elaboração da peça orçamentária, porém, que exigem a atuação do Poder Público;

CONSIDERANDO que para garantir ajustes ao orçamento durante sua execução foi criado na Lei 4.320/64 o dispositivo legal denominado "Crédito Adicional", reforçado pela Constituição Federal no capítulo "Finanças Públicas".

CONSIDERANDO a Lei nº 349/2016 - LOA para o ano de 2017em seu artigo 5º;

RESOLVE:

Artigo 1º - Abrir crédito suplementar no valor de R\$ 61.383,45 (sessenta e um mil, trezentos e oitenta e três reais e quarenta e cinco centavos), destinado à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

UNIDADE GESTORA - 01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Órgão Orçamentário – 1000 – PODER LEGISLATIVO

Unidade Orçamentária - 1001 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Função 1 - LEGISLATIVA

Subfunção - 31 – AÇÃO LEGISLATIVA

Programa 1 - DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO LEGISLATIVA

Ação 1.1 - MANUTENÇÃO DO LEGISLATIVO

Despesa: 4.4.90.51.00. Obras e instalações R\$ 49.383,45

UNIDADE GESTORA - 01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Órgão Orçamentário – 1000 – PODER LEGISLATIVO

Unidade Orçamentária - 1001 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Função 1 - LEGISLATIVA

Subfunção - 31 – AÇÃO LEGISLATIVA

Programa 1 - DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO

LEGISLATIVA

Ação 1.1 - MANUTENÇÃO DO LEGISLATIVO

Despesa 3.3.90.14.00. Diária Civil R\$ 12.000,00

T O T A L D E S U P L E M E N T A Ç Ã O R\$ 61.383,45

Artigo 2º O crédito aberto no artigo 1º do presente Ato será coberto pelo recurso de Despesas de Serviços de Consultoria no valor de R\$ 61.383,45 (sessenta e um mil, trezentos e oitenta e três reais e quarenta e cinco centavos), conforme a redução orçamentária das respectivas dotações:

UNIDADE GESTORA - 01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Órgão Orçamentário - 1000 - PODER LEGISLATIVO

Unidade Orçamentária - 1001 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Função 1 - LEGISLATIVA

Subfunção - 31 - AÇÃO LEGISLATIVA

Programa 1 - DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO LEGISLATIVA

Ação 1.1 - MANUTENÇÃO DO LEGISLATIVO

Despesa 8 - 3.3.90.30.00. Material de Consumo R\$ 20.000,00

UNIDADE GESTORA - 01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Órgão Orçamentário - 1000 - PODER LEGISLATIVO

Unidade Orçamentária - 1001 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Função 1 - LEGISLATIVA

Subfunção - 31 - AÇÃO LEGISLATIVA

Programa 1 - DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO LEGISLATIVA

Ação 1.1 - MANUTENÇÃO DO LEGISLATIVO

Despesa 10 - 3.3.90.30.00. Serviços de Consultoria R\$ 20.000,00

UNIDADE GESTORA - 01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Órgão Orçamentário - 1000 - PODER LEGISLATIVO

Unidade Orçamentária - 1001 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Função 1 - LEGISLATIVA

Subfunção - 31 - AÇÃO LEGISLATIVA

Programa 1 - DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO LEGISLATIVA

Ação 1.1 - MANUTENÇÃO DO LEGISLATIVO

Despesa 17 - 4.4.90.52.00. Material de Consumo R\$ 9.383,45

UNIDADE GESTORA - 01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Órgão Orçamentário - 1000 - PODER LEGISLATIVO

Unidade Orçamentária - 1001 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Função 1 - LEGISLATIVA

Subfunção - 31 - AÇÃO LEGISLATIVA

Programa 1 - DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO LEGISLATIVA

Ação 1.1 - MANUTENÇÃO DO LEGISLATIVO

3.3.90.35.00. Serviços de Consultoria R\$ 12.000,00

T O T A L D E S U P L E M E N T A Ç Ã O R\$ 61.383,45

Artigo 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 1º de agosto de 2017.

Câmara Municipal de José da Penha-RN, 08 de setembro de 2017.

GILDENEIDE DE OLIVEIRA MONTE

PRESIDENTA

FRANCISCA MARIA DE OLIVEIRA

Vice – Presidenta

NILCIMAR FONTES DE ARAÚJO GOMES BRUNO HENRIQUE SILVA ARAÚJO

1º Secretário 2º Secretário

Publicado por:
GILDINEIDE DE OLIVEIRA MONTE
Código Identificador: 740B9622

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2017**

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ

Contratada: TERRASAL AUTOMÓVEIS AFG LTDA

Processo nº 55/2017 - Dispensa nº 17/2017 – CPL

Objeto: Serviços e peças relacionados à revisão veicular de 20.000 km do GM/SPIN / SPIN LTZ 1.8 ECONO.FLEX, placa QGU-9753..

VALOR: R\$ 1.968,79 (um mil, novecentos e sessenta e oito reais e setenta e nove centavos).

Unidade Orçamentária:01.101 - CÂMARA MUNICIPAL

Ação: 2001 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ

Função: 01 - LEGISLATIVA

Sub-Função: 031 - AÇÃO LEGISLATIVA

Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Natureza: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Fonte de Recurso: 00000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

Região: 0001 - MUNICÍPIO DE MOSSORÓ

Unidade Orçamentária:01.101 - CÂMARA MUNICIPAL

Ação: 2001 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ

Função: 01 - LEGISLATIVA

Sub-Função: 031 - AÇÃO LEGISLATIVA

Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Natureza: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de Recurso: 00000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

Região: 0001 - MUNICÍPIO DE MOSSORÓ

CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ

Contratante

TERRASAL AUTOMÓVEIS AFG LTDA

Contrata

Publicado por:
JOYLE DA SILVA FERNANDES
Código Identificador: 3FAA97A5

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 373/2017-GP/RH/CMM**

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 26, inciso VII, alínea "a" e 31, inciso II, alínea "a" do Regimento Interno desta Casa Legislativa,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a senhora MONALISA ROCHA ARAÚJO do Cargo de Assessor Parlamentar – Técnico-Legislativo - Nível Médio, lotada no Gabinete do Vereador Sr. FRANCISCO CARLOS CARVALHO DE MELO.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

PALÁCIO RODOLFO FERNANDES,

Mossoró – RN, 07 de novembro de 2017.

MARIA IZABEL ARAÚJO MONTENEGRO

PRESIDENTE

Publicado por:
JOYLE DA SILVA FERNANDES
Código Identificador: 72868BDA

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 374/2017-GP/RH/CMM**

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 26, inciso VII, alínea "a" e 31, inciso II, alínea "a" do Regimento Interno desta Casa Legislativa,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a senhora SANDRA MARIA LEITE DE PAIVA FERNANDES do Cargo de Assessor Parlamentar – Técnico-Legislativo - Nível Médio, lotada no Gabinete da Vereadora Sra. MARIA ISOLDA DANTAS DE MOURA.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

PALÁCIO RODOLFO FERNANDES,

Mossoró – RN, 07 de novembro de 2017.

MARIA IZABEL ARAÚJO MONTENEGRO

PRESIDENTE

Publicado por:
JOYLE DA SILVA FERNANDES
Código Identificador: 62E70543

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 375/2017-GP/RH/CMM**

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 26, inciso VII, alínea "a" e 31, inciso II, alínea "a" do Regimento Interno desta Casa Legislativa,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o senhor NICOLAS PEREIRA DUARTE para o Cargo de Assessor Parlamentar – Técnico-Legislativo - Nível Médio, lotado no Gabinete do Vereador Sr. FRANCISCO CARLOS CARVALHO DE MELO.

Art. 2º - Ao Servidor cabe dedicar-se integralmente ao expediente matutino, cumprindo uma carga mínima de 20 (vinte) horas semanais, podendo, ainda, ser convocado para o desempenho de tarefas em dias não úteis, ou em horário extra, sempre que o exigir o serviço do gabinete.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

PALÁCIO RODOLFO FERNANDES,

Mossoró – RN, 07 de novembro de 2017.

MARIA IZABEL ARAÚJO MONTENEGRO

PRESIDENTE

Publicado por:
JOYLE DA SILVA FERNANDES
Código Identificador: 61F22ACB

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 376/2017-GP/RH/CMM**

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 26, inciso VII, alínea "a" e 31, inciso II, alínea "a" do Regimento Interno desta Casa Legislativa,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o senhor VITOR GABRIEL BARROS DO NASCIMENTO para o Cargo de Assessor Parlamentar – Técnico-Legislativo - Nível Médio, lotado no Gabinete da Vereadora Sra. MARIA ISOLDA DANTAS DE MOURA.

Art. 2º - Ao Servidor cabe dedicar-se integralmente ao expediente matutino, cumprindo uma carga mínima de 20 (vinte) horas semanais, podendo, ainda, ser convocado para o desempenho de tarefas em dias não úteis, ou em horário extra, sempre que o exigir o serviço do gabinete.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

PALÁCIO RODOLFO FERNANDES,

Mossoró – RN, 07 de novembro de 2017.

MARIA IZABEL ARAÚJO MONTENEGRO

PRESIDENTE

Publicado por:
JOYLE DA SILVA FERNANDES
Código Identificador: 746003DE

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 377/2017-GP/RH/CMM**

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 26, inciso VII, alínea "a" e 31, inciso II, alínea "a" do Regimento Interno desta Casa Legislativa,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o senhor FRANCISCO UBIRAJARA DA SILVA do cargo de ASSESSOR LEGISLATIVO, do quadro de pessoal deste Poder Legislativo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

PALÁCIO RODOLFO FERNANDES,
Mossoró – RN, 07 de novembro de 2017.

MARIA IZABEL ARAÚJO MONTENEGRO

PRESIDENTE

Publicado por:
JOYLE DA SILVA FERNANDES
Código Identificador: 5B580E2F

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 378/2017-GP/RH/CMM**

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 26, inciso VII, alínea "a" e 31, inciso II, alínea "a" do Regimento Interno desta Casa Legislativa,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o senhor FRANCISCO ANDERGLEBSON FERNANDES DE ARAÚJO, para ocupar o cargo de ASSESSOR LEGISLATIVO, do quadro de pessoal deste Poder Legislativo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

PALÁCIO RODOLFO FERNANDES,

Mossoró – RN, 07 de novembro de 2017.

MARIA IZABEL ARAÚJO MONTENEGRO

PRESIDENTE

Publicado por:
JOYLE DA SILVA FERNANDES
Código Identificador: 5CA55B7A

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 017/2017**

Objeto: Serviços e peças relacionados à revisão veicular de 20.000 km do GM/SPIN / SPIN LTZ 1.8 ECONO.FLEX, placa QGU-9753

A Presidente da Câmara Municipal de Mossoró/RN, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Autorizar a Dispensa de Licitação, após acato do Parecer Jurídico desta Entidade, e Parecer da Comissão Permanente de Licitação - CPL, em favor da empresa TERRASAL AUTOMÓVEIS AFG LTDA, inscrita no CNPJ nº. 13.536.641/0001-07, com endereço Av. Presidente Dutra, 449-A, Ilha de Santa Luzia – Mossoró/RN, destinado à Contratação Serviços e peças relacionados à revisão veicular de 20.000 km do GM/SPIN / SPIN LTZ 1.8 ECONO.FLEX, placa QGU-9753, com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei Federal 8.666/93, com valor total anual de 1.968,79 (um mil, novecentos e sessenta e oito reais, setenta e nove centavos).

Publique-se,

Mossoró/RN, 10 de novembro 2017.

Maria Izabel Araújo Montenegro

Presidente da Câmara Municipal de Mossoró/RN

Publicado por:
JOYLE DA SILVA FERNANDES
Código Identificador: 66542F96

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO BRANCO**

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

RESOLUÇÃO Nº 004/2017

Dispõe sobre a criação do Memorial da Câmara Municipal de Ouro Branco-RN.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURO BRANCO-RN – ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE,

Faz saber, em cumprimento ao disposto no Artigo 32, Inciso XVI do Regimento Interno da Câmara de Vereadores Promulga o Projeto de Resolução em epígrafe, passando a vigorar como Resolução nº 004/2017, nos seguintes termos:

Art. 1º - Considerando a importância histórica do Poder Legislativo de Ouro Branco-RN, a necessidade de instituir e oficializar trabalho sistemático de preservação do seu acervo histórico, a pesquisa, o registro documental, a digitalização e divulgação da história da Câmara de Vereadores de Ouro Branco-RN assim como, a contribuição para história do município, fica criado o Memorial Deputado João Guimarães.

Parágrafo Único: - A finalidade precípua do Memorial Deputado João Guimarães é a pesquisa, o registro, a preservação de documentos de valor histórico, a publicidade e a transparência dos atos administrativos e políticos, assim como, a disponibilidade ao público, de forma efetiva, de todo acervo escrito e de bens utilizados no serviço legislativo municipal.

Art. 2º - Caberá aos gestores do Memorial da Câmara Municipal de Ouro Branco-RN a localização de documentos, sua digitalização, inventário, guarda, conservação e divulgação do acervo.

Parágrafo único - A ampliação do acervo do memorial dar-se-á por meio das seguintes formas de aquisição:

- I - compra;
- II - doação;
- III - permuta;
- IV - legado;
- V - herança.

Art. 3º - A história da Câmara Municipal de Ouro Branco-RN, bem como, a memória das suas atividades atuais serão registradas pelo Memorial, observando-se, para tanto, as contemporâneas técnicas de documentação museológica.

Art. 4º - Constituirão, ainda, o rol de atividades do Memorial Deputado João Guimarães, objetivando a promoção de atividades histórico-culturais:

- I - seminários;
- II - palestras;
- III - visitas guiadas;
- IV - intercâmbio com escolas e instituições;
- V – publicações e
- VI – pesquisas.

Art. 5º - O estímulo à pesquisa sobre a história da cidade de Ouro Branco-RN e sua relação com a atuação da Câmara Municipal far-se-á por meio do cadastro escrito de historiadores, estudantes e demais pessoas interessadas, os quais apresentarão à Câmara o resultado de seus estudos, assim como, pela promoção e/ou aquisição de artes plásticas, fotografias e registro audiovisual.

Art. 6º - A gestão do Memorial da Câmara Municipal de Ouro Branco-RN ficará sob responsabilidade da Mesa Diretora.

§ 1º - Será instituída comissão, no prazo de 30 (trinta) dias, após promulgação desta resolução, constituída por dois (02) parlamentares escolhidos pelo Plenário e dois (02) servidores, indicados pela Mesa Diretora, após ouvido o Plenário, com mandato de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período, após consulta pela Mesa Diretora e aprovação do Plenário, a qual terá a competência de fiscalizar a gestão orçamentária destinada ao Memorial, assim como das programações nele desenvolvidas.

§ 2º - O exercício das atividades da comissão da qual trata o parágrafo anterior não serão remuneradas.

Art. 7º - O Memorial do Poder Legislativo de Ouro Branco-RN será implantado na sede do órgão, com disponibilidade de espaço próprio a ser arquitetado na Sala de Recepção da Sede do Poder Legislativo, suficiente para exposição de todo acervo histórico, tendo como base os livros de atas iniciais, regimentos e normas, dentre outros documentos reveladores de dados históricos.

Art. 8º. As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta de verba própria do orçamento vigente.

Art. 9º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal, Edifício Coronel João Medeiros, Sala das Seções, Ouro Branco/RN, 13 de novembro de 2017.

Genildo da Silva Medeiros

Presidente

Publicado por:
ROSEMBERG FREIRE
Código Identificador: 6AE5256D

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
RESOLUÇÃO Nº 005/2017

Regulamenta o encaminhamento, uso e guarda, tramitação, dentre outros procedimentos, cria o Setor de Arquivos e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Ouro Branco-RN, no uso de suas atribuições, especificamente o que preconiza o disposto no Artigo 32, Inciso XIV, e Artigo 34, ambos do Regimento Interno, sem prejuízo da competência disposta na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e promulga a presente Resolução:

Art. 1º - Fica criado o Setor de Arquivos da Câmara Municipal de Vereadores de Ouro Branco-RN.

PARÁGRAFO ÚNICO – O Setor de Arquivo poderá ter como responsável servidor investido do cargo em comissão de Assessor Administrativo, por servidor efetivo Agente Administrativo, assim como, em função gratificada, por servidor Auxiliar de Serviços Gerais e, em última nomeação, pelo Chefe de Gabinete, objetivando assessorar na manutenção e organização de arquivos de documentos, dentre outros de interesse da administração.

Art. 2º - É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.

Art. 3º - Consideram-se arquivos, para os fins desta lei, os conjuntos de documentos produzidos, assim como, os recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

Art. 4º - Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

Art. 5º - Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Art. 6º - A administração pública franqueará a consulta aos documentos públicos, na forma da Lei de Informações e Transparência, observados os procedimentos legais e técnicos da administração, assim como, os prazos dispostos em lei.

Art. 7º - Fica resguardado o direito de indenização pelo dano material ou moral decorrente da violação do sigilo, sem prejuízo das ações penal, civil e administrativa.

Art. 8º - Serão obrigatórios, no âmbito do Setor de Arquivo da Câmara de Vereadores, as seguintes operações de arquivamento:

- a) verificar a existência de antecedentes (documentos que tratam do mesmo assunto);
- b) reunir os antecedentes, colocando-os em ordem cronológica decrescente, sendo o documento com data mais recente em primeiro lugar e assim sucessivamente;
- c) ordenar os documentos que não possuem antecedentes, de acordo com a ordem estabelecida (cronológica, alfabética, geográfica ou outra), formando dossiês, verificando-se, ainda, a existência de cópias, eliminando-as (caso o original não exista, manter uma única cópia);
- d) fixar cuidadosamente os documentos às capas apropriadas com prendedores plásticos, à exceção dos processos e volumes que, embora inseridos nas pastas suspensas, permanecem soltos para facilitar o manuseio;
- e) arquivar os documentos nos locais devidos, identificando de maneira visível as pastas suspensas, gavetas e caixas, por meio de notações registradas nas projeções das pastas ou etiquetas;
- f) alimentar sistema informatizado com os dados da localização dos documentos.

PARÁGRAFO ÚNICO – Constituirão operações de arquivamentos, no âmbito do Setor de Arquivo da Câmara de Vereadores de Ouro Branco-RN, o constante no ANEXOS I (Guia de Recolhimento) e ANEXO II (Registro de Tramitação de Documentos) desta Resolução.

Art. 9º - A autoridade competente deverá determinar a digitalização dos documentos, em cumprimento à lei específica, antes de sua entrada no Setor de Arquivos.

§ 1º – A documentação já arquivada, ainda não digitalizada, deverá passar pelos mesmos procedimentos desta norma, quando será efetivado o registro de saída e de entrada dos documentos já guardados, devendo os servidores responsáveis comunicar à autoridade competente, quaisquer irregularidades no âmbito do arquivo, inclusive, sobre a condição física do documento e arquivo.

§ 2º – Deverá o servidor responsável pelo Setor de Arquivos informar ao Representante da Mesa Diretora da Câmara, bimestralmente, sobre o destino e tempo de utilização por parte da autoridade ou órgão requisitante de documentos, para o devido controle e atualização do acervo em arquivo.

Art. 10º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal, Edifício Coronel João Medeiros, Sala das Seções, Ouro Branco/RN, 13 de novembro de 2017.

Genildo da Silva Medeiros

Presidente

Publicado por:
ROSEMBERG FREIRE
Código Identificador: 46262C29

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA PROMULGAÇÃO DO DECRETO LEGISLATIVO 002-2017

“Dispõe sobre a aprovação das Contas Anuais do Poder Executivo Municipal, relativas ao exercício financeiro de 2012, e dá outras providências.”

O Presidente da Câmara Municipal de Pedro Avelino/RN, no uso de suas atribuições legais e regimentais, FAZ SABER que, o plenário desta CASA LEGISLATIVA aprovou por decisão de 2/3 de seus membros e ele PROMULGA o seguinte DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Ficam aprovadas as CONTAS ANUAIS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PEDRO AVELINO/RN, referente ao exercício financeiro de 2012, da gestão do Prefeito ELSON BATISTA DA TRINDADE, analisadas no processo nº 6131/2013 pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único. O Parecer Prévio e respectivo Processo, referidos no caput deste artigo, ficam fazendo parte integrante deste Decreto Legislativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pedro Avelino/RN, em 27 de outubro de 2017.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

FRANCISCO HÉLIO DE ARAÚJO

-PRESIDENTE-

Publicado por:
ADAILTON LEANDRO GONÇALVES
Código Identificador: 4D0D95BC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO VELHO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA PORTARIA Nº 060/2017 - GAB/PPRES

AO Presidente DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO VELHO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno desta Casa Legislativa,

RESOLVE:

Conceder ao servidor MARCOS ANTÔNIO DE LIMA TEIXEIRA, CPF: 897.913.714-15 Cargo/Função: vereador, 1/2 diária no valor de R\$ 160,00.

Destino: Natal/RN

Período: 14 de novembro de 2017

Objetivo: Participação da oficina acerca da construção e implantação de uma Política Municipal de Saneamento Básico (equipe da UFRN e FUNASA), realizada no Auditório Principal do Instituto Agora, UFRN, Campus Central.

Pedro Velho (RN), 13 de novembro de 2017.

Douglas Haryson Barbosa de Farias

Presidente

Publicado por:
CLARISSE ROBERTA BARBOSA MOREIRA
Código Identificador: 5C8720C6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE PUREZA

SECRETARIA PORTARIA Nº. 023/2017 – CMP

O ASSESSOR DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PUREZA/RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Regimento Interno;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a Vereadora JOSILMA BEZERRA GOMES, CPF: 828.634.744-72, ½ (meia diária) no importe de 100,00 (cem reais) para custear viagem e deslocamento no intuito de promover entrega de ofício na sede da CAERN na Capital do Estado, com objetivo de comparecerem a reunião para tratarem do tema “Água fonte de vida, vamos salvar o nosso oelhoiro” promovido pela Câmara Municipal de Pureza no dia 22 de Novembro de 2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e se revoga todas as disposições em contrário.

NEILSON DE ARAUJO NASCIMENTO

Pureza/RN, 13 de Novembro de 2017.

Assessor da Presidência da Câmara Municipal

Ato de Ordem nº. 002/2017

Publicado por:
ZUILA MIRANDA DE FARIAS
Código Identificador: 4839ABEE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO

SECRETARIA GERAL DA CÂMARA EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 033/2017

A Comissão de Licitação do Município de SANTO ANTÔNIO, através do(a) CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO, em cumprimento à ratificação procedida pelo(a) Sr(a) GUSTAVO JOSE DE OLIVEIRA SOUZA, VEREADOR PRESIDENTE, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto.....: A contratação de pessoa física e/ou jurídica especializada para prestar os serviços de buffet completo (cerimonial, ornamentação, mesas, cadeiras, toalhas, garçons e pessoal de apoio). Para uma Sessão Solene em alusão a doação do veículo pálio da Câmara Municipal para a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santo Antonio/RN, em 14 de novembro de 2017, conforme solicitação da Diretoria Geral da Câmara Municipal.

Contratado.....: ANDRE LUIZ DE LIMA NASCIMENTO

Fundamento Legal...: art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificado pelo(a) Sr(a) GUSTAVO JOSE DE OLIVEIRA SOUZA, VEREADOR PRESIDENTE.

SANTO ANTÔNIO - RN, 13 de Novembro de 2017

DENILSON OLIVEIRA BEZERRA

Comissão de Licitação

Presidente

Publicado por:
ALEXSANDRA COSTA CARVALHO
Código Identificador: 6A7D7AB7

SECRETARIA GERAL DA CÂMARA RESOLUÇÃO Nº 007 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

DISPÕES SOBRE A CESSÃO DE USO DE VEÍCULO OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO PARA O USO EXCLUSIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O PRESIDENTE CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe confere nos termos do caput do artigo 13 da Lei Orgânica Municipal, combinado com artigo 47, inciso IX do Regimento Interno, FAÇO SABER que o plenário da Câmara Municipal aprovou e eu GUSTAVO JOSÉ DE OLIVEIRA SOUZA, Presidente, da Câmara Municipal PROMULGO a presente RESOLUÇÃO.

Art.1º O Poder Legislativo Municipal, cederá ao Município de Santo Antônio o veículo automotor, modelo PALIO FIRE 1.0 ECONOMY 8v Flex 4p Ano 2012/2013, Chassi 8AP117164LD3041518, Placa QJS4550, destinado ao uso exclusivo da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º O veículo cedido somente poderá ser usado para atender exclusivamente pacientes para tratamento de hemodíalise, quimioterapia e radioterapia.

Art.3º O veículo cedido será entregue ao município adesivado com as seguintes informações: "Câmara Municipal de Santo Antônio; veículo cedido para uso exclusivo em serviço da Secretaria Municipal de Saúde."

Art.4º O município ficará responsável pelo zelo, guarda e conservação do veículo, custo com manutenção e demais encargos que por ventura incidirem sobre o automóvel, inclusive multa de trânsito, cujo ônus será suportado pelo executivo, incluindo danos materiais, morais e pessoais ou qualquer outra indenização decorrente do uso do veículo.

Art.6º Em caso de descumprimento da finalidade do uso do veículo, a Câmara Municipal poderá por ato administrativo do Presidente da Mesa Diretora determinar a devolução do veículo ao Poder Legislativo.

Art.7º Esta resolução entra em vigor a partir da data da sua publicação.

GP, Santo Antônio/RN, em 09 de novembro de 2017.

Gustavo José de Oliveira Sousa

Vereador Presidente

Publicado por:
ALEXSANDRA COSTA CARVALHO
Código Identificador: 6185244D

SECRETARIA GERAL DA CÂMARA TERMO AUTORIZATIVO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2017.

A Comissão de Licitação do Município de SANTO ANTÔNIO, através do(a) CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO, consoante autorização do(a) Sr(a). GUSTAVO JOSE DE OLIVEIRA SOUZA, VEREADOR PRESIDENTE, vem abrir o presente processo administrativo para A contratação de pessoa física e/ou jurídica especializada para prestar os serviços de

buffet completo (cerimonial, ornamentação, mesas, cadeiras, toalhas, garçons e pessoal de apoio). Para uma Sessão Solene em alusão a doação do veículo pálio da Câmara Municipal para a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santo Antonio/RN, em 14 de novembro de 2017, conforme solicitação da Diretoria Geral da Câmara Municipal.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Dispensa de Licitação encontra-se fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei Federal n.8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei Federal n.9.648, de 27 de maio de 1998, que permitem tal procedimento, tendo em vista que o valor da compra não ultrapassa os 10% do limite previsto no inciso II, alínea "a", do art. 23, do diploma legal supracitado.

Art. 24 - É dispensável a licitação:

I - OMISSIS

II - "Para outros serviços e compras de valor at 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do Artigo anterior, e pra alienações nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez".

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O presente processo administrativo tem por objeto suprir as necessidades do Município de SANTO ANTÔNIO, atendendo à demanda da(o) CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, em obediência ao Princípio da Continuidade do Serviço Público, que por sua vez, viabiliza a contratação em comento, tornando o caso em questão, dentro das exigências requeridas por este dispositivo.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A escolha da(s) proposta(s) mais vantajosa(s), foi(ram) decorrente de uma prévia pesquisa de mercado, o que nos permite inferir que os preços encontram-se compatível com a realidade mercadológica.

Faço ao exposto, a contratação pretendida deve ser realizada com ANDRE LUIZ DE LIMA NASCIMENTO, no valor de R\$ 2.530,00 (dois mil, quinhentos e trinta reais), levando-se em consideração a melhor proposta ofertada, conforme documentos acostados aos autos deste processo.

SANTO ANTÔNIO - RN, 13 de Novembro de 2017

DENILSON OLIVEIRA BEZERRA

Comissão de Licitação

Presidente

Publicado por:
ALEXSANDRA COSTA CARVALHO
Código Identificador: 53F3821A

SECRETARIA GERAL DA CÂMARA TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2017.

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da(o) ANDRE LUIZ DE LIMA NASCIMENTO, referente à A contratação de pessoa física e/ou jurídica especializada para prestar os serviços de buffet completo (cerimonial, ornamentação, mesas, cadeiras, toalhas, garçons e pessoal de apoio). Para uma Sessão Solene em alusão a doação do veículo pálio da Câmara Municipal para a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santo Antonio/RN, em 14 de novembro de 2017, conforme solicitação da Diretoria Geral da Câmara Municipal..

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do(a) Ilmo(a). Sr(a). DENILSON OLIVEIRA BEZERRA, Presidente da Comissão de Licitação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

SANTO ANTÔNIO - RN, 13 de Novembro de 2017

GUSTAVO JOSE DE OLIVEIRA SOUZA

VEREADOR PRESIDENTE

Publicado por:
ALEXSANDRA COSTA CARVALHO
Código Identificador: 490474AF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL

GABINETE DA PRESIDÊNCIA PORTARIA Nº. 049/2017 – GP

A PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas.

RESOLVE:

Art. 1º - conceder ao Vereador abaixo indicado 1/2 (meia) diária correspondentes para pagamento de despesa com alimentação e demais despesas inerentes ao deslocamento a serviço desta câmara no período abaixo citado.

Beneficiário – Geraldo Marcelino de Souza Neto.

Função – Vereador

Quantidade – 1/2 (meia) diária

Valor – R\$ 200,00

Destino – Natal/RN

Data do Afastamento – 14 novembro de 2017

Veiculo Utilizado – Veiculo particular

Roteiro – Ir à UFRN participar da Apresentação da Minuta da Política Municipal de Saneamento Básico.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Tibau do Sul – RN

em 13 de novembro de 2017.

Célia Maria Marinho Carneiro da Câmara

Presidente

Publicado por:
JOSENILDA REGIA MARINHO CARNEIRO
Código Identificador: 6CE276B3

GABINETE DA PRESIDÊNCIA PORTARIA Nº. 050/2017 – GP

A PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas.

RESOLVE:

Art. 1º - conceder ao Vereador abaixo indicado 1/2 (meia) diária correspondentes para pagamento de despesa com alimentação e demais despesas inerentes ao deslocamento a serviço desta câmara no período abaixo citado.

Beneficiário – Antonio Henrique Lopes Rodrigues.

Função – Vereador

Quantidade – 1/2 (meia) diária

Valor – R\$ 200,00

Destino – Natal/RN

Data do Afastamento – 14 novembro de 2017

Veiculo Utilizado – Veiculo particular

Roteiro – Ir à UFRN participar da Apresentação da Minuta da Política Municipal de Saneamento Básico.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Tibau do Sul – RN

em 13 de novembro de 2017.

Célia Maria Marinho Carneiro da Câmara

Presidente

Publicado por:
JOSENILDA REGIA MARINHO CARNEIRO
Código Identificador: 5038593C

GABINETE DA PRESIDÊNCIA PORTARIA Nº. 051/2017 – GP

A PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas.

RESOLVE:

Art. 1º - conceder ao Vereador abaixo indicado 1/2 (meia) diária correspondentes para pagamento de despesa com alimentação e demais despesas inerentes ao deslocamento a serviço desta câmara no período abaixo citado.

Beneficiário – Samuel Barros Galvão.

Função – Vereador

Quantidade – 1/2 (meia) diária

Valor – R\$ 200,00

Destino – Natal/RN

Data do Afastamento – 14 novembro de 2017

Veiculo Utilizado – Veiculo particular

Roteiro – Ir à UFRN participar da Apresentação da Minuta da Política Municipal de Saneamento Básico.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Tibau do Sul – RN

em 13 de novembro de 2017.

Célia Maria Marinho Carneiro da Câmara
Presidente

Publicado por:
JOSENILDA REGIA MARINHO CARNEIRO
Código Identificador: 51D24CD7

Publicado por:
JOSENILDA REGIA MARINHO CARNEIRO
Código Identificador: 49CD3D3E

CÂMARA MUNICIPAL PORTARIA Nº 033/2017 – GP

EMENTA: Institui Comissão Especial, que analisará o exame de mérito do Projeto de Resolução Nº 002/2017 que dispõe sobre revisão e atualização do Regimento Interno, desta Câmara Municipal de Triunfo Potiguar/RN e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TRIUNFO POTIGUAR/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e demais legislações posteriores.

R E S O L V E:

Art. 1º - Instituir Comissão Especial, que analisará o exame de mérito do Projeto de Resolução Nº 002/2017 que dispõe sobre revisão e atualização do Regimento Interno, da Câmara Municipal de Triunfo Potiguar/RN, com o objetivo de dar parecer sobre a admissibilidade da proposta e analisar seus 339 artigos. Sabendo-se que somente perante a comissão especial poderá ser apresentadas subemendas ou substitutivos à proposta.

Art. 2º - A Comissão Especial terá a seguinte composição:

PRESIDENTE: FRANCISCO ANTONIO DA FONSECA.

VICE-PRESIDENTE: FAGNER DE LIMA DE ARAÚJO.

RELATOR: ROBERTO FONSECA LOPES.

Art. 3º - A Comissão fica desde logo autorizada a praticar todos os atos necessários ao desempenho de suas funções, norteados pelo artigo 176, do regimento interno desta casa legislativa.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Triunfo Potiguar/RN, 13 de Novembro de 2017.

Valderedo Medeiros da Silva

Presidente

Publicado por:
RIBAMAR CAVALCANTE VIEIRA
Código Identificador: 4D8855F9

GABINETE DA PRESIDÊNCIA PORTARIA Nº. 052/2017 – GP

RESOLVE:

Art. 1º - conceder ao Vereador abaixo indicado 1/2 (meia) diária correspondentes para pagamento de despesa com alimentação e demais despesas inerentes ao deslocamento a serviço desta câmara no período abaixo citado.

Beneficiário – Josué Gomes de Moura Júnior.

Função – Vereador

Quantidade – 1/2 (meia) diária

Valor – R\$ 200,00

Destino – Natal/RN

Data do Afastamento – 14 novembro de 2017

Veículo Utilizado – Veículo particular

Roteiro – Ir à UFRN participar da Apresentação da Minuta da Política Municipal de Saneamento Básico.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Tibau do Sul – RN

em 13 de novembro de 2017.

Célia Maria Marinho Carneiro da Câmara

Presidente

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE TRIUNFO POTIGUAR

CÂMARA MUNICIPAL PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2017 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0001/2017*

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº.....: 20179016

ORIGEM.....: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DISP. 0001/2017

CONTRATANTE.....: CAMARA MUNICIPAL DE TRIUNFO POTIGUAR

CONTRATADA(O).....: WILLA CATARINA MEDEIROS DA SILVA EIRELI - ME

OBJETO.....: Aquisição de combustível destinado para os veículos desta Câmara Municipal de Triunfo Potiguar/RN

VALOR TOTAL.....: R\$ 4.891,84 (quatro mil, oitocentos e noventa e um reais e oitenta e quatro centavos)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: Exercício 2017 Atividade 0101.010310001.2.001 Manutenção da Camara Municipal, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de Consumo, Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R\$ 4.891,84

VIGÊNCIA.....: 23 de Outubro de 2017 a 24 de Novembro de 2017

DATA DA ASSINATURA.....: 23 de Outubro de 2017

*Replicado por incorreção de erro material.

Publicado por:
RIBAMAR CAVALCANTE VIEIRA
Código Identificador: 4E561009

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE BARAÚNA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA REGIMENTO INTERNO

Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Baraúna e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARAÚNA, ESTADO RIO

GRANDE DO NORTE. Faço saber que a Câmara Municipal de Baraúna aprovou e Eu promulgo a seguinte Resolução:

TÍTULO I

Disposições Preliminares

CAPÍTULO I

Da sede da Câmara

Artigo 1º - A Câmara Municipal de Baraúna tem sede provisória situada à Rua Jerônimo Rosado, 982, denominada Palácio Manoel Alves Bezerra.

Parágrafo 1º - No Palácio Manoel Alves Bezerra não se realizarão atos estranhos à sua função sem decisão prévia da mesa.

Parágrafo 2º - Em caso que necessite o funcionamento da Câmara fora da sua sede, esta poderá se reunir em qualquer local do município, por deliberação da Mesa.

CAPÍTULO II

Da Instalação da Legislativa

Artigo 2º - A Câmara Municipal se instalará em Sessão Especial no dia 1º de janeiro do ano subsequente às eleições municipais, quando será presidida pelo Vereador mais idoso entre os presentes e, em caso de essa condição ser comum a mais de 01 (um), presidi-lo-á o mais votado entre eles.

Artigo 3º - Os Vereadores munidos de seus respectivos diplomas, tomarão posse perante o Presidente provisório a que se refere o artigo anterior, o que será objeto de termo lavrado em Ata, por Vereador Secretário "ad hoc" indicado pelo Presidente, após terem manifestado, unisonamente, compromisso que será lido pelo Vereador mais Jovem entre eles, o qual consistirá no seguinte termo:

"PROMETO EXERCER COM DIGNIDADE E DEDICAÇÃO, O MANDATO POPULAR QUE ME FOI CONFERIDO, OBSERVANDO A CONSTITUIÇÃO E AS LEIS DO PAÍS, TRABALHANDO PELO ENGRANDECIMENTO DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA E PARA O BEM GERAL DE SEUS HABITANTES".

§ 1º - Quando algum Vereador ou suplente tiver de assumir em sessão posterior, o Presidente nomeará comissão para receber e acompanhá-lo até a Mesa onde lhe tomará o compromisso regimental.

§ 2º - O Vereador que não se empossar no prazo previsto pela Lei de Organização Municipal e, se esta for omissa no prazo de 15 (quinze) dias após a Sessão de Instalação, não mais poderá fazê-lo, aplicando-se lhe o disposto no Art. 56, Parágrafo 1º.

§ 3º - Imediatamente após a posse, os Vereadores apresentarão Declaração de Bens, que se transcreverá na Ata da Sessão de instalação ou na daquela em que se empossar o Vereador retardatário.

CAPÍTULO III

Da Formação da Mesa

Artigo 4º - A Mesa da Câmara compõe-se dos cargos de Presidente, 1º e 2º Secretários, com mandato de dois anos.

Parágrafo 1º - Haverá um Vice-Presidente, um 3º e um 4º Secretário, que serão substitutos dos membros da Mesa.

Parágrafo 2º - O Regimento Interno da Câmara Municipal de Baraúna - RN, passará a vigor com a seguinte redação:

A Mesa da Câmara Municipal será eleita para um mandato de 02 (dois) anos consecutivos, podendo ser reeleita, parcial ou totalmente aos mesmos cargos, para o biênio subsequente, sendo que a eleição para o segundo biênio poderá realizar-se de forma antecipada, em horário e dia fixados pela presidência da Câmara, através de Edital de convocação, publicado em Diário Oficial e Mural da Câmara Municipal, ocorrendo a posse dos eleitos no dia primeiro de janeiro do terceiro ano da legislatura.

Redação anterior: Alterada pela Resolução 006/2017.

~~§ 2º - A Mesa da Câmara Municipal será eleita para um mandato de 02 (dois) anos consecutivos, podendo ser reeleita, parcial ou totalmente, aos mesmos cargos, para o biênio subsequente, sendo que~~

a eleição para o segundo biênio far-se-á na primeira sessão ordinária do mês de dezembro que antecede a legislatura do segundo biênio, ocorrendo à posse dos eleitos no dia primeiro de janeiro do ano seguinte, inexistindo incompatibilidade para quem desejar se recandidatar.

Artigo 5º - A eleição dos membros da Mesa far-se-á presente a maioria absoluta dos Vereadores, na sessão de instalação da Legislatura, por maioria simples, assegurando-se o direito de voto inclusive aos candidatos a cargos da Mesa.

Parágrafo 1º - Para a votação serão utilizadas cédulas únicas de papel, datilografadas ou impressas, as quais serão depositadas em uma urna.

Parágrafo 2º - A votação far-se-á pela chamada em ordem alfabética dos nomes dos Vereadores pelo Presidente, o qual procederá a contagem dos votos e a proclamação dos eleitos.

Artigo 6º - Em caso de empate na eleição da Mesa proceder-se-á um segundo escrutínio para desempate.

Parágrafo 1º - Persistindo o empate no segundo escrutínio o concorrente mais idoso será proclamado eleito.

Parágrafo 2º - Os Vereadores eleitos para os cargos da Mesa serão empossados mediante termo lavrado pelo Secretário, na Sessão de instalação e entrarão imediatamente em exercício.

TÍTULO II

Dos órgãos da Câmara

CAPÍTULO I

Do Plenário

Artigo 7º - O Plenário é composto por todos os Vereadores e exerce com exclusividade a função legislativa da Câmara, tendo como forma legal para deliberar, a Sessão.

Parágrafo Único – Para a realização das sessões e para as deliberações, o quórum é determinado pela Constituição Federal, pela Lei Orgânica dos Municípios e por este Regimento.

Artigo 8º - São atribuições do Plenário:

I – elaboração com a participação do Prefeito, as leis do município; II – discutir e votar a proposta orçamentária;

1. – apreciar os vetos, rejeitando-os ou mantendo-os;
1. – autorizar sob a forma da Lei, os seguintes atos e negócios administrativos:
 1. abertura de crédito adicionais, inclusive para atender subvenções e auxílios financeiros;
 2. operações de créditos;
 3. aquisição onerosa de bens imóveis;
 4. alienação e oneração real de bens imóveis municipais;
 5. concessão de serviços públicos;
 6. assinatura de consórcios intermunicipais;
 7. alteração de denominação de logradouros públicos.
1. – expedir Decreto Legislativo quando assuntos de sua competência privativa, notadamente nos casos de:
 2. cassação de mandato de Prefeito ou Vereador;
 3. aprovação ou rejeição das contas do Executivo;
 4. concessão de licença ao Prefeito nos casos previstos em Lei;
1. consentimento ao Prefeito para ausentar-se do município por prazo superior a 15 (quinze) dias, por necessidade administrativa;
2. atribuição de título de cidadão honorário às pessoas que, reconhecidamente, tenha prestado relevantes serviços à comunidade;
3. fixação ou atualização dos subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito;
4. constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito;
5. constituição de Comissão Processante.
1. – expandir Resoluções sobre assunto de sua economia interna, além de:
 2. alteração do Regimento Interno;
 3. destituição de membro da Mesa;
1. concessão de licença ao Vereador nos casos previstos na Lei Orgânica do Município, salvo no período de recesso, que será concedida pela Mesa a referendo do Plenário;
2. fixação ou atualização da remuneração dos Vereadores, e a verba de representação do Presidente da Câmara;
3. julgamento de recursos de sua competência, nos casos previstos na Lei Orgânica do Município ou neste Regimento;
4. constituição de Comissão Especial.
1. – processar e julgar o Prefeito ou Vereador pela prática de infração político-administrativa;
1. – solicitar informações ao Prefeito os seus auxiliares diretos, sobre assuntos administrativos;
1. – convocar o Prefeito e/ou os Secretários Municipais para prestar informações sobre administração;
1. – eleger a Mesa e as Comissões Permanentes e destituir os seus membros, nos casos e na forma previstos neste Regimento;
1. – dispor sobre a realização de Sessões Secretas.

CAPÍTULO II

Da Mesa

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Artigo 9º - A Mesa compõe-se de Presidente, 1º e 2º Secretários.

Artigo 10 – O mandato dos membros da Mesa cessará quando ocorrer: I – término da legislatura;

II - revogar III – renúncia;

IV – o não comparecimento a quatro sessões extraordinárias consecutivas sem causa justificada.

SEÇÃO II

Da competência da Mesa

Artigo 11 – A Mesa compete a direção de trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Câmara e, especialmente:

1. – na parte legislativa:
 1. tomar providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;
 2. conceder licença aos Vereadores nos termos deste Regimento;
1. apresentar privativamente à Câmara Projeto sobre criação ou extinção de cargos de seus serviços administrativos e fixação dos respectivos vencimentos e vantagens;
2. propor Decreto Legislativo fixando ou atualizando os subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito;
3. propor Decreto Legislativo concessivo de licença ao Prefeito e ao Vice-Prefeito;
4. proceder a redação final das Resoluções e Decretos Legislativos;
5. aplicar penalidades de censura ao Vereador, nos termos deste Regimento;
6. determinar, no início da legislatura, o arquivamento das proposições não apreciadas na legislatura anterior, na conformidade do Art. 120 e seu parágrafo único.
1. – na parte administrativa:
 1. dirigir todos os trabalhos da Câmara durante as sessões legislativas e nos seus interregnos;
 2. dar conhecimento à Câmara, na última sessão do ano, dos trabalhos realizados;
1. solicitar do Executivo os créditos necessários ao funcionamento da Câmara e dos seus serviços;
2. nomear, contratar, promover, comissionar, conceder gratificações, pôr em disponibilidade, demitir, punir e aposentar funcionários;
3. encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado, as contas da Câmara nos termos da Legislação;
4. elaborar a proposta orçamentária da Câmara e encaminhá-la ao Poder Executivo.

Artigo 12 – O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos e, será substituído nas mesmas condições, pelo 1º Secretário e este pelo 2º Secretário.

Parágrafo Único – quando antes de iniciar-se determinada sessão ordinária ou extraordinária, verificar-se ausência dos membros efetivos da Mesa e do Vice-Presidente, assumirá a presidência o 3º Secretário e, se também não houver comparecido, fa-lo-á o Vereador mais idoso presente, que convidará qualquer dos demais Vereadores para as funções de Secretário ad-hoc.

Artigo 13 – Sempre que houve necessidade, o Presidente convocará reuniões da Mesa para deliberar sobre assunto relativo à sua competência.

SEÇÃO III**Do Presidente**

Artigo 14 – O Presidente é o representante da Câmara, quando ela houver de se pronunciar coletivamente, o regulador dos seus trabalhos e o fiscalizador de sua ordem, tudo de conformidade com o Regimento.

Artigo 15 – São atribuições do Presidente:

1. – quando às sessões da Câmara;
2. presidir as sessões, abrindo-as, suspendendo-as e encerrando-as;
3. manter a ordem e fazer observar as disposições deste Regimento;
4. desempatar as votações exceto a prevista no Artigo 6º deste Regimento;
5. conceder a palavra aos Vereadores;
1. interromper o orador que se desviar do assunto, falar contra o vencido ou falar a consideração à Câmara ou qualquer dos seus membros e, em geral, aos chefes dos poderes públicos, advertindo-o em caso de insistência, cassando a palavra e suspendendo, se necessário, a sessão;
2. resolver as questões de ordem;
3. chamar a atenção do orador quanto ao tempo que lhe resta na tribuna, e dar por encerrada a intervenção do mesmo quando esgotado o tempo a que tem direito;
4. convidar o Vereador a retirar-se do recinto do Plenário, quando este perturbar a ordem;
5. determinar em qualquer fase da sessão, quando necessário ou requerido por qualquer Vereador, a verificação de quorum;
1. determinar a leitura pelo Vereador Secretário, das Atas, pareceres e outras peças escritas sobre as quais deve o plenário tomar conhecimento e/ou deliberar, na conformidade do expediente de cada sessão;
2. anunciar a matéria a ser votada e proclamar o resultado da votação;
3. convocar sessões extraordinárias da Câmara, e comunicar aos Vereadores as convocações partidas do Prefeito inclusive no caso de necessidade;
4. convocar sessões extraordinárias, especiais, secretas e solenes nos termos deste Regimento.
1. – quanto às proposições:
1. deixar de aceitar qualquer proposição que não atenda as disposições regimentais, cabendo recurso ao Plenário;
2. distribuir as proposições as comissões para darem parecer na sessão seguinte ao protocolo;
3. mandar arquivar projetos e proposições que não tenham sido apreciados na legislatura anterior, salvo as emendas, à Lei Orgânica do Município e os projetos de iniciativa do Poder Executivo;
4. promulgar as leis oriundas de proposições não sancionadas no prazo constitucional, ou daquela cujos vetos tenham sido rejeitados;
5. promulgar as Resoluções da Câmara, os Decretos Legislativos e os atos da Mesa.
1. – quanto às Comissões:
1. nomear os membros efetivos das comissões e seus suplentes;
2. convidar o Relator ou outro membro da Comissão, para explicar as razões do parecer considerado impreciso ou incompleto;
3. designar Vereador para oferecer em substituição à Comissão quando esta não o fizer o prazo regimental na conformidade do Art. 38 deste Regimento.
1. – quanto à ordem administrativa:
2. autorizar as despesas, sendo por elas responsável nos termos da lei;
1. dirigir com suprema autoridade a segurança da Câmara, requisitando força, quando necessária, à preservação da regularidade de funcionamento;
2. convocar o suplente de Vereador, conferindo-lhe todos os direitos e deveres, prerrogativas asseguradas aos titulares, exceto as especificadas nos itens II, III do Artigo 52 deste Regimento;
3. justificar a ausência de Vereador;
4. encaminhar ao Prefeito, por ofício, os projetos de Lei aprovados e comunicar-lhe os projetos de sua iniciativa desaprovados, bem como os vetos rejeitados ou mantidos;
5. assinar as correspondências destinadas aos chefes dos Poderes;
6. solicitar suplementação dos recursos da Câmara, quando necessário;
7. mandar expedir certidões requeridas para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações.

Parágrafo Único – Compete também ao Presidente da Câmara:

1. administrar o pessoal da Câmara, fazendo lavrar e assinando os atos de nomeações, promoções, reclassificação, exoneração, aposentadoria, concessão

de férias, licenças e vantagens legalmente autorizadas, determinando apuração de responsabilidade, administrativa, civil e criminal de funcionários faltosos, aplicando-lhes penalidades, julgando os recursos hierárquicos de funcionamentos da Câmara e praticando quaisquer atos atinentes à sua área de competência;

1. promulgar as Resoluções, Decretos Legislativos, como também as leis não sancionadas pelo Prefeito no prazo legal, e as disposições constantes de vetos rejeitados, fazendo-o publicar;
2. presidir as reuniões dos líderes quando houver necessidade de entendimento relativo às questões legislativas;
3. adotar procedimento judicial cabível nos casos de injúria, calúnia ou difamação feitos à Câmara.

Artigo 16 – Compete ao Presidente da Câmara substituir o Prefeito, nos termos legais.

Parágrafo Único – O Presidente da Câmara quando estiver substituindo o Prefeito, ficará impedido de exercer qualquer atribuição ou praticar ato que tenha implicação com a função legislativa.

Artigo 17 – O Presidente votará e poderá apresentar proposição como qualquer Vereador, mas não presidirá a discussão e votação da matéria de que seja autor.

Parágrafo Único – Para tomar parte em qualquer discussão, o presidente deixará a presidência, e não reassumirá enquanto se debater a matéria a que se propôs discutir.

Artigo 18 – Ao Presidente da Câmara compete declarar extinto os mandatos do Prefeito e do Vice-Prefeito, de Vereador e de Suplente, nos casos previstos em lei e, em fase de deliberação do plenário, expedir Decreto Legislativo de cassação de mandato.

Artigo 19 – O Presidente da Câmara somente poderá votar nas hipóteses em que seja exigível o quorum de 2/3 (dois terços) ou maioria absoluta, e ainda nos casos de desempate, de destituição de membro da Mesa e das Comissões Permanentes e em outros casos previstos em lei.

Parágrafo Único – O Presidente fica impedido de votar nos processos em que for interessado como denunciante ou denunciado.

SEÇÃO IV**Do Vice-Presidente**

Artigo 20 – O Vice-Presidente da Câmara não possui atribuições próprias, limitando-se a substituir o Presidente nas suas faltas e impedimentos, salvo o disposto no Artigo 21 e o seu Parágrafo único e na hipótese de atuação como membro efetivo da Mesa, nos casos de competência privativa deste órgão.

Artigo 21 – O Vice-Presidente promulgará e fará publicar as Resoluções e Decretos Legislativos sempre que o presidente ainda que se ache em exercício, deixe escoar o prazo para fazê-lo, também não o fazendo fa-lo a 1º Secretário.

Parágrafo Único – O disposto neste artigo aplicar-se-á as leis municipais quando o Prefeito e o Presidente da Câmara, sucessivamente, tenham deixado escoar o prazo de sua promulgação e publicação.

SEÇÃO V**Dos Secretários**

Artigo 22 – Compete ao 1º Secretário:

1. – organizar o expediente e a ordem do dia;
1. – fazer a chamada dos Vereadores ao abrir a sessão e nas ocasiões determinadas pelo Presidente;
1. – ler as proposições e demais papéis que devam ser do conhecimento da

Câmara;

1. – assinar depois do Presidente, as atas das sessões;
1. – assinar a correspondência exceto nos casos previsto no Artigo 15, IV, f, deste Regimento;
1. – colaborar na execução do Regimento Interno.

Artigo 23 – São atribuição do 2º Secretário:

1. – substituir o 1º Secretário em suas faltas e impedimentos;
1. – fiscalizar a redação das atas das sessões, proceder a sua leitura, e assiná-la depois do 1º Secretário;
1. – registrar em livro próprio, os procedimentos firmados, na aplicação de casos futuros análogos.

Artigo 24 – Os Secretários substituir-se-ão conforme a sua numeração ordinal e, nesta mesma ordem, substituirão o Presidente e o Vice.

Parágrafo Único – Para compor a Mesa durante a sessão a ausência dos Secretários, o Presidente convidará qualquer um dos Vereadores presentes.

CAPÍTULO III

Das Comissões

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Artigo 25 – As Comissões são órgãos técnicos compostos de 03 (três) Vereadores, com a finalidade de examinar matérias em tramitação na Câmara e emitir parecer a estudos sobre assunto de natureza essencial, ou ainda de investigar fatos determinados de interesse da administração municipal.

Artigo 26 – As Comissões da Câmara são:

1. – permanentes, as que subsistem através das legislaturas;
1. – temporárias, as que são constituídas com finalidades especiais ou representação, e que extinguem-se quando preenchidos os fins a que se destinam.

Artigo 27 – As Comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

1. – convocar Secretários do Município para prestar informações sobre assuntos previamente determinado, importando crime de responsabilidade à ausência sem justificativa adequada;
1. – realizar audiência com entidades da sociedade civil.

Artigo 28 – Os membros das comissões permanentes e temporárias, serão designados por ato do Presidente da Câmara mediante indicação dos líderes, na segunda sessão após a eleição da Mesa.

Parágrafo Único – Caso o critério da proporcionalidade não de representação aos partidos da minoria, terão estes, participação das comissões, devendo as indicações dos membros serem feitas entre as bancadas interessadas. Não havendo acordo, o Presidente da Câmara fará as indicações.

SEÇÃO II

Das Comissões Permanentes

Artigo 29 – As Comissões Permanentes serão formadas de conformidade com o Artigo 28 deste Regimento.

Parágrafo Único – em caso de as comissões permanentes não poderem ser indicadas de conformidade com o Artigo 28 deste Regimento, aplicar-se-á o disposto no Artigo 8, x.

Artigo 30 – As Comissões Permanentes compete estudar as proposições e assuntos distribuídos aos seus exames, manifestando sobre eles pareceres para orientação do plenário.

Artigo 31 – O membro da Comissão Permanente poderá, por motivo justificar, solicitar dispensa da mesma.

Parágrafo Único – As vagas nas Comissões Permanentes por renúncia, destituição ou por extinção ou perda de mandato de Vereador, serão supridas por livre designação do Vereador Líder da Bancada do Vereador renunciante.

Artigo 32 – As Comissões Permanentes logo que constituídas reunir-se-ão para eleição dos respectivos presidentes e fixação dos dias e horário que se reunirão ordinariamente.

Parágrafo 1º - o Presidente será substituído pelo Relator e pelo terceiro membro da Comissão.

Parágrafo 2º - as Comissões não poderão se reunir no período destinado a ordem do dia da Câmara, salvo para emitirem parecer em matéria sujeita a regime de urgência especial, quando então a sessão plenária será suspensa pelo Presidente.

Parágrafo 3º - das reuniões das Comissões Permanentes lavrar-se-ão atas em livro próprios, por funcionário incumbido de servi-la, as quais serão assinadas por todos os membros presentes.

Artigo 33 – As Comissões Permanentes são: I – de Constituição e Justiça;

II – de Finanças e Orçamentos; III – de Agricultura e Obras; IV – de Educação e Saúde.

Artigo 34 – Compete ao Presidente de Comissão Permanente:

1. – convocar reuniões extraordinárias da comissão respectivas, durante as sessões ou por aviso afixado no recinto da Câmara;
1. – presidir as reuniões da comissão e zelar pela ordem dos trabalhos;
1. – fazer observar os prazos de tramitação das matérias, previstos neste Regimento;
1. – assinar parecer e convidar os demais membros a fazê-lo;
1. – solicitar ao Presidente da Câmara substitutos para os membros das comissões, em caso de vaga, de conformidade com o Artigo 31, parágrafo único;
1. – representar comissão nas suas relações com a Mesa, com as outras comissões e com as lideranças.

Parágrafo 1º - as convocações de que trata o inciso I, deste artigo, deverão ser feitas com antecedência mínima de um dia.

Parágrafo 2º - não poderá assinar o parecer, membro de Comissão Permanente, autor de proposição.

Parágrafo 3º - o Presidente de Comissão poderá funcionar como relator e terá voto nas suas deliberações.

Parágrafo 4º - dos atos dos Presidentes das comissões com os quais não concorde qualquer dos seus membros, caberá recurso ao Plenário no prazo de 03 (três) dias, salvo se tratar de parecer.

Artigo 35 – é de 05 (cinco) dias úteis o prazo qualquer comissão permanente se pronunciar, a contar da data do recebimento da matéria pelo seu presidente.

Parágrafo 1º - o prazo a que se refere este artigo, será duplicado em se tratando de proposta orçamentária, do processo de prestação de contas do Executivo, e é triplicado quando se trata de decodificação.

Parágrafo 2º - o prazo a que se refere este artigo é reduzido para 03 (três) dias, quando se trata de matéria em regime de urgência e de emendas e subemendas apreciadas à Mesa e aprovadas pelo Plenário.

Parágrafo 3º - o voto vencido no parecer deverá ser dado em separado e assinado pelo membro da comissão, ou se este preferir poderá abster-se.

Parágrafo 4º - o parecer contrário quando aprovado pelo Plenário, implica na suspensão da tramitação da matéria, seguindo o seu arquivamento e comunicação ao Executivo, quando esta for de sua iniciativa.

Parágrafo 5º - o parecer da Comissão poderá sugerir Substitutivo ou Emendas à proposição.

Artigo 36 – Quando a Comissão de Constituição e Justiça manifestar-se sobre o veto, produzirá com o parecer, Projeto de Decreto Legislativo propondo a rejeição ou a aceitação do mesmo.

Artigo 37 – Quando a proposição for distribuída a mais de uma comissão permanente da Câmara, cada uma delas emitirá o respectivo parecer separadamente, a começar pela Comissão de Constituição e Justiça, devendo manifestar-se por último a Comissão de Finanças e Orçamentos.

Parágrafo Único – no caso deste artigo, os expedientes serão encaminhados de uma comissão a outra pelo respectivo Presidente.

Artigo 38 – Sempre que determinada proposição tenha tramitado de uma para outra comissão, ou somente por determinada comissão, sem que seja sido oferecido no prazo, o parecer respectivo, o Presidente da Câmara designará relator ad-hoc para produzi-lo no prazo de 03 (três) dias.

Parágrafo Único – escoado o prazo do relator ad-hoc, sem que tenha proferido o parecer, o Presidente incluirá a matéria na Ordem do Dia da sessão seguinte, para que o Plenário se manifeste sobre a dispensa do mesmo.

SEÇÃO III

Da Competência das Comissões Permanentes

Artigo 39 – Compete a Comissão de Constituição e Justiça manifestar-se sobre todos os assuntos quanto aos seus aspectos constitucional, legal, regimental e de técnica legislativa e sobre o mérito das proposições relativas a:

I – reforma da Lei Orgânica do Município; II – vetos do Prefeito;

1. – licença ao Prefeito e ao Vice-Prefeito para interromperem o exercício das suas funções ou se ausentarem do município;
1. – perda do mandato do Vereador, emitindo parecer prévio, nos termos deste Regimento;

1. – concessão de título de cidadão honorário.

Parágrafo 1º - salvo expressa disposição em contrário, é obrigatório o aparecer da Comissão de Constituição e Justiça em todos os Projetos de Lei, Decreto Legislativo e Resolução que tramite pela Câmara.

Parágrafo 2º - sempre que a Comissão de Justiça concluir pela inconstitucionalidade ou ilegalidade de proposição, será esta enviada imediatamente ao Plenário, ainda quando necessite de parecer de outras comissões, para imediata inclusão na ordem do dia, em discussão prévia.

Parágrafo 3º - se o Plenário julgar constitucional ou legal, a proposição voltará as outras comissões que regimentalmente devam se pronunciar.

Parágrafo 4º - se o Plenário acatar a inconstitucionalidade ou ilegalidade da matéria, proposta pela Comissão de Justiça, estará a matéria rejeitada.

Artigo 40 – A Comissão de Finanças e Orçamentos compete opinar sobre:

1. – aspecto financeiro de toda e qualquer proposição inclusive àquelas de competência privativa de outras comissões que, por qualquer forma concorram no todo ou em parte, modificar despesas e receitas públicas;
1. – matéria financeira efiscal;
1. – dívida e empréstimo público;
1. – prestação de contas do Poder Executivo; V – ato do Tribunal de Contas;

VI – fixação dos subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores; VII – proposta orçamentária;

VIII – projetos referentes à abertura de crédito.

Artigo 41 – Compete à Comissão de Agricultura e Obras Públicas, opinar nas matérias referentes a quaisquer obras empreendimentos e execução de serviços públicos locais, e ainda sobre assunto ligado às atividades produtivas em geral.

Parágrafo Único – A Comissão de Agricultura e Obras opinará também sobre o plano de desenvolvimento do município e suas alterações.

Artigo 42 – Compete a Comissão de Educação e Saúde, manifestar-se sobre todos os projetos e matérias que versem sobre assuntos educacionais e artísticos, inclusive patrimônio histórico, desportivos e relacionados com a saúde, saneamento, assistência e previdência social em geral.

Parágrafo Único – a Comissão de Educação e Saúde apreciará obrigatoriamente as proposições que tenha por objetivo:

1. – concessão de bolsa de estudo;
1. – reorganização administrativa; da Prefeitura nas áreas de educação e saúde; III – implantação de instituições comunitárias sob auspício oficial.

Artigo 43 – Sempre que determinar proposição haja sido distribuída a todas as comissões permanentes da Câmara, por ser obrigatória a sua manifestação quanto ao mérito, e tiver parecer contrário de cada uma delas, estará rejeitada.

Parágrafo 1º - o disposto neste artigo não se aplica à proposta orçamentária, ao veto e ao exame às contas do Executivo.

Parágrafo 2º - quando se trata de vetos somente se pronuncia a Comissão de Constituição e Justiça.

SEÇÃO IV

Das Comissões Temporárias

Artigo 44 – As Comissões Temporárias são: I – Especiais;

II – de Inquéritos.

SUBSEÇÃO I

Das Comissões Especiais

Artigo 45 – As Comissões Especiais destinam-se ao estudo de assunto de especial interesse do legislativo, tendo sua finalidade especificada na Resolução que a constituir, a qual indicará também o prazo para a conclusão de seus trabalhos, além do número de membros.

Parágrafo 1º - poderá ser constituída Comissão Especial com a finalidade de:

1. – elaborar projeto de reforma da Lei Orgânica do Município, de Lei, Resolução ou Decreto Legislativo;
1. – estudar assunto específico de interesse público ou social relevante, e propor à Câmara as providências adequadas;
1. – dar parecer sobre representação acerca de perda de mandato de Vereador, nos termos do Artigo 59, parágrafo 3º.

Parágrafo 2º - nos casos dos incisos I e II, do parágrafo anterior, a comissão só se constituirá por deliberação da maioria absoluta. Nos demais casos o Presidente agirá como determina as regras especiais deste Regimento.

Artigo 46 – A Comissão deve se instalar no prazo de 05 (cinco) dias, quando serão eleitos entre si o Presidente, o Vice e o Relator, sendo este último indicado pelo Presidente desta.

Parágrafo 1º - a Comissão que não concluir seus trabalhos no prazo determinado, será extinta, salvo deliberação em contrário do Plenário.

Parágrafo 2º - as conclusões a que chegar a Comissão Especial, serão submetidas ao Plenário.

SUBSEÇÃO II

Das Comissões de Inquérito

Artigo 47 – As Comissões de Inquérito, que terão poderes de investigação, serão criadas pela Câmara mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado, independentemente de aprovação do plenário.

Parágrafo 1º - mesmo preenchendo o disposto no presente artigo a Mesa não aceitará requerimento, de forma precisa e definida, além do seu prazo de funcionamento.

Parágrafo 2º - as Comissões de Inquérito, serão constituídas de 03 (três) Vereadores.

Parágrafo 3º - aceito ou aprovado, o requerimento de constituição de Comissão de Inquérito, será promulgada Resolução na sessão seguinte, quando os líderes farão a indicação de seus membros.

Parágrafo 4º - dentro de 03 (três) dias, a comissão deverá instalar-se, elegendo o Presidente e o Vice, designando o Presidente o Relator.

Artigo 48 – No exercício de suas atribuições, a Comissão poderá, dentro e fora da Câmara, determinar diligência, ouvir indiciados, inquirir testemunhas, requisitar informações e documentos, transportar-se aos lugares onde se fizer necessária a sua presença, requerer a convocação de Secretário e tomar depoimentos de autoridades.

Artigo 49 – Caso a Câmara seja competente para deliberar a respeito, a Comissão de Inquérito redigirá relatório e elaborará Projeto de Resolução ou de Decreto Legislativo, conforme o caso.

Parágrafo 1º - se a Câmara for incompetente para deliberar a respeito, a Comissão de Inquérito sugerirá as providências cabíveis.

Parágrafo 2º - apuradas responsabilidades, a Câmara enviará o relatório, acompanhado da respectiva, ao Juízo Criminal competente, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Artigo 50 – As Comissões de Inquérito reger-se-ão, no que lhe for aplicável, pelas normas estabelecidas para as Comissões de inquérito da Assembléia Legislativa.

TÍTULO III

Dos Vereadores

CAPÍTULO I

Dos Direitos e Deveres

Artigo 51 – Os Vereadores são agentes políticos investidos de mandato legislativo municipal, para uma legislatura de quatro anos, eleitos pelo sistema partidário e de representação proporcional, voto secreto e direto.

Artigo 52 – é assegurado ao Vereador:

1. – usar da palavra em defesa de proposições apresentadas que visem o interesse do município ou em oposição as que julgar prejudiciais ao interesse público, respeitando as normas deste Regimento;
1. – votar na eleição da Mesa e das Comissões Permanentes, de conformidade com este Regimento;
1. – concorrer aos cargos da Mesa e das Comissões, salvo impedimento legal ou regimental;
2. – apresentar proposições e sugerir medidas que visem o interesse coletivo, ressalvadas as matérias de iniciativa exclusiva do Poder Executivo;
1. – participar de todas as discussões e votar nas deliberações do Plenário, salvo quando tiver interesse na matéria, direta ou indiretamente, o que comunicará ao Presidente.

Artigo 53 – São deveres do Vereador entre outros:

1. – observar as determinações legais relativas ao exercício do mandato;
1. – não incorrer em incompatibilidade prevista na Lei Federal ou na Lei Orgânica do Município;
1. – não residir fora do município, salvo autorização do Plenário em caráter excepcional;
1. – conhecer e observar o Regimento Interno; V – manter o decoro parlamentar.

Parágrafo Único – sempre que o Vereador cometer dentro do recinto da Câmara, excesso que deva ser reprimido, o Presidente tomará as providências seguintes, conforme a gravidade:

I – advertência em plenário; II – cassação da palavra;

1. – determinação para se retirar do Plenário;
1. – suspensão da Sessão para entendimento na sala da presidência;
1. – proposta de cassação de mandato, de acordo com a legislação vigente.

CAPÍTULO II

Do Exercício da Vereança

SEÇÃO I

Das Licenças

Artigo 54 – O Vereador poderá licenciar-se mediante requerimento dirigido ao Presidente e sujeito a deliberação do Plenário nos seguintes casos:

1. – por doença, devidamente comprovada por atestado médico;
1. – para desempenhar missões temporárias de caráter cultural ou do interesse público, fora do município;
2. – para exercer em comissão, o cargo de Secretário Municipal ou equivalente; IV – tratar de interesse particular.

Parágrafo 1º - a licença será concedida pela Mesa, exceto nos casos previstos nos incisos II e III deste artigo, quando decidirá o Plenário, sendo necessário maioria absoluta para aprovação.

Parágrafo 2º - na hipótese do inciso IV não será o Vereador remunerado.

SEÇÃO II

Da Vacância

Artigo 55 – Ocorre a vacância em virtude de: I – falecimento;

1. – renúncia;
1. – perda do mandato.

Artigo 56 – A renúncia do Vereador, independe de aprovação da Câmara, devendo esta ser dirigida por escrito à Mesa em documento com firma reconhecida, que será protocolada na secretaria da Câmara, e somente se tornará irrevogável, depois de ida na primeira sessão após o protocolo.

Parágrafo 1º – considera-se, entretanto, haver renunciado o mandato, o Vereador ou o suplente de Vereador que não prestar o compromisso ou atender a convocação nos casos do parágrafo segundo do Artigo 3º deste Regimento.

Parágrafo 2º - A renúncia será declarada pelo Presidente em sessão.

SEÇÃO III

Da Perda do Mandato

Artigo 57 – perde o mandato o Vereador:

1. – que infringir as proibições constantes na Constituição do Estado ou na Lei Orgânica do Município;
1. – cujo procedimento for considerado incompatível com o decoro parlamentar;
1. – que deixar de comparecer, em cada Sessão Legislativa, à terça parte das sessões ordinárias;
2. – que for condenado criminalmente com pena de perda de função pública.

Parágrafo Único – a perda do mandato será automática, declarada pela Mesa e anunciada em sessão pelo Presidente, no caso do inciso deste artigo.

Artigo 58 – Considera-se procedimento incompatível com o decoro parlamentar: I – o abuso das prerrogativas asseguradas ao Vereador;

II – a percepção, no exercício do mandato, de vantagens ilícitas ou imorais; III – a transgressão às normas deste Regimento.

Artigo 59 – No caso dos incisos I e II do Artigo 57, deste Regimento, a perda do mandato será declarada pela Câmara depois de processo instaurado por representação de qualquer Vereador, da Mesa ou Partido Político.

Parágrafo 1º - o processo iniciado com a representação e organizado pela mesa, será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, para dizer se preencha os requisitos regimentais.

Parágrafo 2º - quando a Comissão de Constituição e Justiça, parecer preliminarmente, desnecessária a instauração de processo sobre perda de mandato, proporá desde logo, à Câmara, o arquivamento da respectiva representação.

Parágrafo 3º - deliberando a Câmara pelo prosseguimento do processo, seu Presidente nomeará Comissão Especial composta de 03 (três) membros, que fará a instrução e apresentará, afinal, o seu parecer.

Parágrafo 4º - instalada a Comissão, o acusado será notificado imediatamente e por escrito, para apresentar defesa prévia e requer diligências no prazo de quinze dias, sendo-lhe enviadas cópias de todas as peças do processo.

Parágrafo 5º - apresentada ou não a defesa prévia, a Comissão Especial procederá as diligências que entender necessárias.

Parágrafo 6º - concluídas as diligências, a Comissão emitirá parecer circunstanciado sobre a procedência ou improcedência da acusação, dando as razões do seu convencimento.

Parágrafo 7º - a Comissão Especial terá prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias para concluir a instrução e emitir parecer que será acompanhado de Projeto de Decreto Legislativo para a perda de mandato se assim o entender.

Parágrafo 8º - emitido o parecer, dele será enviada cópia ao acusado, pelo Presidente da Câmara, para que este apresente suas alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias, durante o qual terá vista do processo.

Parágrafo 9º - recebidas as alegações finais, cópias de todo o processo serão entregues a cada Vereador, convocando o Presidente, Sessão Especial para o julgamento.

Parágrafo 10º - todo o processo de perda de mandato será secreto.

Parágrafo 11º - o acusado, bem como seu defensor, poderão assistir a todos os atos do processo e requerer o que julgar conveniente da defesa.

Parágrafo 12º - na Sessão Especial para o julgamento, o Relator da Comissão Especial poderá usar da palavra, por tempo não superior a uma hora, para sustentar o seu parecer e esclarecer as dúvidas suscitadas pelos Vereadores.

Parágrafo 13º - em seguida, o acusado e seu defensor poderão usar da palavra, igualmente por uma hora, para produzir a defesa oral.

Parágrafo 14º - será por escrutínio secreto a votação do Projeto de Decreto Legislativo para perda de mandato de Vereador, considerando-se o mesmo aprovado se obtiver o voto favorável da maioria

absoluta dos membros da Câmara.

Parágrafo 15º - se o parecer for pela improcedência da acusação, será rejeitado se contra o mesmo votar a maioria absoluta dos Vereadores, caso em que o Presidente promulgará o respectivo Decreto Legislativo.

Artigo 60 – No caso do inciso III do Artigo 57, a perda do mandato ocorrerá depois de representação de qualquer Vereador, de partido político ou do 1º suplente, do partido a que pertencer o faltoso, e será declarada pela Mesa assegurada ampla defesa.

SEÇÃO IV

Da Convocação do Suplente

Artigo 61 – Convocar-se-á o suplente nos casos de vagância, de investidura em funções previstas no inciso III do Artigo 54 deste Regimento, e de licença por período nunca superior a 120 (cento e vinte) dias.

Parágrafo Único – o suplente convocado deverá tomar posse dentro do prazo previsto para o Vereador, a partir do conhecimento da convocação.

SEÇÃO V

Dos Líderes

Artigo 62 – São considerados líderes os Vereadores escolhidos pelas representações partidárias para em seu nome expressar, em plenário, pontos de vista sobre assuntos em debate.

Parágrafo 1º - a escolha do líder e do vice-líder de cada partido será feita sempre após a eleição da Mesa, pelas respectivas bancadas.

Parágrafo 2º - as lideranças partidárias não poderão ser exercidas por integrante da Mesa.

Parágrafo 3º - os líderes partidários não impedem que qualquer Vereador dirija-se ao plenário pessoalmente, desde que observadas as disposições deste Regimento.

SEÇÃO VI

Das Incompatibilidades e Impedimentos

Artigo 63 – As incompatibilidades de Vereador são somente aquelas previstas na Constituição e na Lei Orgânica do Município.

Artigo 64 – São impedimentos do Vereador aqueles indicados neste Regimento Interno.

SEÇÃO VIII

Da Remuneração dos Vereadores

Artigo 65 – A remuneração dos Vereadores será fixada e atualizada, pela Câmara, na forma e nas épocas previstas na Constituição Federal e na Lei Complementar, por iniciativa da Mesa.

Artigo 66 – Resolução especial fixará a representação do Presidente da Câmara, que não poderá ser superior a 2/3 (dois terços) dos subsídios pago ao Vereador.

Artigo 67 – Ao Vereador em viagem a serviço da Câmara para fora do município, é assegurado o ressarcimento dos gastos com locomoção, alojamento e alimentação, exigida a comprovação de despesas.

Artigo 68 – Ressalvando-se a especificação do Artigo 66 é vedado a qualquer Vereador, perceber verba de representação.

TÍTULO IV

Das Sessões

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Artigo 69 – As Sessões da Câmara serão:

I – As Preparatórias, de instalação da Legislatura e da eleição da Mesa; ordinárias;

1. – As Sessões Ordinárias Legislativa serão realizadas as quintas-feiras;
2. – As Extraordinárias, realizadas em dias e horas diversos dos pré-fixados para as
1. – As Solenes, realizadas para as comemorações ou homenagens;
1. – As Especiais, realizadas para dar posse ao Prefeito e ao Vice-prefeito, deliberar sobre o veto e para o julgamento do Prefeito e dos Vereadores.

Artigo 70 – As Sessões da Câmara serão públicas, salvo expressa determinação deste Regimento, ou se deliberar em contrário, a maioria absoluta dos Vereadores, caso em que serão secretas.

Parágrafo 1º – deliberada a realização da Sessão Secreta, proposta por qualquer Vereador, ainda que para realizá-la se deva interromper a Sessão Pública, o Presidente determinará a retirada do recinto e de suas dependências, dos assistentes, dos funcionários e dos representantes da imprensa.

Parágrafo 2º – nas Sessões Secretas, no recinto do Plenário, só permanecerão os Vereadores.

Artigo 71 – A hora do início das Sessões o Presidente tomará acento à Mesa, juntamente com o 1º Secretário e o 2º Secretário, ou quem os haja de substituir, na forma prevista neste Regimento.

Parágrafo Único – o Presidente não deixará sua cadeira enquanto não chegar à Mesa seu substituto, devendo os Secretários permanecerem à Mesa durante a leitura da ata e do Expediente, nas verificações de quorum e chamadas nominais para votação e durante todo tempo de realização das sessões solenes e especiais.

Artigo 72 – Antes de iniciar as Sessões, o Presidente anunciará o número de Vereadores presentes e, havendo número regimental, declarará aberta a Sessão e proferirá as seguintes palavras: "SOB A PROTEÇÃO DE DEUS INICIAMOS OS NOSSOS TRABALHOS".

Parágrafo 1º - as Sessões só podem se iniciar com a presença de no mínimo, 1/3 (um terço) dos Vereadores.

Parágrafo 2º - se a hora de início da Sessão não houver número, o Presidente anunciará tal circunstância e, aguardará pelo tempo máximo de até 15 (quinze) minutos.

Parágrafo 3º - esgotado o prazo definido no parágrafo anterior e persistindo a falta de número, o Presidente declarará que não pode haver Sessão, caso em que a inscrição de oradores e a discussão e votação das matérias serão transferidas para a Sessão seguinte.

Artigo 73 – As Sessões da Câmara somente poderão ser encerradas, antes de findar a hora a elas destinadas, nos seguintes casos:

palavra;

I – não havendo matéria a discutir ou votar, ou oradores que queiram usar da II – tumulto grave;

Artigo 74 – O prazo de duração das Sessões será prorrogável, a requerimento de qualquer Vereador, por tempo nunca inferior a 15 (quinze) minutos.

Parágrafo Único – o requerimento de prorrogação será verbal, prefixará o prazo de dilatação, não terá discussão e terá a votação encaminhada pelo autor e pelos líderes, por no máximo 03 (três) minutos cada um.

Artigo 75 – Para a manutenção da ordem, respeito e austeridade das sessões, serão observadas as seguintes regras:

I – durante as Sessões, somente os Vereadores poderão permanecer nas bancadas; II – não será permitida convocação que perturbe a ordem dos trabalhos;

1. – se o Vereador pretender falar sem que lhe seja dada ou permanecer na tribuna anti-regimentalmente, será advertido pelo Presidente;
1. – se, apesar da advertência de que trata o item anterior, o Vereador insistir em falar, o Presidente dará o seu discurso por encerrado;
1. – se o Vereador insistir em perturbar a ordem ou o andamento regimental de qualquer proposição, o Presidente convidá-lo-á a retirar-se do recinto;
1. – qualquer Vereador, ao falar, dirigirá a palavra ao Presidente ou à Câmara de modogeral;
1. – referindo-se em discurso o colega, o Vereador deverá proceder o seu nome do tratamento de Vereador;

1. – dirigindo-se a qualquer colega, o Vereador dar-lhe-á o tratamento de Excelência;
1. – nenhum Vereador poderá referir-se a colega ou qualquer representante do Poder Público de forma descortês ou injuriosa.

Artigo 76 – O Vereador só poderá falar nos expressos termos deste Regimento: I – para apresentar projeto ou requerimento;

II – para versar sobre assuntos diversos, à hora do expediente; III – sobre proposição em discussão;

1. – parareclamações;
2. – para questões de ordem; VI – para encaminhar votações; VII – em explicações pessoais;

VIII – para contestar acusar pessoal à própria conduta, feita durante a discussão, ou para contradizer opinião que lhe for atribuída, caso solicite ao Presidente.

Parágrafo Único – O Presidente da Câmara, após a indicação feita pelo orador do assunto pessoal, decidirá sobre o pedido para usar da palavra, na forma preceituada no inciso VIII, deste artigo.

CAPÍTULO II

Das Sessões Ordinárias

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Artigo 77 – As Sessões Ordinárias têm a duração de três horas e quinze minutos, com início às 18h30 (Dezoito horas e trinta minutos), sendo o período de reuniões ordinárias e recesso definidos pela Lei Orgânica do Município.

~~Parágrafo Único – as Sessões Ordinárias compõem-se de 03 (três) partes:~~

- ~~1. – do Expediente;~~
- ~~1. – da Ordem do Dia;~~
- ~~1. – das Explicações Pessoais.~~

Parágrafo único - Nova Redação (Resolução Nº 003/2013). I- da Participação Popular (Tribuna Popular);

- do Expediente;
- da Ordem;
- das Explicações Pessoais.

SEÇÃO II

Do Expediente

Artigo 78 – Havendo número legal, a Sessão se iniciará com o Expediente, o qual terá a duração máxima de 02 (duas) horas, destinando-se à leitura da Ata da Sessão anterior, sua discussão e votação e, também a leitura das matérias recebidas e expedidas.

Artigo 79 – Qualquer Vereador poderá requerer a leitura da ata no todo ou em qualquer parte, mediante aprovação de requerimento apresentado por qualquer Vereador, pela maioria dos Vereadores presentes, para efeito de mera retificação.

Parágrafo 1º - o pedido de retificação quando não for contestado pelo Secretário, não haverá deliberação do Plenário, sendo a mesma considerada aprovada com a retificação, que constará na Ta da presente Sessão.

Parágrafo 2º - quando for solicitada a impugnação sobre os termos da ata, o Plenário deliberará a respeito, se aceita a impugnação, será lavrada nova ata.

Parágrafo 3º - não poderá impugnar ou pedir retificação da Ata o Vereador ausente à Sessão que a mesma se refira.

Artigo 80 – Após a aprovação da ata, o Presidente determinará ao Secretário, a leitura da matéria do Expediente, obedecendo a seguinte ordem:

I – expediente, oriundos do Prefeito; II – expedientes, oriundos de diversos;

III – expedientes aprovados pelos Vereadores.

Parágrafo Único – na leitura das matérias pelo Secretário, será obedecida a seguinte ordem:

1. – Projetos de Lei;
1. – Projetos de Decreto Legislativo;
1. – Projetos de Resolução; IV – Requerimentos;

V – Outras matérias.

~~Artigo 81 – Terminada a leitura das matérias em pauta, verificará o Presidente, o tempo restante do Expediente, o qual deverá ser dividido em duas partes, dedicadas ao Pequeno e ao Grande Expediente respectivamente.~~

Passa a ter a seguinte redação: (Resolução Nº 003/2013, art. 2º). Terminada a leitura das matérias em pauta, o Presidente verificará o tempo restante, o qual será dividido em 03 (três) partes, dedicado a participação popular na tribuna popular, se houver pessoas devidamente inscritas, obedecendo o que diz o artigo 2º da resolução nº 002/2013; ao pequeno expediente; e ao grande expediente.

Parágrafo 1º - Para usar o Pequeno Expediente ou o Grande Expediente, deverá o Vereador inscrever-se previamente no livro destinado a este fim.

Parágrafo 2º - O Pequeno Expediente destina-se a greves comunicações ou comentários, individualmente, por tempo nunca superior a 05 (cinco) minutos, não podendo o orador ser aparteado em hipótese alguma.

Parágrafo 3º - no Grande Expediente, os Vereadores inscritos, de conformidade com o parágrafo 1º deste artigo, usarão da palavra pelo prazo máximo de 10 (dez) minutos, para tratar de qualquer assunto do interesse público.

Parágrafo 4º - o orador no Grande Expediente poderá ser aparteado, desde que seja por ele concedido, não podendo o aparte ser superior a 03 (três) minutos.

Parágrafo 5º - quando o orador escrito, pára de falar no Grande Expediente, deixar de fazê-lo por falta de tempo, sua inscrição será transferida automaticamente para a Sessão seguinte.

Parágrafo 6º - o Vereador que, inscrito para falar, não se ache presente na hora em que lhe for dada a palavra, perderá a vez e só poderá fazê-lo em último lugar, caso haja tempo disponível.

Parágrafo 7º - improrrogavelmente, às 20:00 (vinte) horas e 30 (trinta) minutos o Presidente encerrará o Expediente, mesmo que haja orador na tribuna, que encerrará o seu discurso imediatamente.

SEÇÃO III

Da Ordem do Dia

Artigo 82 – As 20:00 horas, o Presidente anunciará a Ordem do Dia.

Parágrafo 1º - para a Ordem do Dia, far-se-á verificação de quorum, e somente prosseguirá a Sessão se estiver presente a maioria absoluta dos Vereadores.

Parágrafo 2º - não se verifica quorum regimental, o Presidente aguardará por 05 (cinco) minutos, com tolerância, antes de declarar encerrada a Sessão.

Artigo 83 – Nenhuma proposição poderá ser posta em discussão, sem que tenha sido devidamente protocolada e incluída na ordem do dia, salvo o exposto no Artigo 104, parágrafo 1º e 2º.

Artigo 84 – A organização da pauta da Ordem do Dia obedecerá os seguintes critérios de preferência:

I – matéria em regime de urgência especial; II – matérias em regime de urgência simples; III – vetos;

IV – matérias em discussão única; V – matérias em segunda discussão; VI – matéria em primeira discussão; VII – demais proposições.

Parágrafo Único – as matérias pela ordem de preferência figurarão na pauta, observada a ordem cronológica de sua apresentação entre aquelas da mesma classificação.

Artigo 85 – A Ordem do Dia tem a duração de 01 (uma) hora, encerrando-se às 20:00 horas e 30 (trinta) minutos, salvo se não houver matéria a discutir ou votar, hipótese em que o Presidente passará imediatamente a outra fase da Sessão.

SEÇÃO IV

Das Explicações Pessoais

Artigo 86 – Esgotada a Ordem do Dia, seguir-se-á a parte referente à explicações pessoais, que se estenderá até às 18:00 horas e 15:00 minutos.

Parágrafo 1º - para explicações pessoais será dada a palavra aos Vereadores que a tenham solicitado durante a Sessão, ao Secretário, observada a ordem de inscrição.

Parágrafo 2º - o tempo destinado a cada orador será de 15 (quinze) minutos não podendo em hipótese alguma, ser o orador interrompido ou apartadoo.

Parágrafo 3º - o orador em explicações pessoais, só poderá versar sobre assuntos que tenham sido objeto de citação ou discussão durante a Sessão.

Parágrafo 4º - não havendo nenhum orador inscrito para explicações pessoais, o Presidente facultará a palavra, e se nenhum orador manifestar-se, dará por encerrada a Sessão.

CAPÍTULO III

Das Sessões Extraordinárias

Artigo 87 – As Sessões Extraordinárias se realizarão mediante convocação do Prefeito, do Presidente da Câmara ou ainda por requerimento da maioria dos membros da Câmara.

Parágrafo 1º - a convocação de Sessão Extraordinária somente será feita, em caso de urgência ou interesse público relevante.

Parágrafo 2º - as Sessões Extraordinárias serão convocadas na forma prevista na Lei Orgânica do Município, mediante comunicação escrita aos Vereadores, com antecedência de 48:00 (quarenta e oito) horas e fixação do Edital no Atrai do Edifício da Câmara, podendo ainda ser produzido pela imprensa local.

Parágrafo 3º - sempre que possível, a convocação far-se-á em Sessão, caso em que será feita comunicação escrita apenas aos ausentes àmesma.

Artigo 88 – As Sessões Extraordinárias têm duração de 60 (sessenta) minutos, salvo prorrogação por mais 30 (trinta) minutos a requerimento de qualquer Vereador, e nelas só discutem e votam a Ata da Sessão anterior e as matérias objeto da convocação, não havendo expedientes nem Explicações Pessoais.

CAPÍTULO IV

Das Sessões Solenes

Artigo 89 – Deliberando a Câmara, a requerimento de qualquer Vereador, será realizada Sessão Solene para comemoração de eventos relevantes ou para recepcionar ou homenagear personalidades.

Parágrafo 1º - nas Sessões Solenes usarão da palavra além do Presidente da Câmara, Vereador indicado como orador oficial da cerimônia e os homenageados.

Parágrafo 2º - nas Sessões Solenes não haverá Expediente nem Ordem do Dia, formal, dispensada a leitura da ata e a verificação de presença.

Parágrafo 3º - não haverá tempo pré-determinado para o encerramento da Sessão

Solene.

CAPÍTULO V

Das Sessões Especiais

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Artigo 90 – As Sessões Especiais para julgamento dos Vereadores ou Prefeito, serão convocadas pelo Presidente, e reger-se-ão pelas regras definidas neste Regimento, quando trata dos respectivos processos.

Artigo 91 – As Sessões Especiais para deliberação sobre o Veto, Promulgação de Emendas à Lei Orgânica do Município, Resoluções e Decretos Legislativos, regulam-se pelas regras estabelecidas para as Sessões Extraordinárias.

Parágrafo Único – nas Sessões Especiais para promulgação de emenda à Lei Orgânica do Município, Resolução e Decretos Legislativos, nos quais não haverá Expediente ou Explicações Pessoais, o Presidente fará a leitura do ato de promulgação estando de pé todos os presentes.

SEÇÃO II

Das Sessões Especiais de Instalação

Artigo 92 – A primeira Sessão Legislativa de cada ano será destinada à leitura da mensagem do Executivo.

Parágrafo 1º - aberta a Sessão, o Presidente convidará as autoridades presentes a tomarem assento à Mesa, depois de introduzidas no Plenário por uma comissão de três Vereadores, e proclamará aberta e instalados os trabalhos da Sessão Legislativa.

Parágrafo 2º - presente o Prefeito ou seu representante, a ele será dada a palavra para a leitura da mensagem sobre a situação do município.

Parágrafo 3º - finda a leitura da mensagem, será encerrada a Sessão.

SEÇÃO III

Da Sessão Especial de Posse do Prefeito e do Vice

Artigo 93 – A Sessão Especial de Posse do Prefeito e do Vice-prefeito, será realizada logo após a Sessão de Inauguração da Legislatura, sendo está composta da Posse dos Vereadores e a eleição da Mesa.

Artigo 94 – Aberta a Sessão, o Presidente da Câmara convidará as autoridades presentes par comporem a mesa, e designará o Prefeito e o Vice-Prefeito.

Parágrafo 1º - feito isso, o Presidente convidará o Prefeito e, em seguida o Vice- Prefeito, a prestarem o compromisso, estando de pé todos os presentes.

Parágrafo 2º - prestados os compromissos, o Presidente, em nome da Câmara Municipal, proclamará empossados o Prefeito e o Vice-Prefeito.

Parágrafo 3º - será facultada a palavra ao Prefeito, para se dirigir à Câmara e ao Município, findo o que o Presidente encerrará a Sessão.

TÍTULO V

Das Proposições

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Artigo 95 – Proposição é toda matéria sujeita a deliberação do plenário, qualquer que seja o seu objeto.

Parágrafo 1º - são modalidades de Proposição: I – os Projetos de Lei;

II – os Projetos de Decreto Legislativo; III – os Projetos de Resolução;

IV – os Projetos Substitutivos; V – as Emendas e Subemendas; VI – os Vetos;

1. – os pareceres das ComissõesPermanentes;
2. – os Relatórios das Comissões Especiais de qualquer natureza; IX – asIndicações;

X – os Requerimentos; XI – as Representações; XII – os Recursos;

Parágrafo 2º - Recurso é toda petição de Vereador ao Plenário ato do Presidente, nos casos expressamente previstos neste Regimento.

Parágrafo 3º - Representação é a exposição escrita e circunstância de Vereador ao Presidente da Câmara, visando a destituição de membro da Mesa, nos casos previstos neste Regimento.

Parágrafo 4º - as proposições consistentes em Projeto de Lei, ou de Decreto Legislativo, de Resolução ou Projeto Substitutivo, deverão ser oferecidos articuladamente, acompanhadas de justificacão por escrito.

Parágrafo 5º - exceção feita às Emendas, Subemendas e Vetos, as proposições deverão conter emenda indicativa do assunto a que se referem.

Artigo 96 – O Presidente não dará curso a proposição que não indique com clareza a providência objetivada, ou contenha expressões ofensivas a quem quer que seja, bem como a que disponha contra as normas regimentais, principalmente o que dispõe o Artigo 108, I, II, III, IV, V.

Parágrafo 1º - autor de proposição é o Prefeito, a Mesa ou Comissão da Câmara, ou Vereador que assinar em primeiro lugar, sendo de apoio as assinaturas que se seguirem, quando o Regimento exigir determinando número delas.

Parágrafo 2º - as assinaturas de apoio não podem ser retiradas depois de lida em plenário a proposição.

Parágrafo 3º - a população poderá apresentar Projetos de Lei, à Câmara, de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de pelo menos, 5% (cinco por cento) do eleitorado, sendo tal atribuição definida pela Lei de Organização Municipal.

CAPÍTULO II

Dos Projetos

Artigo 97 – Os projetos são:

I – de Emenda à Lei Orgânica do Município; II – de Lei;

III – de Decreto Legislativo; IV – de Resolução.

Artigo 98 – O Prefeito, ou 1/3 (um terço) dos Vereadores, podem apresentar quaisquer Projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município, desde que respeitados os preceitos constitucionais.

Parágrafo 1º - qualquer Emenda apresentada ao Projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município, deverá contar com a assinatura de 1/3 (um terço) dos membros da Câmara, nominando.

Parágrafo 2º - Os Projetos de Emenda à Lei Orgânica do Município dependem, para a sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Parágrafo 3º - os projetos de Lei apresentados a menos de 10 (dez) dias do término do período legislativo, só terão tramitação na próxima.

Parágrafo 4º - aprovado o projeto de Lei, será enviado à Sessão governamental, dentro de 03 (três) dias, pelo Presidente.

Parágrafo 5º - rejeitando, o projeto de Lei será arquivado.

Artigo 99 – Os decretos Legislativos regulam as matérias de competência exclusiva da Câmara, independentemente de Sanção do Prefeito, na forma prevista no Artigo 8º, V deste Regimento.

Artigo 100 – Destinem-se os Projetos de Resolução, a regular as matérias de caráter político ou administrativo do interesse interno da Câmara, não compreendidos nos assuntos que devam ser tratados por Lei ou Decreto Legislativo, na forma prevista no Artigo 8º, VI, deste Regimento.

Artigo 101 – Substitutivo é o Projeto de Lei, de Resolução ou de Decreto Legislativo apresentado por um Vereador ou Comissão, para substituir outro já apresentado sobre o mesmo assunto.

Parágrafo Único – não é permitido substitutivo parcial ou mais de um Substitutivo ao mesmo Projeto.

CAPÍTULO III

Das Emendas

Artigo 102 – Emenda é a proposta de alteração a determinada proposição que se encontra em tramitação.

Parágrafo 1º - A Emenda pode ser:

I – supressiva, que tem por finalidade erradicar qualquer parte de uma proposição; II – substitutiva, que é apresentada como sucedânea de uma proposição;

1. – aditiva, que se acrescenta a outra proposição;

1. – modificativa, que visa alterar a redação de uma determinada proposição.

Parágrafo 2º - a Emenda apresentada a outra, denomina-se subemenda.

CAPÍTULO IV

Dos Requerimentos e das Indicações

Artigo 103 – Indicação é a proposição escrita, pela qual o Vereador sugere medidas de interesse público aos Poderes competentes.

Parágrafo 1º - as indicações, após lidas no Expediente, serão encaminhadas independentemente de deliberação do Plenário, por meio de ofício, a quem de direito, através do Secretário da Câmara.

Parágrafo 2º - no caso de entender, o Presidente, que a indicação não deva ser encaminhada, dará conhecimento da decisão ao autor, e solicitará o pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça, cujo parecer será incluído na Ordem do Dia, independentemente de sua figuração prévia no Expediente.

Artigo 104 – Requerimento é todo pedido verbal ou escrito de Vereadores ou Comissão, feito ao Presidente da Câmara ou por seu intermédio, sobre assunto do Expediente ou da Ordem do Dia ou de interesse pessoal do Vereador.

Parágrafo 1º - serão verbais e decididos pelo Presidente da Câmara, os Requerimentos que solicitem:

1. – a palavra;

1. – permissão para falar sentado;

1. – leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário; IV – observância de disposição regimental;

1. – retirada, pelo autor de requerimento ou proposição;

1. – requisição de documento, processo, livro ou publicação existente na Câmara sobre proposição em discussão;

1. – justificativa de voto; VIII – verificação de quorum.

Parágrafo 2º - são verbais e sujeitos à deliberação do plenário os Requerimentos que solicitem:

I – a prorrogação da Sessão ou a dilatação da própria prorrogação; II – a dispensa de leitura da matéria constante da Ordem do Dia; III – o destaque de matéria para votação;

1. – a votação a descoberto;

1. – o encerramento da discussão;

1. – manifestação de plenário sobre aspectos relacionados com matéria em debate; VII – voto de louvor, congratulação, pesar ou repúdio.

Parágrafo 3º - serão escritos e sujeitos à deliberação do Plenário os Requerimentos que versarem sobre:

1. – licença de Vereador;

1. – audiência de Comissão;

1. – juntada de documentos a processos ou desentranhamento; IV – inserção em Ata de documentos;

V – inclusão de proposição em regime de urgência especial ou simples. VI – retirada de proposição já colocada sob deliberação do Plenário;

1. – informações solicitadas ao Prefeito ou por seu intermediário, ou entidades públicas ou particulares;

1. – constituição de Comissão Especial;

1. – convocação do Prefeito ou auxiliar direto para prestar esclarecimentos em

Plenário.

CAPÍTULO V

Da Apresentação, Tramitação e Retirada das Proposições

Artigo 105 – Exceto nos casos dos incisos V, VI, VII, VIII, do Artigo 95, e nos projetos substitutivos das Comissões, todas as demais proposições serão apresentadas na Secretaria da Câmara, que as carimbará com designação da data, e as numerará, fichando-as em seguida e encaminhando-as ao Presidente.

Parágrafo Único – os Projetos Substitutivos das Comissões, os Vetos, os Pareceres, bem como os relatórios das Comissões Especiais, serão apresentados nos próprios processos com encaminhamento ao Presidente da Câmara.

Artigo 106 – As Emendas e Subemendas serão apresentadas à Mesa até 48 (quarenta e oito) horas antes do início das Sessões em cuja ordem do dia se ache incluída a proposição a que se referem, para fins de sua publicação, a não ser que sejam oferecidas por ocasião dos debates, ou se tratar de Projeto em regime de urgências especial ou quando estejam elas assinadas pela maioria absoluta dos Vereadores.

Parágrafo 1º - as Emendas à Proposta Orçamentária serão oferecidas no prazo de 10 (dez) dias a partir da inserção da matéria no Expediente.

Parágrafo 2º - as Emendas aos Projetos de Codificação serão apresentadas no prazo de 20 (vinte) dias à Comissão de Constituição e Justiça, a partir da data em que esta receba o processo sem prejuízo daquelas oferecidas por ocasião dos debates.

Artigo 107 – As representações se acompanharão sempre, obrigatoriamente, de documentos hábeis que os instruam e, a critério de seu autor, de rol de testemunhas, devendo ser oferecida em tantas vias quantos forem os acusados.

Artigo 108 – O Presidente ou a Mesa, conforme o caso, não aceitará proposição: I – em matéria que não seja de competência do município;

1. – que versar sobre assuntos alheios à competência da Câmara ou privativos do

Executivo;

1. – que tenha sido rejeitada anteriormente na mesma Sessão Legislativa, salvo quando tenha sido subscrita pela maioria absoluta dos membros da Câmara;
1. – quando a proposição versar matéria que, em conformidade com este Regimento, deva ser objeto de Requerimento;
1. – quando a representação não se encontrar devidamente documentada ou arquivar fatos irrelevantes ou impertinentes.

Parágrafo Único – exceto nas hipóteses dos incisos III e V, caberá recurso do autor ao Plenário, no prazo de 10 (dez) dias, o qual será distribuído à comissão de Constituição e Justiça.

Artigo 109 – O autor de Projeto que receber substitutivo ou emenda, estranhos ao seu objeto, poderá reclamar contra a sua administração, competindo ao Presidente decidir sobre a reclamação, podendo sua decisão ser objeto de recurso ao Plenário pelo autor do Projeto ou Emenda, conforme o caso.

Parágrafo Único – na decisão do recurso, poderá o Plenário determinar que as emendas que não se refiram diretamente à matéria do Projeto, sejam destacadas para constituírem Projetos separados.

Artigo 110 – Recebida qualquer proposição escrita, será encaminhada ao Presidente da Câmara, que determinará a sua tramitação no prazo máximo de 03 (três) dias, observando o disposto neste capítulo.

Artigo 111 – Quando a proposição consistir em Projeto de Lei, de Decreto Legislativo, de Resolução ou de Projeto Substitutivo, uma vez lida pelo Secretário durante o Expediente, será pelo Presidente encaminhada às comissões competentes para os pareceres técnicos.

Parágrafo 1º - no caso do parágrafo 1º do Artigo 106, o encaminhamento só se fará após escoado o prazo para emendas ali previstos.

Parágrafo 2º - os Projetos originários elaborados pela Mesa ou por Comissão Permanente ou Especial, em assuntos de sua competência, dispensarão pareceres para a sua apreciação pelo Plenário, sempre que o requerer o seu próprio autor.

Artigo 112 – As emendas a que se referem os parágrafos 1º e 2º do Artigo 106, serão apreciadas pelas comissões na mesma fase que a proposição originária, as demais somente serão objeto de manifestação das Comissões, quando aprovadas pelo Plenário, retornando-lhes, então o processo.

Artigo 113 – sempre que o Prefeito vetar, no todo ou em parte, determinada proposição aprovada pela Câmara, comunicando o veto a esta, a matéria será incontinentemente, encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça.

Artigo 114 – Os pareceres das Comissões Permanentes serão obrigatoriamente incluídos na Ordem do Dia em que serão apreciadas as proposições que se referem.

Artigo 115 – Os Projetos de Lei tramitarão na forma prevista neste Regimento, principalmente a apreciação em primeira e segunda discussão e votação, salvo se dispuser em contrário a maioria dos membros da Câmara, que objetivará a urgência especial.

Artigo 116 – Os decretos Legislativo e os Projetos de Resolução serão apreciados para discussão e votação, apenas uma vez.

Parágrafo Único – quando se tratar de Emenda apresentada a Projeto de Decreto Legislativo ou Projeto de Resolução, será esta discutida antes da proposta originária, sempre na mesma Sessão.

Artigo 117 – As proposições poderão tramitar em regime de urgência especial ou urgência simples.

Parágrafo 1º - o regime de urgência especial, implica a dispensa de exigências regimentares, exceto quorum e pareceres obrigatórios, e assegurar à proposição, inclusão com prioridade na Ordem do Dia, para única discussão e votação.

Parágrafo 2º - o regime de urgência simples a impossibilidade de adiamento de apreciação da matéria e exclui os pedidos de visto e de audiência de Comissão a que não esteja afeto o assunto, assegurado à proposição segundo prioridade na Ordem do Dia.

Acrescenta Parágrafo 3º (Art. 1º da Resolução Nº 004/2013).

Parágrafo 3º - Não será admitido solicitação de Urgência Especial, para proposições do Executivo e/ou Legislativo com menos de 08 (oito) dias de protocoladas na Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Baraúna - RN.

Artigo 118 – A concessão de urgência especial, dependerá de decisão do Plenário, mediante solicitação por escrito da Mesa de Comissão ou de 1/3 (um terço) dos membros da Câmara.

Parágrafo 1º - concedida a urgência especial para projetos ainda sem parecer, será feito o levantamento da Sessão, para que se pronunciem as comissões competentes em conjunto imediatamente, após o que o projeto será colocado na Ordem do Dia da própria sessão.

Parágrafo 2º - caso não seja possível, obter-se de imediata o parecer conjunto das comissões competentes, o projeto passará a tramitar no regime de urgência simples.

Parágrafo 3º - O Prefeito Municipal poderá solicitar a Mesa da Câmara através de ofício pedido de Urgência Especial que será concedido ou não ad-referendum do Plenário.

Parágrafo 4º - Quando o Projeto de Lei, Decreto Legislativo ou Resolução for de iniciativa da Câmara ou Comissão será aplicado no que diz o artigo 118.

Artigo 119 – As proposições poderão ser realizadas mediante requerimento de seus autores, ao Presidente da Câmara, se ainda não se encontrarem sob deliberação do Plenário, ou com anuência deste, em caso contrário.

Parágrafo 1º - quando a proposição haja sido subscrita por mais de um autor, é condição de sua retirada que todos a requeiram.

Parágrafo 2º - quando o autor for o Executivo, a retirada deverá ser comunicada através de ofício, não podendo ser recusada.

Artigo 120 – No início de cada legislatura, a Mesa ordenará o arquivamento de todas as proposições apresentadas na Legislatura anterior, que e achem sem parecer ou com parecer contrário das comissões competentes, exceto os originários do Executivo sujeito à deliberação em certo prazo.

Parágrafo Único – O Vereador autor de proposição arquivada na forma deste artigo poderá requerer o seu desarquivamento e retransmissão.

TÍTULO VI

Dos Debates e Deliberações

CAPÍTULO I

Das Discussões

Artigo 121 – Indo a Plenário uma proposição será objeto de debate, salvo expressa disposição regimental.

Parágrafo 1º - não estão sujeitos à discussão:

I – as indicações, salvo o disposto no parágrafo 2º do Artigo 103. II – os requerimentos a que se refere o Artigo 104, parágrafo 2º.

III – os requerimentos a que se refere o Artigo 104, parágrafos 3º, I, II, III, IV, V.

Parágrafo 2º - O Presidente declarará prejudicada a discussão:

1. – de qualquer projeto com objeto idêntico ao que já tenha sido aprovado antes, ou rejeitado na mesma sessão legislativa, excetuando-se nessa última hipótese, o projeto de iniciativa do Executivo ou subscrito pela maioria dos membros do Legislativo;
1. – da proposição original, quando tiver substitutivo aprovado; III – de requerimento repetitivo.

Artigo 122 – A discussão da matéria constante da Ordem do Dia só poderá ser efetuada na presença da maioria dos membros da Câmara.

Artigo 123 – Tendo uma única discussão as proposições seguintes:

1. – as que tenham sido colocadas em regime de urgência especial;
1. – as que se encontrem em regime de urgência simples, observado o disposto no Artigo 117, parágrafo 2º;
1. – os Projetos de Lei oriundos do Executivo com solicitação de prazo; IV – o Veto;

V – os Projetos de Resolução ou de Decreto Legislativo de qualquer natureza; VI – os requerimentos sujeitos a debate.

Artigo 124 – Terão duas discussões todas as proposições não incluídas no Artigo 123.

Parágrafo 1º - discussão debater-se-á separadamente artigos do projeto, sendo o mesmo debatido em bloco na segunda discussão.

Parágrafo 2º - por deliberação do Plenário, o requerimento de Vereador, a primeira discussão poderá consistir na apreciação global do projeto.

Parágrafo 3º - quando se trata de projeto de codificação, na primeira discussão, o projeto será debatido por capítulos, salvo requerimento de destaque aprovado pelo Plenário.

Parágrafo 4º - quando se trata de proposta orçamentária, as emendas possíveis serão debatidas antes do Projeto, em primeira discussão.

Artigo 125 – Na discussão única e na primeira discussão, serão recebidas emendas, subemendas e projetos substitutivos apresentados por ocasião dos debates, sendo admissível na segunda discussão somente emendas e subemendas.

Artigo 126 – Na hipótese do artigo anterior, sustar-se-á a discussão para que as emendas e Projetos Substitutivos sejam objeto de exame das Comissões competentes a que se afeta a matéria, salvo se o Plenário rejeitá-los ou aprová-los com dispensa de parecer.

Artigo 127 – Em nenhuma hipótese, a segunda discussão ocorrerá na mesma Sessão que tenha ocorrido a primeira.

Artigo 128 – O adiamento da discussão de qualquer proposição dependerá da deliberação do Plenário e, somente poderá ser proposta antes de iniciar-se a mesma.

Parágrafo 1º - O adiamento aprovado, será sempre por tempo determinado.

Parágrafo 2º - apresentados 02 (dois) ou mais requerimentos de adiamento, será votado, de preferência, o que marca menor prazo.

Parágrafo 3º - não se concederá adiamento de discussão de matéria que se ache em regime de urgência simples ou especial.

Parágrafo 4º - o adiamento poderá ser motivado por pedido de vista, caso em que, havendo mais de um pedido de vista, será sucessiva para cada um dos requerimentos pelo prazo de 03 (três) dias para cada um deles.

Parágrafo 5º - o adiamento a que se refere o parágrafo anterior não inclui matéria em regime de urgência especial ou simples.

CAPÍTULO II

Dos Debates

Artigo 129 – Os debates deverão realizar-se com dignidade e ordem, cumprindo ao Vereador atender as disposições regimentais seguintes:

1. – falará de pé, exceto o Presidente, e quando impossibilitado de fazê-lo, requererá ao Presidente para falar sentado;
1. – dirigir-se ao Presidente ou à Câmara voltado para a Mesa, salvo quando responder a parte.
1. – não usar palavras sem solicitação e sem receber o consentimento do

Presidente.

1. – referir-se ou dirigir-se a outro colega pelo tratamento de excelência.

Artigo 130 – O Vereador a que for dada a palavra, deverá inicialmente, declarar a que título se pronuncia e não poderá:

I – usar da palavra com finalidade diferente do motivo alegado para a solicitar; II – desviar-se da matéria em debate;

III – falar sobre matéria vencida; IV – usar de linguagem imprópria;

1. – ultrapassar o tempo que lhe competir;
1. – deixar de atender as advertências do Presidente.

Artigo 131 – O Vereador somente usará da palavra nos casos previstos no Artigo 76.

Artigo 132 – Quando mais de um Vereador solicitar a palavra simultaneamente, o Presidente concedê-la-á na seguinte ordem:

I – ao autor de proposição em debate; II – ao relator do parecer em debate; III – autor de emenda;

IV – alternadamente, a quem seja pró ou contra a matéria em debate.

Artigo 133 – Para o aparte, ou interrupção do autor por outro, para uma indagação ou comentário relativo à matéria em debate, observar-se-á o seguinte:

1. – o aparte deverá ser expresso em termos corteses e não poderá exceder licença a 03 (três) minutos;
1. – não serão permitidos apartes paralelos, sucessivos ou sem licença expressa do

orador;

1. – não é permitido apartear ao Presidente nem ao orador que fala pela ordem, em explicações pessoais, para encaminhamento de votação ou para declaração devoto;
1. – o aparte antes de permanecer de pé quando o aparte não for respondido

aparteado.

Artigo 134 – Os oradores terão os seguintes prazos para o uso da palavra:

1. – 03 (três) minutos, para apresentar requerimento de retificação ou impugnação de Ata, falar pela ordem, apartear e justificar requerimento de urgência especial.
1. – 05 (cinco) minutos, para falar no Pequeno Expediente, encaminhar votação, justificar voto ou emenda, proferir explicação pessoal e discutir Projeto de Lei;
1. – 05 (cinco) minutos, para discutir requerimento, indicação, redação final, artigo isolado de proposição, veto;
1. – 05 (cinco) minutos, para discutir Projeto de Decreto Legislativo ou Resolução, processo de cassação de Prefeito ou Vereador, salvo ou acusado, que tem seu tempo definido pelo Artigo 59, parágrafo 13;
1. – 10 (dez) minutos para falar no Grande Expediente e para discutir a Proposta Orçamentária, a prestação de contas de um para outro orador.

CAPÍTULO III

Das Deliberações

Artigo 135 – As deliberações do Plenário se realizam, sempre por votação e serão tomadas por maioria simples, sempre que não exija a maioria absoluta ou a maioria de 2/3 (dois terços) conforme as determinações constitucionais, legais ou regimentais em cada caso.

Parágrafo 1º - considerar-se-á qualquer matéria em fase de votação, a partir do momento em que o Presidente declarar encerrada a discussão.

Parágrafo 2º - para efeito de um quórum, computar-se-á a Presença de Vereador impedido de votar.

Parágrafo 3º - nas deliberações da Câmara o voto será sempre público.

Parágrafo 4º - nenhuma proposição de conteúdo normativo poderá ser objeto de deliberação durante Sessão Secreta.

Artigo 136 – Os processos de votação são 02 (dois), simbólico e nominal.

Parágrafo 1º - O processo simbólico consiste na simples contagem de votos a favor ou contra a proposição, mediante convite do Presidente aos Vereadores para que permaneçam sentados ou se levantem respectivamente.

Parágrafo 2º - O processo nominal consiste na expressa manifestação de cada Vereador, pela chamada, sobre em que sentido vota respondendo SIM ou Não, salvo quando se trata de votação através de cédulas em que essa manifestação não será ostensiva.

Artigo 137 – O processo simbólico será a regra geral para as votações, somente sendo abandonado por impositivo legal ou regimental ou a requerimento aprovado pelo Plenário.

Parágrafo 1º - do resultado da votação simbólica, qualquer Vereador poderá requerer verificação mediante votação nominal, não podendo o Presidente indeferi-lo.

Parágrafo 2º - não se admitirá segundo verificação de resultado de votação.

Parágrafo 3º - O Presidente, em caso de dúvida, poderá, de ofício repetir a votação simbólica para recontagem dos votos.

Artigo 138 – A votação será nominal nos seguintes casos:

1. – eleição da Mesa ou destituição do membro da Mesa;
1. – eleição ou destituição de membro da Comissão Permanente;
1. – julgamento das cotas do Executivo.
1. – cassação de mandato de Prefeito e Vereador; V – apreciação de veto;

VI – criação ou extinção de cargos da Câmara.

Parágrafo Único – na hipótese dos itens I, III, e IV a votação será secreta, conforme o que dispõe o Artigo 5º deste Regimento.

Artigo 139 – Uma vez iniciada a votação, somente se interromperá se for verificada a falta de número legal, caso em que os votos já colhidos serão considerados prejudicados.

Parágrafo Único – não será permitido ao Vereador, abandonar o Plenário no curso da Votação, salvo se acometido de mal súbito, sendo considerado o voto que já tenha proferido.

Artigo 140 – Não haverá encaminhamento de votação quando se trata de Proposta Orçamentária, de julgamento das Contas do Executivo ou de processo cassatório.

Artigo 141 – Qualquer Vereador poderá requerer do Plenário, que seja apreciada, isoladamente, determinadas partes do texto de proposição, votando-se em destaque, para rejeitá-las ou aprová-las preliminarmente.

Parágrafo Único – não haverá destaque quando se trata da Proposta Orçamentária, de veto, de julgamento das contas do Executivo e, em quaisquer casos em que aquela providência se revele impraticável.

Artigo 142 – Terão preferência para votação as emendas supressivas e as emendas e substitutivos oriundos das Comissões.

Parágrafo Único – apresentadas duas ou mais emendas sobre o mesmo artigo ou parágrafo, será admissível requerimento de preferência para a votação da emenda que melhor se adaptar ao projeto, sendo requerimento apreciado pelo Plenário sem discussão.

Artigo 143 – Sempre que o parecer da Comissão for pela rejeição do projeto, deverá o Plenário deliberar primeiro sobre o parecer, antes de entrar na consideração do projeto.

Artigo 144 – O Vereador poderá, ao votar, fazer declaração de voto, que consiste em indicar as razões pelas quais adota determinada posição em relação ao mérito da matéria.

Parágrafo Único – a declaração só poderá ocorrer quando toda a proposição tenha sido abrangida pelo voto.

Artigo 145 – Proclamando o resultado da votação, poderá o Vereador impugná-la perante o Plenário, quando dela tenha participado Vereador impedido.

Parágrafo Único – na hipótese deste artigo, acolhida a impugnação, repetir-se-á a votação sem considerar-se o voto que motive o incidente.

Artigo 146 – Concluída a votação de Projeto de Lei, com ou sem emendas aprovadas, ou de Projeto de Lei substitutivo, será a matéria encaminhada à comissão de Constituição e Justiça para adequar o texto à correção vernácula.

Parágrafo Único – caberá à Mesa a redação final dos Projetos de Decretos Legislativo e de Resolução.

Artigo 147 – a redação será discutida e votada depois de sua publicação, salvo se dispensar o Plenário, a requerimento de Vereador.

Parágrafo 1º - admitir-se-á emendas à redação final, somente quando seja para despojá-la de obscuridade, contradição ou impropriedade linguística.

Parágrafo 2º - aprovada a emenda, voltará a matéria à Comissão para nova

redação.

Parágrafo 3º - se a nova redação final for rejeitada, será o projeto mais uma vez encaminhada à Comissão, que a elaborará, considerando-se aprovada se contra ela não votar 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

Artigo 148 – Aprovada pela Câmara um Projeto de Lei, será enviado ao Prefeito para Sanção e Promulgação ou Veto, uma vez expedidos os respectivos autógrafos.

Parágrafo Único – os originais dos Projetos de Lei, serão, antes da remessa ao Executivo, registrados em livros próprio e arquivados na Secretaria da Câmara.

TÍTULO VII

Da Elaboração Legislativa Especial e dos Procedimentos de Controle

CAPÍTULO I

Do Veto

Artigo 149 – Recebido o Veto, serão lidas no Expediente as suas razões, indo imediatamente à Comissão de Constituição e Justiça para emitir parecer em dez dias.

Parágrafo 1º - esgotado esse prazo, o Presidente incluirá a matéria na Ordem do Dia, independentemente de parecer, só podendo ser rejeitada pela maioria dos votos dos Vereadores, através do escrutínio nominal, de conformidade com o Artigo 136, parágrafo 2º.

Parágrafo 2º - se o veto não for mantido, será o Projeto enviado ao Prefeito, para Promulgação.

Parágrafo 3º - se a Lei não promulgada pelo Prefeito dentro de 48 (quarenta e oito) horas, o Presidente da Câmara a promulgará e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente fazê-lo.

CAPÍTULO II

Da Tomada de Contas

Artigo 150 – Recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas, independentemente de leitura em Plenário, o Presidente fará distribuir cópias do mesmo, bem como do balanço anual, a todos os Vereadores, enviando o processo à Comissão de Finanças e Orçamentos que terá 20 (vinte) dias para apresentar ao Plenário seu pronunciamento, acompanhado de Decreto Legislativo pela aprovação ou rejeição das Contas.

Parágrafo 1º - até 10 (dez) dias depois do recebimento do processo, a Comissão de Finanças e Orçamentos receberá pedidos escritos dos Vereadores solicitando informações sobre itens determinados da prestação de contas.

Parágrafo 2º - para responder aos pedidos de informações, a comissão poderá realizar quaisquer diligências e vistorias externas bem como, examinar quaisquer documentos existentes na Prefeitura.

Parágrafo 3º - o Projeto de Decreto Legislativo apresentado, pela Comissão de Finanças sobre a prestação de contas, assegura aos Vereadores debater a matéria.

Parágrafo 4º - não se admitirão emendas ao Projeto de Legislativo de que trata o parágrafo anterior.

Artigo 151 – Se a deliberação da Câmara for contrária ao parecer prévio do Tribunal de Contas, o Projeto de Decreto Legislativo conterá os motivos da discordância.

Parágrafo Único – a Mesa comunicará o resultado da votação ao Tribunal de Contas do Estado.

CAPÍTULO III

Do Orçamento

Artigo 152 – Recebida do Prefeito a Proposta Orçamentária dentro do prazo e forma legal, o Presidente mandará publicá-la e distribuirá cópias da mesma aos Vereadores, enviando-a à Comissão nos 10 (dez) dias seguintes para parecer.

Parágrafo Único – No prazo do art. 106, os vereadores poderão apresentar emenda à proposta, nos casos em que sejam permitidas as quais serão publicadas na forma do referido art. 106, parágrafo 1º.

Artigo 153 – A Comissão de Finanças e Orçamentos pronunciar-se-á sobre a matéria orçamentária, e dentro do prazo de lei, com ou sem parecer, matéria será incluída como item único da ordem do dia da primeira sessão desimpedida.

Artigo 154 – Na primeira discussão, poderão os Vereadores manifestar-se, no prazo regimental previsto no Artigo 130, V, sobre o projeto e as emendas, assegurando-se preferência ao relator do parecer da Comissão de Finanças e Orçamentos e dos autores das emendas, no uso da palavra.

Artigo 155 – Se forem aprovadas as emendas, dentro de 03 (três) dias, a matéria retornará à Comissão de Finanças e Orçamentos para incorporá-la ao texto, para o que disporá do prazo de 05 (cinco) dias.

Parágrafo Único – devolvido o processo pela Comissão, ou avocado a este pelo Presidente, se esgotado aquele prazo, será reincluído em pauta imediatamente, para segunda discussão e aprovação do texto definitivo, dispensada a fase de redação final.

Artigo 156 – Aplicam-se as normas deste capítulo à proposta de orçamento plurianual de investimentos.

CAPÍTULO IV

Das Codificações

Artigo 157 – Código é a reunião de disposições legais sobre a mesma matéria, de modo orgânico e sistemático, visando estabelecer os princípios gerais do sistema adotado e prover completamente a matéria tratada.

Artigo 158 – Os projetos de Codificação, depois de apresentados em Plenário, serão distribuídos por cópias aos Vereadores e encaminhados à Comissão de Justiça, observando-se para tanto o prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo 1º - nos 15 (quinze) dias subseqüentes, poderão os Vereadores encaminhar à Comissão, emendas e sugestões a respeito.

Parágrafo 2º - a critério da Comissão de Justiça, poderá ser solicitada assessoria de Órgãos de Assistência Técnica ou parecer de especialista na matéria, devendo ser destinado recurso para atender à despesa especificada e, nesta ficará suspensa a tramitação da matéria.

Parágrafo 3º - a Comissão terá 20 (vinte) dias para exarar parecer, incorporando as emendas apresentadas que julgar conveniente ou produzindo outras, em conformidade com as sugestões recebidas.

Parágrafo 4º - exarado o parecer, ou na falta deste, observado o disposto no Artigo 38, o processo se incluirá na pauta da Ordem do Dia da sessão mais próxima.

Artigo 159 – Na primeira discussão observar-se-á o disposto no parágrafo 3º do Artigo 124.

Parágrafo 1º - aprovado em primeira discussão, voltará o processo à Comissão por mais 10 (dez) dias, para incorporação das emendas aprovadas.

Parágrafo 2º - ao atingirem o estágio o projeto terá a tramitação dos demais

projetos.

CAPÍTULO V

Da Convocação do Prefeito

Artigo 160 – A Câmara poderá convocar o Prefeito para prestar informação perante o Plenário, sobre assuntos relacionados com a administração municipal, sempre que a medida se faça necessária para assegurar a fiscalização feita do Legislativo sobre o Executivo.

Parágrafo 1º - a convocação poderá ser feita também a auxiliares diretos do Prefeito ou este e aqueles.

Parágrafo 2º - a convocação deverá ser requerida por escrito, por qualquer Vereador ou Comissão, devendo ser discutida e aprovada pelo Plenário.

Parágrafo 3º - o requerimento deverá indicar, especificamente o motivo da convocação e as questões que serão propostas ao convocado.

Parágrafo 4º - aprovado o requerimento, a convocação se efetivará mediante ofício assinado pelo Presidente, em nome da Câmara que solicitará ao Prefeito indicar dia e hora para o comparecimento, e dar-lhe-á a ciência do motivo da convocação.

Parágrafo 5º - caso não haja resposta, o Presidente da Câmara mediante entendimento com o Plenário, determinará o dia e a hora da audiência do convocado, o que se fará em Sessão Extraordinária da qual serão notificados, com a antecedência mínima de 10 (dez) dias, o Prefeito ou o seu auxiliar e os Vereadores.

Artigo 161 – Aberta a Sessão, o Presidente da Câmara exporá, ao Prefeito, que e assentará à sua direita, os motivos da convocação e, em seguida concederá a palavra aos oradores inscritos perante o Secretário, para as indagações que sejam formuladas, assegurada a preferência ao Vereador proponente da convocação ou ao Presidente da Comissão que a solicitou.

Parágrafo 1º - O prefeito poderá incumbir assessores na ocasião de responder as indagações.

Parágrafo 2º - o Prefeito ou o assessor não poderão ser aparteados em suas exposições.

Artigo 162 – Quando mais nada houver a indagar ou a responder, ou quando escoado o tempo regimental, o Presidente encerrará a Sessão, agradecendo ao Prefeito em nome da Câmara.

Artigo 163 – A Câmara poderá optar pelo pedido de informações, ao Prefeito, por escrito, caso em que o ofício do Presidente da Câmara será redigido contendo os quesitos necessários à elucidação dos fatos.

Parágrafo Único – o prefeito deverá responder as informações, observado o prazo indicado na Lei de Organização Municipal, ou se omissa esta, no prazo de 15 (quinze) dias, prorrogável, por igual período, por solicitação daquele.

Artigo 164 – Sempre que o Prefeito se recusar a comparecer à Câmara, quando devidamente convocado, ou a prestar-lhe informações, o autor da proposta deverá produzir denúncia para efeito de cassação do mandato do infrator.

CAPÍTULO VI

Do Processo Cassatório

Artigo 165 – A Câmara processará o Prefeito ou Vereador pela prática de infração político-administrativa definida na Legislação Federal, observado as normas adjetivas, inclusive quorum, nessa mesma legislação estabelecida, e as normas complementares constantes da Lei Orgânica do Município.

Parágrafo 1º - em qualquer dos casos, assegurar-se-á ao acusado plena defesa.

Artigo 166 – O julgamento far-se-á em Sessão ou Sessões Extraordinárias para esse efeito convocadas.

Artigo 167 – Quando a deliberação for no sentido de culpabilidade do acusado, expedir-se-á Decreto legislativo de cassação do mandato, do qual se dará notícia à Justiça Eleitoral.

CAPÍTULO VII

Do Processo Destitutivo

Artigo 168 – Sempre que qualquer Vereador propuser a destituição de membro da Mesa, o Plenário conhecendo da representação deliberará, preliminarmente, em face da prova documental oferecida por antecipação pelo representante, sobre o processamento da matéria.

Parágrafo 1º - caso o plenário se manifeste pelo processamento da representação, autuada a mesma pelo Secretário, o Presidente ou o seu substituto legal, se for ele o denunciante ou denunciado, determinará a notificação do acusado para oferecer defesa no prazo de 15 (quinze) dias e, arrolar testemunhas até o máximo de 03 (três), sendo-lhes entregue cópias da peça e dos documentos que tenham instruído.

Parágrafo 2º - se houver defesa, anexada a mesma com os documentos que a acompanhar aos outros, o Presidente mandará notificar o representante para confirmar a representação ou retirá-la no prazo de 05 (cinco) dias.

Parágrafo 3º - se não houver defesa, ou se houver, o representante confirmar a acusação, será sorteado relator para o processo e convocar-se-á Sessão Extraordinária para apreciação da matéria, na qual serão inquiridas as testemunhas de defesa e acusação, até o máximo de 03 (três) dias para cada lado.

Parágrafo 4º - não poderá funcionar como relator, membro da Mesa.

Parágrafo 5º - na Sessão, o relator, que se servirá de funcionário da Câmara para coadjuv-lo, inquirirá as testemunhas perante o Plenário, podendo qualquer Vereador formular-lhe perguntas do que se lavrar assentada.

Parágrafo 6º - finda a inquirição, o Presidente da Câmara concederá 30 (trinta) minutos, para se manifestarem individualmente, o representante, o acusado e o relator, seguindo-se do Plenário.

Parágrafo 7º - se o Plenário decidir por maioria absoluta de votos dos Vereadores pela destituição, será elaborada Projeto de Resolução pelo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

TÍTULO VIII

Do Regimento Interno e Da Ordem Regimental

CAPÍTULO I

Das Questões de Ordem e dos Presidentes pela Ordem

Artigo 169 – Constituição precedentes regimentais, as interpretações de disposições do Regimento feitas pelo Presidente da Câmara em assuntos controvertidos, desde que o mesmo assim o declare perante o Plenário de ofício ou a requerimento do Vereador.

Artigo 170 – Os casos não previstos neste Regimento, serão resolvidos soberanamente pelo Plenário, cujas decisões se considerarão ao mesmo incorporadas.

Artigo 171 – Questões de Ordem é toda dúvida levantada em Plenário quanto a interpretação e aplicação do Regimento.

Parágrafo Único – as questões de ordem devem ser formuladas com clareza e com a indicação precisa das disposições regimentais que se pretende elucidar, sob pena de as repelir, sumariamente, o Presidente.

Artigo 172 – Cabe ao Presidente resolver as questões de ordem, não sendo lícito a qualquer Vereador opor-se a decisão sem prejuízo de recurso ao Plenário.

Parágrafo 1º - o recurso será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, para parecer imediatamente.

Parágrafo 2º - o Plenário em face do parecer, decidirá o caso concreto, considerando-se a deliberação como pré-julgado.

Artigo 173 – Os precedentes a que se referem os Artigos 169 e 172, parágrafo 2º, serão registrados em livros próprios para aplicação aos casos análogos, pelo Secretário.

CAPÍTULO II

Da Divulgação e Reforma do Regimento

Artigo 174 – A Secretaria da Câmara fará reproduzir periodicamente este Regimento, enviando cópias a Biblioteca Municipal, ao Prefeito, aos Vereadores e às Instituições interessadas em assuntos municipais.

Artigo 175 – Ao fim de cada ano legislativo, a Secretaria da Câmara, sob orientação da Comissão de Constituição e Justiça, elaborará e publicará separadamente a este Regimento, contendo as deliberações regimentais tomadas pelo Plenário, com eliminação dos dispositivos revogados, e os precedentes regimentais firmados.

Artigo 176 – Este Regimento Interno somente poderá ser alterado, reformado ou substituído, pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara mediante proposta:

I – de 1/3 (um terço), no mínimo, de Vereadores; II – da Mesa;

III – de uma das Comissões da Câmara.

TÍTULO IX

Da Gestão dos Serviços Internos da Câmara

Artigo 177 – Os serviços administrativos da Câmara incumbem à sua Secretaria e reger-se-ão por ato e regulamento próprios baixados pelo Presidente.

Artigo 178 – As determinações do Presidente à Secretaria sobre expediente serão objeto de ordem de serviço e as instruções aos funcionários sobre o desempenho de suas atribuições constarão de portarias.

Artigo 179 – A Secretaria fornecerá aos interessados, no prazo de 05 (cinco) dias, as certidões que tenham requerido ao Presidente, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações, bem como preparará os expedientes de despacho em igual prazo.

Artigo 180 – A Secretaria manterá os livros, fichas e carimbos necessários aos serviços da Câmara.

Parágrafo 1º - são obrigatórios os livros seguintes: Livro de Atas das Sessões, Livro de Atas das Comissões Permanentes, Livro de Registro de Leis, Decretos Legislativos e Resoluções, Livro de Atas da mesa e Atas da Presidência, Livro de Termo de Precedentes Regimentais.

Parágrafo 2º - os livros são abertos, rubricados e encerrados pelo Secretário da

Mesa.

TÍTULO X

Das Disposições Gerais e Transitórias

Artigo 181 – Os períodos das Sessões ordinárias serão definidos pela Lei orgânica do Município, observada a Legislação em vigor.

Artigo 182 – A publicação dos expedientes da Câmara observará o disposto em ato normativo a ser baixado pela Mesa.

Artigo 183 – Nos dias de Sessão deverão estar hasteadas no recinto do Plenário e no Edifício da Câmara as bandeiras do País, do Estado e do Município.

Artigo 184 – Não haverá expediente do Legislativo nos dias de pontos facultativo decretado no município.

Artigo 185 – Os prazos previstos neste Regimento são contínuos e irreveláveis, contando-se o dia de seu começo e do seu término e, somente se suspendendo por motivo de recesso.

Artigo 186 – A data da vigência deste Regimento ficarão prejudicados quaisquer Projetos de Resolução em matéria regimental e revogados todos os precedentes firmados sob a vigência do Regimento Anterior.

Artigo 187 – A Sala das Sessões denomina-se “SALA DAS SESSÕES MARIA DAS MERCÊS DE MEDEIROS”.

Passa a ter a seguinte redação: A Sala das Sessões denomina-se “SALA DAS SESSÕES JOSÉ FERNANDES DE QUEIROZ”.

Artigo 188 – Esta Resolução entrará em vigor na data da sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

“Sala das Sessões José Fernandes de Queiroz” Baraúna-RN, 1996.

ADERSON BEZERRA DE LIMA

PRESIDENTE - BIÊNIO: 1995 / 1996

| | |
|----------------------------|-----------------------------|
| MARCOS FÁBIO DE O. PEREIRA | FRANCISCO EDVAL DE MEDEIROS |
| 1º SECRETÁRIO | 2º SECRETÁRIO |

SUMÁRIO

| | |
|------------------------------------|--|
| TÍTULO I | |
| Disposições Preliminares | |
| Capítulo I | |
| Da Sede da Câmara | |
| Capítulo II | |
| Da Instalação da Legislatura | |
| Capítulo III | |
| Da Formação da Mesa | |
| TÍTULO II | |
| Dos Órgãos da Câmara | |
| Capítulo I | |
| Do Plenário | |
| Capítulo II | |
| Da Mesa | |
| Seção I | |

| |
|--|
| Disposições Preliminares |
| Seção II |
| Da Competência da Mesa |
| Seção III |
| Do Presidente |
| Seção IV |
| Do Vice-Presidente |
| Seção V |
| Dos Secretários |
| Capítulo III |
| Das Comissões |
| Seção I |
| Disposições Gerais |
| Seção II |
| Das Comissões Permanentes |
| Seção III |
| Da Competência das Comissões Permanentes |
| Seção IV |
| Das Comissões Temporárias |
| Subseção I |
| Das Comissões Especiais |
| Subseção II |
| Das Comissões de Inquérito |

| |
|---|
| TÍTULO III |
| Dos Vereadores |
| Capítulo I |
| Dos Direitos e Deveres dos Vereadores |
| Capítulo II |
| Do Exercício da Vereança |
| Seção I |
| Das Licenças |
| Seção II |
| Da Vacância |
| Seção III |
| Da Perda do Mandato |
| Seção IV |
| Da Convocação do Suplente |
| Seção V |
| Dos Líderes |
| Seção VI |
| Da Remuneração dos Vereadores |
| TÍTULO IV |
| Das Sessões |
| Capítulo I |
| Disposições Preliminares |
| Capítulo II |
| Das Sessões Ordinárias |
| Seção I |
| Disposições Preliminares |
| Seção II |
| Do Expediente |
| Seção III |
| Da Ordem do Dia |
| Seção IV |
| Das Explicações Pessoais |
| Capítulo III |
| Das Sessões Extraordinárias |
| Capítulo IV |
| Das Sessões solenes |
| Capítulo V |
| Das Sessões Especiais |
| Seção I |
| Disposições Preliminares |
| Seção II |
| Das Sessões Especiais de Instalações |
| Seção III |
| Da Sessão Especial de Posse do Prefeito e do Vice |

| |
|--|
| TÍTULO V |
| Das Proposições |
| Capítulo I |
| Disposições Preliminares |
| Capítulo II |
| Dos Projetos |
| Capítulo III |
| Das Emendas |
| Capítulo IV |
| Dos Requerimentos e das Indicações |
| Capítulo V |
| Da Apresentação, Tramitação e Retirada das Proposições |
| TÍTULO VI |
| Dos Debates e das Deliberações |
| Capítulo I |
| Das Discussões |
| Capítulo II |

| |
|--|
| Dos Debates |
| Capítulo III |
| Das Deliberações |
| TÍTULO VII |
| Da Elaboração Legislativa Especial e dos Procedimentos de Controle |
| Capítulo I |
| Do Veto |
| Capítulo II |
| Da Tomada de Contas |
| Capítulo III |
| Do Orçamento |
| Capítulo IV |
| Das Codificações |
| Capítulo V |
| Da Convocação do Prefeito |
| Capítulo VI |
| Do Processo Cassatório |
| Capítulo VII |
| Do Processo Destituidor dos Membros da Mesa |
| TÍTULO VIII |
| Do Regimento Interno e da Ordem Regimental |
| Capítulo I |
| Da Divulgação e Reforma do Regimento |
| TÍTULO IX |
| Das Gestões dos Serviços Internos da Câmara |
| TÍTULO X |
| Das Disposições Gerais e Transitórias |

Publicado por:
MAGALI PEREIRA DE AQUINO
Código Identificador: 3DFCEA9B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA
ATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2017

O Presidente da Câmara Municipal de São José do Campestre/RN, no uso de suas atribuições legais, vem cumprir a Constituição Federal, no que diz respeito a Publicação anual dos valores dos subsídios e da remuneração dos cargos, que vem através deste Quadro demonstrativo, de acordo com o Art. 39 § 6º da referida Constituição.

| | |
|---|--------------|
| Vereador Presidente | R\$6.800,00 |
| Vereador Vice Presidente | R\$5.600,00 |
| Vereador 1º Secretário | R\$4.800,00 |
| Vereador 2º Secretário | R\$4.800,00 |
| Vereador | R\$4.000,00 |
| Vereador | R\$4.000,00 |
| Vereador | R\$4.000,00 |
| Vereador | R\$4.000,00 |
| Vereador | R\$4.000,00 |
| Vereador | R\$4.000,00 |
| Assessor Jurídico | R\$ 3.600,00 |
| Assessor Contábil | R\$ 4.600,00 |
| Controlador | R\$ 2.000,00 |
| Assessor de Presidência da Mesa Diretora | R\$ 2.000,00 |
| Tesoureiro | R\$ 2.000,00 |
| Secretário de Controle Administração e Recursos Humanos | R\$ 2.000,00 |
| Secretário de Serviços Legislativos e das Comissões Permanentes e Temporárias | R\$ 2.000,00 |
| Agente Legislativo – Auxiliar de Serviços Gerais - ASG | R\$937,00 |
| Agente Legislativo – Copeiro | R\$937,00 |
| Agente Legislativo – Vigilante | R\$937,00 |
| Agente Legislativo – Operador de Áudio | R\$937,00 |
| Agente Legislativo – Atividade Parlamentar | R\$937,00 |
| Agente Legislativo – Atividade Burocrática relacionada a Recepção, Telefone e Protocolo | R\$937,00 |
| Assistente do Administrativo – Atividade Relacionada à Informática | R\$937,00 |
| Assistente do Administrativo – Atividade relacionada a Administração da Edilidade | R\$937,00 |

São José do Campestre/RN, 13 de Novembro de 2017

Joseilson Borges da Costa

Vereador Presidente

Publicado por:
LEANDRO LUIZ DO NASCIMENTO
Código Identificador: 6157E43D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAJES

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 7/2017

**SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA
OUTRAS PROVIDÊNCIAS:**

O Senhor Manoel Querino da Costa, Presidente da Câmara Municipal de Lajes - RN, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 748/2016, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Art 1º - Fica aberto no orçamento programa do exercício de 2017, crédito adicional suplementar a ser consignado nas seguintes dotações orçamentárias.

01.001-CÂMARA MUNICIPAL

| | | |
|---|----------------------|---------------|
| 01.001.01.031.0001.2001.3.1.9.0.13.00.00.00 | Obrigações Patronais | R\$ 28.200,00 |
|---|----------------------|---------------|

Sub-Total: R\$ 28.200,00

Total Parcial Suplementado: R\$ 28.200,00

Art 2º - Os recursos para cobertura da abertura do crédito adicional suplementar, será anulado das seguintes dotações orçamentárias.

01.001-CÂMARA MUNICIPAL

| | | |
|---|--|---------------|
| 01.001.01.031.0001.2001.3.3.9.0.36.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física | R\$ 15.000,00 |
|---|--|---------------|

| | | |
|---|--|---------------|
| 01.001.01.031.0001.2001.3.3.9.0.39.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica | R\$ 10.000,00 |
|---|--|---------------|

| | | |
|---|------------------------------------|--------------|
| 01.001.01.031.0001.2001.3.3.9.0.33.00.00.00 | Passagens e Despesas com Locomoção | R\$ 3.200,00 |
|---|------------------------------------|--------------|

Sub-Total: R\$ 28.200,00

Total Parcial Reduzido: R\$ 28.200,00

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 7/2017

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Lajes, 02 de Outubro de 2017.

Manoel Querino da Costa
Presidente

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE PATU
Câmara Municipal de Patu - Poder Legislativo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2017

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | |
|---|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹ (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 742.631,18 | 0,00 |
| Pessoal Ativo | 742.631,18 | 0,00 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 2.187,73 | 0,00 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 0,00 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 2.187,73 | 0,00 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 0,00 | 0,00 |
| Convocação Extraordinária (inciso II do § 6º do art. 57 da CF) | 0,00 | 0,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 740.443,45 | 0,00 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|--|---------------|---------------|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV) | 22.831.201,86 | - |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF) | 0,00 | 0,00 |
| = RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI) | 22.831.201,86 | 100,00 |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b) | 740.443,45 | 3,24 |
| LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) – 6% | 1.369.872,11 | 6,00 |
| LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 1.301.378,50 | 5,70 |
| LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 1.232.884,90 | 5,40 |

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria da Câmara Municipal de Patú - em 30 de setembro de 2017 às 23:36:56

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior contínuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

 CLAIR LEITÃO MARTINS
 DINIZ
 CRC-PB 4.395/O-7 CPF
 477.984.084-87

 GLEDSON SOLANO DE
 ANDRADE
 TESOUREIRO

 LUCÉLIA RIBEIRO DANTAS
 PRESIDENTE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

| DESPESAS | Dotação Inicial (d) | Dotação Atualizada (e) | Despesas Empenhadas | | | Despesas Liquidadas | | | Despesas Pagas Até o Bimestre (j) | Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k) |
|--|---------------------|------------------------|---------------------|--------------------|---------------------|---------------------|--------------------|---------------------|-----------------------------------|---|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (f) | Saldo (g) = (e - f) | No Bimestre | Até o Bimestre (h) | Saldo (i) = (e - h) | | |
| DESPESAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (VIII) | 856.359,00 | 856.359,00 | 8.271,37 | 743.532,84 | 112.826,16 | 136.898,41 | 663.053,54 | 193.305,46 | 658.109,14 | |
| DESPESAS CORRENTES | 796.359,00 | 796.359,00 | 8.271,37 | 736.786,29 | 59.572,71 | 136.898,41 | 656.306,99 | 140.052,01 | 651.362,59 | |
| Pessoal e Encargos Sociais | 585.359,00 | 585.359,00 | | 575.359,00 | 10.000,00 | 106.340,66 | 522.713,73 | 62.645,27 | 522.713,73 | |
| Juros e Encargos da Dívida | | | | | | | | | | |
| Outras Despesas Correntes | 211.000,00 | 211.000,00 | 8.271,37 | 161.427,29 | 49.572,71 | 30.557,75 | 133.593,26 | 77.406,74 | 128.648,86 | |
| DESPESAS DE CAPITAL | 60.000,00 | 60.000,00 | | 6.746,55 | 53.253,45 | | 6.746,55 | 53.253,45 | 6.746,55 | |
| Investimentos | 60.000,00 | 60.000,00 | | 6.746,55 | 53.253,45 | | 6.746,55 | 53.253,45 | 6.746,55 | |
| Inversões Financeiras | | | | | | | | | | |
| Amortização da Dívida | | | | | | | | | | |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | | | | | | | | | | |
| DESPESAS(Intra-Orçamentárias)(IX) | | | | | | | | | | |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX) | 856.359,00 | 856.359,00 | 8.271,37 | 743.532,84 | 112.826,16 | 136.898,41 | 663.053,54 | 193.305,46 | 658.109,14 | |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - Refinanciamento (XI) | | | | | | | | | | |
| Amortização da Dívida Interna | | | | | | | | | | |
| Dívida Mobiliária | | | | | | | | | | |
| Outras Dívidas | | | | | | | | | | |
| Amortização da Dívida Externa | | | | | | | | | | |
| Dívida Mobiliária | | | | | | | | | | |
| Outras Dívidas | | | | | | | | | | |
| SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI) | 856.359,00 | 856.359,00 | 8.271,37 | 743.532,84 | 112.826,16 | 136.898,41 | 663.053,54 | 193.305,46 | 658.109,14 | |
| SUPERÁVIT (XIII) | | | | | | | | | | |
| TOTAL (XIV) = (XII + XIII) | 856.359,00 | 856.359,00 | 8.271,37 | 743.532,84 | 112.826,16 | 136.898,41 | 663.053,54 | 193.305,46 | 658.109,14 | |
| RESERVA DO RPPS | | | | | | | | | | |
| TOTAL DA DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | | | | | | | | | | |

RUTENIO HUMBERTO DE ARAUJO MEDEIROS
Presidente

DULCINEA DULCE DE ARAUJO
Diretor(a) Finanças

CLAUDIANE DE LUCENA MEDEIROS
CONTROLADORA

CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO SABUGI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

| RECEITAS | Previsão Inicial | Previsão Atualizada (a) | Receitas Realizadas | | | | Saldo a Realizar (a - c) |
|---|------------------|-------------------------|---------------------|-----------|--------------------|-----------|--------------------------|
| | | | No Bimestre (b) | % (b / a) | Até o Bimestre (c) | % (c / a) | |
| RECEITAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I) | | | | | | | |
| RECEITAS CORRENTES | | | | | | | |
| RECEITA TRIBUTÁRIA | | | | | | | |
| Impostos | | | | | | | |
| Taxas | | | | | | | |
| Contribuição de Melhoria | | | | | | | |
| RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES | | | | | | | |
| Contribuições Sociais | | | | | | | |
| Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico | | | | | | | |
| Contribuição de Iluminação Pública | | | | | | | |
| RECEITA PATRIMONIAL | | | | | | | |
| Receitas Imobiliárias | | | | | | | |
| Receitas de Valores Mobiliários | | | | | | | |
| Receitas de Concessões e Permissões | | | | | | | |
| Compensações Financeiras | | | | | | | |
| Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos | | | | | | | |
| Receita de Cessão de Direitos | | | | | | | |
| Outras Receitas Patrimoniais | | | | | | | |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | | | | | | | |
| Receita da Produção Vegetal | | | | | | | |
| Receita da Produção Animal e Derivados | | | | | | | |
| Outras Receitas Agropecuárias | | | | | | | |
| RECEITA INDUSTRIAL | | | | | | | |
| Receita da Indústria Extrativa Mineral | | | | | | | |
| Receita da Indústria de Transformação | | | | | | | |
| Receita da Indústria de Construção | | | | | | | |
| Outras Receitas Industriais | | | | | | | |
| RECEITA DE SERVIÇOS | | | | | | | |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | | | | | | | |
| Transferências Intergovernamentais | | | | | | | |
| Transferências de Instituições Privadas | | | | | | | |
| Transferências do Exterior | | | | | | | |
| Transferências de Pessoas | | | | | | | |
| Transferências de Convênios | | | | | | | |
| Transferências para o Combate à Fome | | | | | | | |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | | | | | | | |
| Multa de Juros de Mora | | | | | | | |
| Indenizações e Restituições | | | | | | | |
| Receita da Dívida Ativa | | | | | | | |
| Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização | | | | | | | |
| Receitas Correntes Diversas | | | | | | | |
| RECEITAS DE CAPITAL | | | | | | | |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | | | | | | | |
| Operações de Crédito Internas | | | | | | | |
| Operações de Crédito Externas | | | | | | | |
| ALIENAÇÃO DE BENS | | | | | | | |
| Alienação de Bens Móveis | | | | | | | |
| Alienação de Bens Imóveis | | | | | | | |
| AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS | | | | | | | |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | | | | | | | |
| Transferências Intergovernamentais | | | | | | | |
| Transferências de Instituições Privadas | | | | | | | |
| Transferências do Exterior | | | | | | | |
| Transferências de Pessoas | | | | | | | |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | | | | | | | |
| Transferências de Convênios | | | | | | | |
| Transferências para o Combate à Fome | | | | | | | |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | | | | | | | |
| Integralização do Capital Social | | | | | | | |
| Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ. | | | | | | | |
| Restituições | | | | | | | |
| Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro Nacional | | | | | | | |
| Receitas da Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Receita | | | | | | | |
| Outras Receitas de Capital | | | | | | | |
| RECEITAS (Intra-Orçamentárias) (II) | | | | | | | |
| SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II) | | | | | | | |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO - Refinanciamento (IV) | | | | | | | |
| Operações de Crédito Internas | | | | | | | |
| Mobiliária | | | | | | | |
| Contratual | | | | | | | |
| Operações de Crédito Externas | | | | | | | |
| Mobiliária | | | | | | | |
| Contratual | | | | | | | |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV) | | | | | | | |
| DÉFICIT (VI) | | | | | 663.053,54 | | |

| | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|------------|--------|-------------|
| <p>CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO</p> | | | | | | | |
| RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) | | | | | | | R\$ 1,00 |
| TOTAL (VII) = (V + VI) | | | | | 663.053,54 | 354,00 | -663.053,54 |

| | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|----------|
| <p>CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO SABUGI RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO</p> | | | | | | | |
| RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) | | | | | | | R\$ 1,00 |
| SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | | | | | |
| Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS | | | | | | | |
| Superávit Financeiro | | | | | | | |
| Reabertura de Créditos Adicionais | | | | | | | |
| TOTAL DAS RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | | | | | | | |

RUTENIO HUMBERTO DE ARAUJO MEDEIROS
Presidente

DULCINEA DULCE DE ARAUJO
Diretor(a) Finanças

CLAUDIANE DE LUCENA MEDEIROS
CONTROLADORA

| CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO SABUGI RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO | | | | | | |
|---|------------------|-------------------------|---------------------|-----------|--------------------|--------------------------|
| RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) | | | | | | R\$ 1,00 |
| RECEITAS | Previsão Inicial | Previsão Atualizada (a) | Receitas Realizadas | | | Saldo a Realizar (a - c) |
| | | | No Bimestre (b) | % (b / a) | Até o Bimestre (c) | % (c / a) |
| RECEITAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I) | | | | | | |
| RECEITAS CORRENTES | | | | | | |
| RECEITA TRIBUTÁRIA | | | | | | |
| Impostos | | | | | | |
| Taxas | | | | | | |
| Contribuição de Melhoria | | | | | | |
| RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES | | | | | | |
| Contribuições Sociais | | | | | | |
| Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico | | | | | | |
| Contribuição de Iluminação Pública | | | | | | |
| RECEITA PATRIMONIAL | | | | | | |
| Receitas Imobiliárias | | | | | | |
| Receitas de Valores Mobiliários | | | | | | |
| Receitas de Concessões e Permissões | | | | | | |
| Compensações Financeiras | | | | | | |
| Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos | | | | | | |
| Receita de Cessão de Direitos | | | | | | |
| Outras Receitas Patrimoniais | | | | | | |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | | | | | | |
| Receita da Produção Vegetal | | | | | | |
| Receita da Produção Animal e Derivados | | | | | | |
| Outras Receitas Agropecuárias | | | | | | |
| RECEITA INDUSTRIAL | | | | | | |
| Receita da Indústria Extrativa Mineral | | | | | | |
| Receita da Indústria de Transformação | | | | | | |
| Receita da Indústria de Construção | | | | | | |
| Outras Receitas Industriais | | | | | | |
| RECEITA DE SERVIÇOS | | | | | | |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | | | | | | |
| Transferências Intergovernamentais | | | | | | |
| Transferências de Instituições Privadas | | | | | | |
| Transferências do Exterior | | | | | | |
| Transferências de Pessoas | | | | | | |
| Transferências de Convênios | | | | | | |
| Transferências para o Combate à Fome | | | | | | |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | | | | | | |
| Multa de Juros de Mora | | | | | | |
| Indenizações e Restituições | | | | | | |
| Receita da Dívida Ativa | | | | | | |
| Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização | | | | | | |
| Receitas Correntes Diversas | | | | | | |
| RECEITAS DE CAPITAL | | | | | | |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | | | | | | |
| Operações de Crédito Internas | | | | | | |
| Operações de Crédito Externas | | | | | | |
| ALIENAÇÃO DE BENS | | | | | | |
| Alienação de Bens Móveis | | | | | | |
| Alienação de Bens Imóveis | | | | | | |
| AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS | | | | | | |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | | | | | | |
| Transferências Intergovernamentais | | | | | | |
| Transferências de Instituições Privadas | | | | | | |
| Transferências do Exterior | | | | | | |
| Transferências de Pessoas | | | | | | |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | | | | | | |
| Transferências de Convênios | | | | | | |
| Transferências para o Combate à Fome | | | | | | |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | | | | | | |
| Integralização do Capital Social | | | | | | |
| Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ. | | | | | | |
| Restituições | | | | | | |
| Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro Nacional | | | | | | |
| Receitas da Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Receita | | | | | | |
| Outras Receitas de Capital | | | | | | |
| RECEITAS (Intra-Orçamentárias) (II) | | | | | | |
| SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II) | | | | | | |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO - Refinanciamento (IV) | | | | | | |
| Operações de Crédito Internas | | | | | | |
| Mobiliária | | | | | | |
| Contratual | | | | | | |
| Operações de Crédito Externas | | | | | | |
| Mobiliária | | | | | | |
| Contratual | | | | | | |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV) | | | | | | |
| DÉFICIT (VI) | | | | | 663.053,54 | |

| | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|------------|--------|-------------|
| <p>CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO</p> | | | | | | | |
| RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) | | | | | | | R\$ 1,00 |
| TOTAL(VII) = (V + VI) | | | | | 663.053,54 | 354,00 | -663.053,54 |

| | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|----------|
| <p>CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO SABUGI RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO</p> | | | | | | | |
| RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) | | | | | | | R\$ 1,00 |
| SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | | | | | |
| Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS | | | | | | | |
| Superávit Financeiro | | | | | | | |
| Reabertura de Créditos Adicionais | | | | | | | |
| TOTAL DAS RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | | | | | | | |

RUTENIO HUMBERTO DE ARAUJO MEDEIROS
Presidente

DULCINEA DULCE DE ARAUJO
Diretor(a) Finanças

CLAUDIANE DE LUCENA MEDEIROS
CONTROLADORA

CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO SABUGI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

| FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO | Dotação Inicial | Dotação Atualizada (a) | Despesas Empenhadas | | | SALDO (c) = (a-b) | Despesas Liquidadas | | | SALDO (e) = (a-d) | INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f) |
|---|-----------------|------------------------|---------------------|--------------------|---------------|-------------------|---------------------|--------------------|---------------|-------------------|------------------------------------|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | % (b/total b) | | No Bimestre | Até o Bimestre (d) | % (d/total d) | | |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 856.359,00 | 856.359,00 | 8.271,37 | 743.532,84 | 100,00 | 112.826,16 | 136.898,41 | 663.053,54 | 100,00 | 193.305,46 | |
| LEGISLATIVA | 856.359,00 | 856.359,00 | 8.271,37 | 743.532,84 | 100,00 | 112.826,16 | 136.898,41 | 663.053,54 | 100,00 | 193.305,46 | |
| ACAO LEGISLATIVA | 856.359,00 | 856.359,00 | 8.271,37 | 743.532,84 | 100,00 | 112.826,16 | 136.898,41 | 663.053,54 | 100,00 | 193.305,46 | |
| JUDICIÁRIA | | | | | | | | | | | |
| ESSENCIAL A JUSTIÇA | | | | | | | | | | | |
| ADMINISTRAÇÃO | | | | | | | | | | | |
| DEFESA NACIONAL | | | | | | | | | | | |
| SEGURANÇA PÚBLICA | | | | | | | | | | | |
| RELAÇÕES EXTERIORES | | | | | | | | | | | |
| ASSISTÊNCIA SOCIAL | | | | | | | | | | | |
| PREVIDÊNCIA SOCIAL | | | | | | | | | | | |
| SAÚDE | | | | | | | | | | | |
| TRABALHO | | | | | | | | | | | |
| EDUCAÇÃO | | | | | | | | | | | |
| CULTURA | | | | | | | | | | | |
| DIREITOS DA CIDADANIA | | | | | | | | | | | |
| URBANISMO | | | | | | | | | | | |
| HABITAÇÃO | | | | | | | | | | | |
| SANEAMENTO | | | | | | | | | | | |
| GESTÃO AMBIENTAL | | | | | | | | | | | |
| CIÊNCIA E TECNOLOGIA | | | | | | | | | | | |
| AGRICULTURA | | | | | | | | | | | |
| ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA | | | | | | | | | | | |
| INDÚSTRIA | | | | | | | | | | | |
| COMÉRCIO E SERVIÇOS | | | | | | | | | | | |
| COMUNICAÇÕES | | | | | | | | | | | |
| ENERGIA | | | | | | | | | | | |
| TRANSPORTE | | | | | | | | | | | |
| DESPORTO E LAZER | | | | | | | | | | | |
| ENCARGOS ESPECIAIS | | | | | | | | | | | |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | | | | | | | | | | | |
| RESERVA DO R.P.P.S. | | | | | | | | | | | |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | | | | | | | | | | | |
| TOTAL (III) = (I + II) | 856.359,00 | 856.359,00 | 8.271,37 | 743.532,84 | 100,00 | 112.826,16 | 136.898,41 | 663.053,54 | 100,00 | 193.305,46 | |

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

RUTENIO HUMBERTO DE ARAUJO MEDEIROS
Presidente

DULCINEA DULCE DE ARAUJO
Diretor(a) Finanças

CLAUDIANE DE LUCENA MEDEIROS
CONTROLADORA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – Anexo 07 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

| PODER/ÓRGÃO | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | | | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | | | | | Saldo Total (a+b) | |
|---|---|------------------------------|-------|------------|-----------|--------------------------------|------------------------------|------------|-------|------------|-------------------------|-----------|
| | Inscritos | | Pagos | Cancelados | Saldo (a) | Inscritos | | Liquidados | Pagos | Cancelados | | Saldo (b) |
| | Em Exercícios Anteriores | Em 31 de Dezembro 2016 | | | | Em Exercícios Anteriores | Em 31 de Dezembro 2016 | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | |
| RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) | | | | | | | | | | | | |
| RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II) | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL (III) = (I + II) | | | | | | | | | | | | |

RUTENIO HUMBERTO DE ARAUJO
MEDEIROS
Presidente

DULCINEA DULCE DE ARAUJO
Diretor(a) Finanças

CLAUDIANE DE LUCENA MEDEIROS
CONTROLADORA

CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO SABUGI
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

LRF, Art. 48 – Anexo 14

R\$ 1,00

| BALANÇO ORÇAMENTÁRIO | | Até o Bimestre | |
|---|--|-------------------------------|--------------------------------------|
| RECEITAS | | | |
| Previsão Inicial | | | |
| Previsão Atualizada | | | |
| Receitas Realizadas | | | |
| Deficit Orçamentário | | | |
| Saldo de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais) | | | |
| DESPESAS | | | |
| Dotação Inicial | | | |
| Créditos Adicionais | | | |
| Dotação Atualizada | | | |
| Despesas Empenhadas | | | |
| Despesas Liquidadas | | | |
| Despesas Pagas | | | |
| Superávit Orçamentário | | | |
| DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO | | Até o Bimestre | |
| Despesas Empenhadas | | | |
| Despesas Liquidadas | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL | | Até o Bimestre | |
| Receita Corrente Líquida | | | |
| RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA | | Até o Bimestre | |
| Regime Geral de Previdência Social | | | |
| Receitas Previdenciárias Realizadas(I) | | | |
| Despesas Previdenciárias Liquidadas(II) | | | |
| Resultado Previdenciário (III) = (I - II) | | | |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores | | | |
| Receitas Previdenciárias Realizadas(IV) | | | |
| Despesas Previdenciárias Liquidadas(V) | | | |
| Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V) | | | |
| RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO | | Meta Fixada no AMF da LDO (a) | Resultado Apurado até o Bimestre (b) |
| Resultado Nominal | | | -5.277,53 |
| Resultado Primário | | | -743.532,84 |
| RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO | | Inscrição | Cancelamento até o Bimestre |
| RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | | | |
| Poder Executivo | | | |
| Poder Legislativo | | | |
| Poder Judiciário | | | |
| Ministério Público | | | |
| RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | | | |
| Poder Executivo | | | |
| Poder Legislativo | | | |
| Poder Judiciário | | | |
| Ministério Público | | | |
| TOTAL | | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO | | Valor Apurado até o Bimestre | Limites Constitucionais Anuais |
| | | | % Mínimo à Aplicar no Exercício |
| | | | % Aplicado até o Bimestre |
| Mínimo Anual de 10% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento | | | 0,00 % |
| Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental | | | 0,00 % |
| Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Complementação da União ao FUNDEB | | | 0,00 % |
| RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL | | Valor Apurado até o Bimestre | Saldo à Realizar |
| Receita de Operação de Crédito | | 0,00 | 0,00 |
| Despesa de Capital Líquida | | 6.746,55 | 53.253,45 |
| PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA | | Exercício¹ | 10º Exercício |
| | | | 20º Exercício |
| | | | 35º Exercício |
| Regime Geral de Previdência Social | | | |
| Receitas Previdenciárias(I) | | | |
| Despesas Previdenciárias(II) | | | |
| Resultado Previdenciário (III) = (I - II) | | | |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores | | | |
| Receitas Previdenciárias(IV) | | | |
| Despesas Previdenciárias(V) | | | |
| Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V) | | | |
| RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS | | Valor Apurado até o Bimestre | Saldo à Realizar |
| Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos | | | |
| Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos | | | |
| DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | | Valor Apurado até o Bimestre | Limites Constitucionais Anuais |
| | | | % Mínimo à Aplicar no Exercício |
| | | | % Aplicado até o Bimestre |
| Desp. com Ações e Serviços Públicos de Saúde Exec. com Rec. de Impostos | | | 0,00 % |
| DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP | | | |
| Total das Despesas / RCL (%) | | | |
| VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE | | | |

Fonte: CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO SABUGI

¹ Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

 RUTENIO HUMBERTO DE ARAUJO MEDEIROS
 Presidente

 DULCINEA DULCE DE ARAUJO
 Diretor(a) Finanças

 CLAUDIANE DE LUCENA MEDEIROS
 CONTROLADORA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE PATU
Câmara Municipal de Patu - Poder Legislativo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2017

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | |
|---|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 722.605,58 | 0,00 |
| Pessoal Ativo | 722.605,58 | 0,00 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 2.187,73 | 0,00 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 0,00 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 2.187,73 | 0,00 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 0,00 | 0,00 |
| Convocação Extraordinária (inciso II do § 6º do art. 57 da CF) | 0,00 | 0,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 720.417,85 | 0,00 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|--|---------------|---------------|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV) | 22.146.662,78 | - |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF) | 0,00 | 0,00 |
| = RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI) | 22.146.662,78 | 100,00 |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b) | 720.417,85 | 3,25 |
| LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) – 6% | 1.328.799,77 | 6,00 |
| LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 1.262.359,78 | 5,70 |
| LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 1.195.919,79 | 5,40 |

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria da Câmara Municipal de Patú - em 31 de maio de 2017 as 10:43:06

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior contínuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

 CLAIR LEITÃO MARTINS
 DINIZ
 CRC-PB 4.395/O-7 CPF
 477.984.084-87

 GLEDSON SOLANO DE
 ANDRADE
 TESOUREIRO

 LUCÉLIA RIBEIRO DANTAS
 PRESIDENTE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE PATU
Câmara Municipal de Patu - Poder Legislativo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2017

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | |
|---|---|--|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 735.256,19 | 0,00 |
| Pessoal Ativo | 735.256,19 | 0,00 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 2.187,73 | 0,00 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 0,00 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 2.187,73 | 0,00 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 0,00 | 0,00 |
| Convocação Extraordinária (inciso II do § 6º do art. 57 da CF) | 0,00 | 0,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 733.068,46 | 0,00 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|--|---------------|---------------|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV) | 22.398.607,37 | - |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF) | 0,00 | 0,00 |
| = RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI) | 22.398.607,37 | 100,00 |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b) | 733.068,46 | 3,27 |
| LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) – 6% | 1.343.916,44 | 6,00 |
| LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 1.276.720,62 | 5,70 |
| LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 1.209.524,80 | 5,40 |

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria da Câmara Municipal de Patu - em 31 de julho de 2017 as 10:46:16

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior contínuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

 CLAIR LEITÃO MARTINS
 DINIZ
 CRC-PB 4.395/O-7 CPF
 477.984.084-87

 GLEDSON SOLANO DE
 ANDRADE
 TESOUREIRO

 LUCÉLIA RIBEIRO DANTAS
 PRESIDENTE

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ**

ATO DA MESA DIRETORA Nº 17, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

Abre crédito adicional no Orçamento do Legislativo e altera o Quadro de Detalhamento de Despesa para inclusão de elemento de despesa.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o art. 49, § 2º da Lei nº 3.525, de 12 de janeiro de 2017, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual do Município de Mossoró, permitindo a abertura de crédito por Ato da Mesa Diretora;

CONSIDERANDO a existência de recursos disponíveis, conforme exigência do art. 43 da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, proveniente de anulação de dotação orçamentária;

CONSIDERANDO o art. 24, inciso I da Constituição Federal, que dispõe sobre a competência comum de todos os entes federativos para legislar sobre Direito Financeiro;

CONSIDERANDO o art. 51, I da Lei Orgânica do Município, que dispõe ser competência da Mesa Diretora a tomar todas as medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

CONSIDERANDO o art. 58, I, da Lei Orgânica do Município, que atribui competência exclusiva à Mesa Diretora para a iniciativa de proposição autorizando a abertura de crédito;

CONSIDERANDO a autonomia do Poder Legislativo, na forma do art. 2º da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de indenização dos débitos relativos ao serviço de manutenção de ar condicionado, resolve:

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional no valor de R\$ 10.428,72 (dez mil, quatrocentos e vinte e oito reais e setenta e dois centavos) ao Orçamento Geral do Município, aprovado pela Lei nº 3.526 de 12 de janeiro de 2017, e ao respectivo Quadro de Detalhamento de Despesas, aprovado pelo Ato da Mesa nº 01, de 13 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Ato.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor nesta data.

Registre-se. Publique-se.

PALÁCIO RODOLFO FERNANDES

Mossoró, 17 de Agosto de 2017.

MARIA IZABEL ARAÚJO MONTENEGRO

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ

JOÃO GENTIL DE SOUSA NETO

PRIMEIRO SECRETÁRIO

ALINE COUTO

SEGUNDA SECRETÁRIA

| Unidade Orçamentária | Ação Natureza | Fonte | Região | Valor |
|---------------------------------|--|------------|--------|------------------|
| Anexo I (Acréscimo) | | | | 72.059,50 |
| 01 .101 CÂMARA MUNICIPAL | | | | 72.059,50 |
| | 2001 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ | | | 72.059,50 |
| | 3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 00000 0001 | | 72.059,50 |
| Anexo II (Redução) | | | | 72.059,50 |
| 01 .101 CÂMARA MUNICIPAL | | | | 72.059,50 |
| | 2001 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ | | | 72.059,50 |
| | 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO | 00000 0001 | | 72.059,50 |

Expediente:

Federação das Câmaras Municipais do Rio Grande do Norte - FECAMRN

BIÊNIO 2015/2016

RANIERE DE MEDEIROS BARBOSA - PRESIDENTE

1º Vice – Presidente: ODAIR ALVES DINIZ

2º Vice – Presidente: IRON LUCAS DE OLIVEIRA JUNIOR

3º Vice - Presidente: MARIA IZABEL ARAUJO MONTENEGRO

4º Vice – Presidente: JOSINALDO AMARO DE LIMA

1º Secretário: JEFFERSON MONIK GONCALO LIMA DE MELO

2º Secretário: LUCELIA RIBEIRO DANTAS

1º Tesoureiro: ALLYSON LINDALRIO MARQUES GUEDES

2º Tesoureiro: RAIMUNDO INACIO FILHO

CONSELHO FISCAL

Conselheiro Fiscal: ALBERT DICKSON DE LIMA

Conselheiro Fiscal: IZABEL CRISTINA DE MELO FERREIRA

Conselheiro Fiscal: POLYANA CAVALCANTI DIAS

Conselheiro Fiscal: DIOGO HENRIQUE MARQUES COSTA

Conselheiro Fiscal: PEDRO ALVES CABRAL NETO

SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL

Conselheiro Fiscal: FRANCISCO JOSE LIMA SILVEIRA JUNIOR

Conselheiro Fiscal: MANOEL QUIRINO DA COSTA

Conselheiro Fiscal: ERIVAN FREITAS DE MEDEIROS

O Diário Oficial das Câmaras municipais do Estado do Rio Grande do Norte é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.